

**Marcelo Bianchini Fávaro**

**Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Turma Minter**

**NOTAS SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA: A ABERTURA DE CURSOS EM NÍVEL SUPERIOR SEGUNDO  
INEZIL PENNA MARINHO (1952 A 1954)**

**Itatiba - SP  
2008**



**Marcelo Bianchini Fávaro**

**Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Turma Minter**

**NOTAS SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA: A ABERTURA DE CURSOS EM NÍVEL SUPERIOR SEGUNDO  
INEZIL PENNA MARINHO (1952 A 1954)**

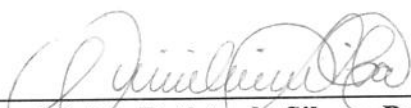
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian Batista da Silva, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

**Itatiba - SP  
2008**

371.13 F275n	<p>Fávaro, Marcelo Bianchini.  Notas sobre a profissionalização do professor de educação física:  a abertura de cursos em nível superior segundo Inezil Pena Marinho  (1952 a 1954)  / Marcelo Bianchini Fávaro. – Itatiba, 2008.  119 p.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação  Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.  Orientação de: Vivian Batista da Silva.</p> <p>1. Profissionalização do professor de educação física. 2. História da  educação. 3. Leituras para professores de educação física. 4. História  da educação física no Brasil. I. Fávaro, Marcelo Bianchini. I. Título.</p>
-----------------	---

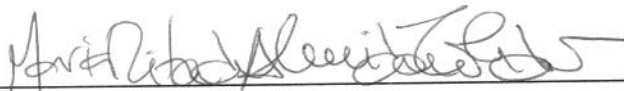
Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de  
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

FÁVARO, Marcelo Bianchini .“Notas Sobre a Profissionalização do Professor de Educação Física : a abertura de cursos em nível superior segundo Inezil Penna Marinho (1952 a 1954)”. Dissertação defendida e aprovada no programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em vinte e quatro de novembro de 2008 pela Banca examinadora constituída pelos professores:



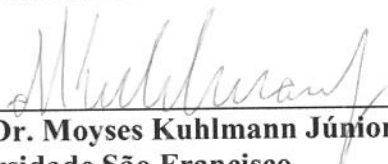
---

**Profa. Dra. Vivian Batista da Silva – Presidente e Orientadora**  
Universidade São Francisco



---

**Profa. Dra. Maria Rita Toledo**  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



---

**Prof. Dr. Moyses Kuhlmann Júnior**  
Universidade São Francisco



Dedico essa dissertação a toda minha família, especialmente aos meus pais, Antonio Carlos e Lúcia, pelo esforço e dedicação empreendidos na minha formação. Sempre terei vocês como exemplo para a educação dos meus filhos.

Ao professor Antonio Jorge Fávaro, exemplo de profissional de Educação Física competente e dedicado. Por ter sido seu aluno é que um dia resolvi tornar-me professor de Educação Física.

À minha esposa Fernanda, o grande amor da minha vida, pelo apoio e companheirismo em todos os momentos. Obrigado por um dia ter aceitado dividir a sua vida comigo. Amo muito você.





## AGRADECIMENTOS

À Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, especialmente ao Presidente Frei Guido Moacir Scheidt, ao Diretor Geral Paulo Arns da Cunha e à Coordenadora Geral do Centro de Estudos e Pesquisas Professora Giselli de Fátima Padilha Hümmelgen, pela organização do programa *Minter* e pelo apoio financeiro para execução do curso.

Aos meus colegas da equipe diretiva e professores do Colégio Bom Jesus Centro, pelo apoio e substituição nos momentos em que não pude estar presente em minhas atividades profissionais.

Ao Gestor do Colégio Bom Jesus Centro, Professor Júlio Inafuco, pelos conselhos, apoio e insistência para que eu fizesse a minha inscrição no programa.

À Professora Vivian Batista da Silva, pela orientação do trabalho. Sua paciência, conselhos e participação foram vitais para a conclusão desta dissertação.

Aos professores que participaram do *Minter*, em especial à Professora Adair Nascimento Nacarato, pois foi graças a seus conselhos que consegui definir o tema de minha dissertação.

Aos meus colegas, alunos do *Minter*, pelos ótimos momentos que passamos juntos nesses dois anos de trabalho. A cada um de vocês, um grande abraço.

Ao Professor Antonio Jorge Fávoro, pelo empréstimo dos quatro volumes da *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, fonte e objeto de estudo desta dissertação.

Ao meu amigo Eliel Fortes Barbosa, pelo apoio na editoração do trabalho e por me atender, com tamanha paciência, mesmo nos momentos em que estava sobrecarregado em suas tarefas.

À professora Neida Maria da Conceição Padilha, pela correção ortográfica.



*“O importante no estudo da história, não é a memorização de fatos e datas, não é a fixação daquilo que os compêndios formalizaram e, algumas vezes, até padronizaram. Como professor de história desejo suscitar em meus alunos o interesse que os leve à investigação dos fatos, ao aproveitamento das experiências vividas por outros povos, à interpretação consciente dos dados oferecidos à sua razão.” (Inezil Penna Marinho, 1958).*



FÁVARO, Marcelo Bianchini, *Notas sobre a profissionalização do professor de Educação Física: A abertura de cursos em nível superior segundo Inezil Penna Marinho (1952 a 1954)*.

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo analisar parte do processo de profissionalização do professor de Educação Física no Brasil, mais especificamente quando houve no país a criação de cursos especializados em nível superior (década de 1930). A fonte nuclear de análise corresponde ao texto mais antigo que se localizou sobre a história da Educação Física, um texto largamente utilizado nos referidos cursos, intitulado *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*. A obra em questão foi escrita por Inezil Penna Marinho e publicada em quatro volumes, entre os anos de 1952 e 1954. Ao explicar para os futuros professores da área um histórico da disciplina, Inezil Penna Marinho assinalou um aspecto crucial do exame aqui proposto, relativo à criação dos primeiros cursos de Educação Física, além de ter participado desse processo, já que seu manual foi leitura obrigatória nos referidos cursos. Quer-se, então, compreender os modos pelos quais o autor apresentou essa questão aos seus leitores, quais informações privilegiou, quais iniciativas assinalou e que importância atribuiu a esse processo ao longo de seus escritos. A partir dessa análise, é possível conhecer referências que fundamentaram os saberes profissionais do professor de Educação Física, já que, por praticamente trinta anos, o texto de Marinho correspondeu ao único texto sobre a história da disciplina no Brasil, formando, portanto, diversas gerações de professores.

**Palavras-Chave:** História da educação. História da Educação Física no Brasil. Profissionalização do professor de Educação Física. Leituras para professores de Educação Física.



FÁVARO, Marcelo Bianchini, *Notes on the professionalization of the teacher of Physical Education: The opening of courses at tertiary level second Inezil Penna Marinho (1952 to 1954).*

## ABSTRACT

The work presented here is intended to analyze the process of professionalization of teachers of Physical Education in Brazil, especially when the country was the creation of specialized course in higher lever (in the 1930s). The source of nuclear testing is the most ancient text that is located on the History of Physical Education, a text widely used in those courses, entitled *History of Physical Education and Sport in Brazil*. The work in question was written by Inezil Penna Marinho and published in four volumes, between the years 1952 and 1954. in explaining the future teachers of a historic area of discipline, Inezil Penna Marinho noted a crucial aspect of the test proposed here on the creation of the first courses of Physical Education, in addition to taking part of this process, since his hand was mandatory reading in such courses, Whether it is, then, to understand the ways in which the autor submitted this question to its readers, which focused information, which initiatives and noted that importance attached to this process over his writings. From this analysis it is possible to hear references to substantiate the professional knowledge of the professor of Physical Education, since for nearly thirty years the test of Marinho was the only test on the history of discipline in Brazil, forming thus several generations of teachers.

**Keywords:** History education. History of Physical Education in Brazil. Professionalization of the teacher of Physical Education. Readings for teachers of Physical Education.





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa dos quatro volumes da <i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil</i> .....	18
Figura 2 – Inezil Penna Marinho em foto de 1955 .....	28
Figura 3 – Posse de Inezil Penna Marinho na cadeira de História e Organização de Educação Física e Esportes na Escola Nacional de Educação Física e Desportos em 1956 .....	29
Figura 4 – Inezil Penna Marinho representando o Discóbulo de Miron .....	32
Figura 5 – Meninas fazendo aula de educação física .....	48
Figura 6 – Crianças brincando na escola .....	50
Figura 7 – Turma de educação física da Escola Normal Duque de Caxias (1955) .....	56



# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 .....	18
HISTÓRIAS E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA .....	18
1.1 <i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil: Leituras</i> .....	18
1.2 <i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil: Documento/Monumento</i> .....	22
1.2.1 – A questão documento/monumento .....	23
1.2.2 <i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil “Monumento” da Educação Física e do seu ensino no Brasil.</i> .....	28
CAPÍTULO 2 .....	33
A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR .....	33
2.1 – As primeiras discussões e tentativas.....	35
2.2 – A Educação Física como parte da cultura higienista.....	42
2.3 – A Educação Física como matéria escolar.....	45
CAPÍTULO 3 .....	53
A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, POR INEZIL PENNA MARINHO EM “ <i>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS NO BRASIL</i> ” .....	53
3.1 – A Educação Física nas escolas normais.....	53
3.2 As escolas militares de Educação Física.....	57
3.3 As escolas civis de Educação Física .....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
FONTES.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
ANEXOS .....	78



## INTRODUÇÃO

Para tratar do tema da profissionalização do professor de Educação Física essa dissertação atenta para a criação dos primeiros cursos superiores de Educação Física no Brasil, examinando como esse aspecto foi apresentado nos quatro volumes do livro *História da Educação e dos Desportos no Brasil*, escritos por Inezil Penna Marinho entre 1952 e 1954. O estudo dessa obra justifica-se pelo fato de o autor em questão ter sido o primeiro a escrever a história da Educação Física Brasileira, porém Inezil Penna Marinho foi muito questionado pelos historiadores da década de 1980, pelo fato de sua obra ter sido considerada extremamente positivista. Uma das pesquisas que analisou o lugar dos escritos de Inezil Penna Marinho foi o trabalho de Nascimento (1997). Em sua dissertação, a autora reconsidera críticas feitas ao autor, evidenciando a importância da obra de Inezil Penna Marinho. Nascimento (1997) assinala o fato de que as características de *História da Educação e dos Desportos no Brasil* (1952-1954) são comuns a outras do período e que Inezil Penna Marinho nem sempre apresentou características positivistas. Embora o presente trabalho e a dissertação de Nascimento (1997) examinem o mesmo livro, trata-se de pesquisas com objetivos diferenciados. Enquanto Nascimento (1997) sugere mais uma defesa da obra de Inezil Penna Marinho, o objetivo desta dissertação é contar a história do surgimento das Escolas Superiores de Educação Física, a partir da história relatada por Inezil Penna Marinho.

A partir do esclarecimento dessa questão, vale destacar que, a profissionalização do professor de Educação Física tem sido um processo marcado pela delimitação de seu espaço de atuação, pela definição de seus saberes, pela criação de cursos especializados e pela organização da categoria, seguindo uma lógica semelhante à profissionalização do professor primário em várias partes do mundo (Nóvoa, 1987). Esse ciclo foi marcado, entre outros, pela criação das primeiras associações de professores de Educação Física no Brasil na década de 1930 e pela criação do Conselho Federal de Educação Física em 1998, órgão a partir do qual foram criados também os Conselhos Estaduais. Ao longo desses anos, a questão da profissionalização do professor de Educação Física estabeleceu um amplo debate, de modo a se definir aspectos como: Quem é esse profissional? Como ele deve ser formado? Quais são as suas atribuições? De que forma ele deve se posicionar perante a sociedade? Quais são os seus saberes e como eles devem ser transmitidos?

Porém, uma discussão dessa natureza não é recente nem exclusiva dos professores de Educação Física. Trata-se de um processo mais antigo e que é parte da profissionalização docente em sentido mais amplo, conforme explica António Nóvoa (1987, 1991 e 1995) em seus trabalhos sobre o tema. De acordo com o autor, a história dos professores esteve diretamente vinculada à história da escola tal como a conhecemos hoje e cujas características começaram a se configurar desde o século XVIII em diferentes

lugares do mundo. Nesse momento, diversos fatores, entre eles a formação dos Estados-Nação, a ascensão da burguesia e a preocupação em formar os cidadãos por meio de instituições específicas mantidas de forma obrigatória, gratuita, leiga e extensiva a todos, deram uma nova característica aos processos educativos. No entender de António Nóvoa, a partir de então:

parecem reunidas todas as condições para que a humanidade entre numa nova fase de sua história, caracterizada notadamente pelo desenvolvimento das preocupações educativas e pelo estabelecimento de instituições para o ensino da infância e da juventude. (NÓVOA, 1991, p. 101).

O desenvolvimento da escola destinada a todos inclui, entre outras iniciativas, a necessidade de um trabalho que leve as atividades físicas para as crianças e jovens na instituição. Assim, a presença das atividades físicas e esportivas no ambiente escolar fez com que houvesse a necessidade de preparar um profissional capacitado para essa função. A esse respeito, são ilustrativas as palavras de Marcassa (1999-2000, p. 85):

Os estudos de Inezil Penna Marinho sustentam que a necessidade de nacionalizar nossa educação, de diminuir a espantosa quantidade de analfabetos e de melhorar as condições culturais do povo vinha ao encontro da criação de uma nova imagem brasileira, capaz de expressar o desenvolvimento da sociedade uma vez descolada dos laços que a prendiam à antiga organização provincial. Logo, a incorporação dos métodos ginásticos pela escola tornou-se justificativa e interesse de muitos pedagogos que passam deste momento em diante, a defender e estimular a prática da ginástica como forma de “educar o corpo”.

A dissertação aqui proposta tem como principal objetivo analisar a questão da profissionalização do professor de Educação Física, mais precisamente o processo que levou à abertura dos cursos superiores no país, através da história contada por Inezil Penna Marinho nos quatro volumes do livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*. Como esse livro foi a principal referência dos futuros professores de Educação Física por mais de trinta anos, desde sua publicação em 1952, até o surgimento de uma nova corrente histórica da Educação Física brasileira<sup>1</sup> na década de 1980, é relevante analisar o seu lugar na configuração dos cursos superiores de Educação Física e na proposição de um modelo de professor da disciplina construído em nosso país.

Retomando a questão de profissionalização do professor, convém ressaltar que esse momento específico, da criação de cursos superiores de formação, corresponde à terceira das quatro etapas estabelecidas por António Nóvoa (1987) em seus estudos sobre o tema. Tal como se entende aqui, para compreender o desenvolvimento do professor de Educação Física, é necessário entender quais aspectos

---

<sup>1</sup> - Corrente essa representada por autores como Lino Castellani Filho *Educação Física no Brasil a História que não se conta* (1988) e Paulo Ghiraldelli Júnior *Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira* (1988).

foram importantes na configuração do trabalho docente, a partir da retomada das quatro etapas da história da profissionalização desse grupo aqui utilizadas. A primeira delas corresponde ao exercício do magistério em tempo integral ou como ocupação principal. A segunda etapa diz respeito ao estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente. A terceira fase compreende a criação de instituições específicas para a formação de professores e a última etapa refere-se à constituição de associações profissionais de professores.

No caso dos professores primários, com perfil de generalistas que se ocupam principalmente do ensino de contar, ler e escrever, a primeira etapa surge com a escola moderna, o que ocorre a partir do século XVIII em diversas partes do mundo. Nesse momento, a educação das crianças deixa de ser uma obrigação única da família e passa a ser compartilhada com essa nova instituição.

A escola moderna nasceu no seio do movimento social e de suas interações culturais, com o objetivo de tomar a cargo a educação das crianças, da qual a escola, que existia já na Idade Média, não se ocupava especialmente. (NÓVOA, 1991, p. 101).

Nesse primeiro momento, a grande responsável pelo ensino é a Igreja, que praticamente monopoliza os meios de cultura da época, os responsáveis pelo ensino das crianças são geralmente religiosos, ou então pessoas muito próximas da Igreja e que são, costumeiramente, subordinados aos párocos locais. Essa configuração não permite ao professor a opção de lecionar como a sua principal atividade. Os religiosos, que trabalhavam mais diretamente com a educação das crianças, mantinham as suas atribuições sacerdotais e os leigos exerciam outras atividades, tanto de apoio à Igreja quanto as atividades de ordem comercial ou artesanal. Portanto, ainda não havia nesse momento a caracterização de uma carreira docente.

No século XVIII, com o desenvolvimento da escola para todos, intensificam-se os debates sobre quem deve ser professor, se os leigos ou os religiosos. Além disso, há uma preocupação cada vez mais acentuada sobre o corpo de saberes necessários aos docentes, além de se garantir ao grupo o magistério como ocupação principal o que, conforme já dito, caracterizou a primeira etapa destacada por Nóvoa (1995).

A segunda metade do século XVIII é um período chave na história da educação e da profissão docente. Por toda a Europa procura-se esboçar o perfil do *professor ideal*: Dever ser leigo ou religioso? Deve integrar-se num corpo docente ou agir a título individual? De que modo deve ser escolhido ou nomeado? Quem deve pagar o seu trabalho? Qual autoridade de que deve depender? (JULIA, 1981, apud NÓVOA, 1995, p.15).

A partir de então, o Estado passa a assumir a responsabilidade sobre a escola e os professores vão fazer parte do corpo de funcionários estatais. Esse movimento garante aos professores um novo

estatuto social, quando passam a ser subordinados ao Estado, que organiza concursos para que as vagas de professor sejam ocupadas. É nesse momento que, segundo António Nóvoa (1995), a segunda etapa do processo de profissionalização é constituída.

A partir do final do séc. XVIII não é permitido ensinar sem uma licença ou autorização do estado, a qual é concedida na seqüência de um exame que pode ser requerido pelos indivíduos que preencham um certo número de condições (habilitações, idade, comportamento moral, etc.). Este documento constitui um verdadeiro *suporte legal ao exercício da atividade docente*, na medida em que contribui para a delimitação do campo profissional do ensino e para a atribuição ao professorado do direito exclusivo de intervenção nesta área. (NÓVOA, 1995, p.17).

Essa nova constituição é interessante tanto para professores quanto para o Estado, pois enquanto os professores buscam a sua legitimação através da independência frente às lideranças locais, o Estado tem nos professores um forte aliado nas suas aspirações políticas, pois através das escolas e dos professores, transmite à sociedade as suas doutrinas. Inezil Penna Marinho (1953, 1954) faz referência a essa situação quando comenta o grande apoio dado por Getúlio Vargas à educação, em destaque à Educação Física. Em seu primeiro governo, foram criados o Ministério da Educação e da Saúde e a Divisão de Educação Física, além disso, a prática da Educação Física tinha um forte cunho nacionalista. Sendo assim, através do trabalho dos professores e das práticas propostas nas escolas, o governo procurava disseminar as suas doutrinas, de nacionalismo exacerbado e construção de um povo forte.

Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua ação está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projetos e às finalidades sociais de que são portadores. No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social os professores passam a ocupar um lugar-charneira nos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: *agentes culturais*, os professores são também, inevitavelmente, *agentes políticos*. (NÓVOA, 1995, p.17).

A especialização exigida dos professores torna-se cada vez maior e a necessidade de assegurar que os responsáveis pelo ensino seguissem esse código, que caracterizava a função, cria os principais fatores que contribuem para o surgimento das Instituições que vão tratar da preparação desse profissional, através de uma formação longa e específica, dessa forma a terceira etapa do processo de profissionalização do professor tem início, primeiramente a partir do trabalho nas Escolas Normais. Sobre esse aspecto, Nóvoa (1995) destaca que:

As instituições de formação ocupam um lugar central na produção e reprodução do *corpo de saberes* e do *sistema de normas* da profissão docente, desempenhando um papel crucial na elaboração dos *conhecimentos pedagógicos* e de uma *ideologia comum*. Mais do que formar professores (a título individual), as escolas normais produzem a profissão docente (em nível coletivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para a gênese de uma cultura profissional. (NÓVOA, 1995 p. 18).



A quarta etapa, por sua vez, acontece com a organização dos professores em associações ou sindicatos, que discutiam e buscavam principalmente a consolidação da categoria em um corpo de funcionários que seguiam um conjunto de normas e valores, além de terem um estatuto social e econômico específicos. Portanto se fazia cada vez mais necessária essa organização, para que os professores pudessem buscar e lutar pelos seus direitos.

A partir do entendimento do modelo defendido por Nóvoa (1987) a intenção dessa dissertação é discutir o processo de profissionalização do professor de Educação Física. Para tal, será destacada a terceira etapa do processo de profissionalização do professor: a criação das instituições de formação específica, que no Brasil aconteceu, mais especificamente, a partir da criação dos primeiros cursos superiores de Educação Física (Escola de Educação Física do Exército, em 1933 e Escola Nacional de Educação Física e Desportos, em 1939, ambas no Rio de Janeiro).

A questão nuclear do trabalho será analisada tendo como principal fonte a *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*. Os quatro volumes desse livro foram escritos por Inezil Penna Marinho (1915–1987). O autor em questão era filho do Cônsul Ildefonso Ayres Marinho e de Ignez Penna Marinho, desde a sua juventude foi extremamente envolvido com a prática de esportes, tendo sido atleta de diversas modalidades. Na sua vida adulta participou intensamente do trabalho de divulgação e consolidação da Educação Física em nosso país. Entre os diversos cargos que ocupou, merece destaque o fato de que foi assistente técnico da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e da Saúde, um dos órgãos responsáveis pela criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, em 1939, no Rio de Janeiro, escola essa na qual Inezil Penna Marinho veio a se formar como Professor de Educação Física em 1943 e da qual foi mais tarde professor. Em 1941 passou no concurso para Técnico em Educação do Ministério da Educação e Saúde, tendo sido o primeiro técnico do Brasil ligado à Educação Física, tanto em seu trabalho quanto em seus livros, seminários ou discursos. Inezil Penna Marinho foi um dos principais referenciais da Educação Física brasileira.

Dividido em quatro volumes, *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, foi publicado entre 1952 e 1954 e em suas páginas foram relatados os acontecimentos referentes à Educação Física e os desportos em nosso país, desde o chamado Descobrimento, em 1500, até 1946, data em que, provavelmente, Inezil Penna Marinho terminou seus escritos para depois submetê-los à edição e publicação. Conhecido pela *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* e por diversos outros trabalhos, o autor foi tido como o primeiro grande historiador da Educação Física Brasileira. Seu livro foi amplamente utilizado para auxiliar na formação de professores especializados e, por isso, é classificado no presente trabalho como um manual que, aliás, é ainda muito consagrado entre os que trabalham na área. Exemplos dessa consagração da obra podem ser demonstrados pelas afirmações de Victor Andrade

de Melo, que é atualmente professor da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que, dentre outras obras, é autor do livro *História da Educação Física e do Esporte no Brasil, Panoramas e Perspectivas* (1999). Entre diversas citações do autor à obra de Inezil Penna Marinho, vale destacar a seguinte: “[...] temos que ressaltar a magnífica obra de Inezil Penna Marinho, sem dúvida um dos maiores, senão o maior, estudiosos da história da Educação Física e dos Esportes no Brasil.” (MELO, 1999, p. 35).

Embora a fonte nuclear seja o texto de Inezil Penna Marinho, o exame aqui proposto inclui outros livros, teses, dissertações e textos que também serão utilizados para analisar a importância da obra de Inezil Penna Marinho para a consolidação da Educação Física brasileira. Outros autores também serão usados no exame dos diferentes saberes que se dedicam a definir a Educação Física como área de ensino. É o caso dos trabalhos escritos por Victor Andrade de Melo (1996, 1999, 2007), já citado anteriormente, e Célia Carvalho do Nascimento (1997), entre outros. O primeiro autor, em 1996, apresentou, para a obtenção do grau de Mestre em Educação Física, pela Universidade Estadual de Campinas, a dissertação *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história*, na qual trata da questão da criação dos cursos de Educação Física no Brasil, mais especificamente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos do Rio de Janeiro (ENEFD) e da relação entre militares e médicos no comando da referida escola. Além de outras obras, também lançou o livro, já citado no parágrafo anterior, *História da Educação Física e do Esporte no Brasil: Panorama e Perspectivas* e que teve a sua terceira edição publicada em 1999. Já Célia Carvalho do Nascimento, professora de Educação Física formada pela Universidade Federal de Sergipe e dedicada ao estudo da História da Educação Física brasileira, escreveu a dissertação *Inezil Penna Marinho: O tempo de uma história*, trabalho esse apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1997, no qual a referida autora analisa a obra de Inezil Penna Marinho, revisando a ideia segundo a qual a obra foi chamada de positivista por outros autores da década de 1980.

A análise dos textos acima discriminados será construída a partir de contribuições de autores como Le Goff (2005) que, ao discutir os conceitos de *documento* e *monumento*, contribui para a compreensão dos modos pelos quais o texto de Inezil Penna de Marinho foi consagrado entre os professores de Educação Física, sendo mais do que um *documento* e constituindo-se como *monumento*. Através dos referenciais de Inezil Penna Marinho e de outros autores serão analisadas as primeiras tentativas de inserção da Educação Física nos meios escolares, como por exemplo, o *Parecer Sobre Instrução Pública* que Rui Barbosa escreveu em 1882, no qual ele defende a implantação de Educação Física nas escolas do Império. A participação de médicos no processo de configuração da Educação Física também será destacada quando for tratada a questão higiênica, que era a principal característica

da Educação Física no início do século XX. Taborda (2003) e Souza Júnior e Galvão (2005), autores que tratam da questão da história das disciplinas escolares, ajudam a compreender o movimento que levou a Educação Física a ocupar um lugar na escola e posteriormente a tornar-se uma disciplina escolar. Trabalhos como os de Vago (2002), professor da Universidade Federal de Minas Gerais, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da Faculdade de Educação, também coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre a inserção da Educação Física nos meios escolares mineiros, oferecem subsídios para se entender como ocorreu a transformação de uma simples atividade física em matéria escolar presente nos currículos oficiais. Pelo desenvolvimento desses pontos procura-se demonstrar as especificidades que fizeram com que houvesse a necessidade de realizar a preparação específica do profissional que trabalharia com a Educação Física.

O estudo atenta para o período compreendido entre 1952 e 1954, quando os quatro volumes da obra *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* foram editados. Quer-se aqui perceber como esse texto foi dado a ler aos alunos que, naquele momento, cursavam as Escolas de Educação Física e Desportos, tratando de questões sociais, políticas e econômicas que, no entender do autor, levaram à consolidação da Educação Física na escola e à criação dos cursos superiores. Trata-se, portanto, de uma fonte privilegiada para se verificar de que forma a História da Educação Física brasileira era lida no período. A dissertação enfatiza a importância que Inezil Penna Marinho confere à criação dos cursos superiores para formar os docentes de Educação Física, examinando um dos aspectos presentes na constituição da disciplina e da profissionalização do professor especializado.

Partindo do pressuposto de que o livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* foi, durante praticamente trinta anos a principal referência acerca da História da Educação Física brasileira, o presente trabalho terá como questão nuclear o lugar do livro de Inezil Penna Marinho na configuração dos cursos de Educação Física. Para tal se propõe a verificar a importância dessa obra na consolidação dos cursos e da profissão de Professor de Educação Física em nosso país. Sendo assim, é importante analisar se os conceitos estabelecidos por Inezil Penna Marinho, ao relatar sua história, foram determinantes para estabelecer algumas posições formadas através dos anos, como por exemplo, qual o lugar da Educação Física na escola?

Quer-se, assim, compreender a importância da obra de Inezil Penna Marinho, não apenas como pioneira para o estudo da História da Educação Física brasileira, mas também como um dos elementos que contribuíram para a efetivação de um modelo de formação para uma época em que os cursos de Educação Física começavam a ser difundidos em nosso país, além da consolidação do perfil do profissional de Educação Física que era então formado.

# CAPÍTULO 1

## HISTÓRIAS E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

### 1.1 *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil: Leituras*

A *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* contou com 4 volumes, publicados originalmente entre 1952 e 1954, posteriormente esses foram reunidos e o texto foi resumido, compondo um único volume, publicado na década de 1980. Entretanto, sabe-se que a obra poderia ter contado com 5 volumes, anunciados na relação de obras do autor publicadas durante a década de 1950. Não há notícias sobre as razões pelas quais o último volume não foi publicado.

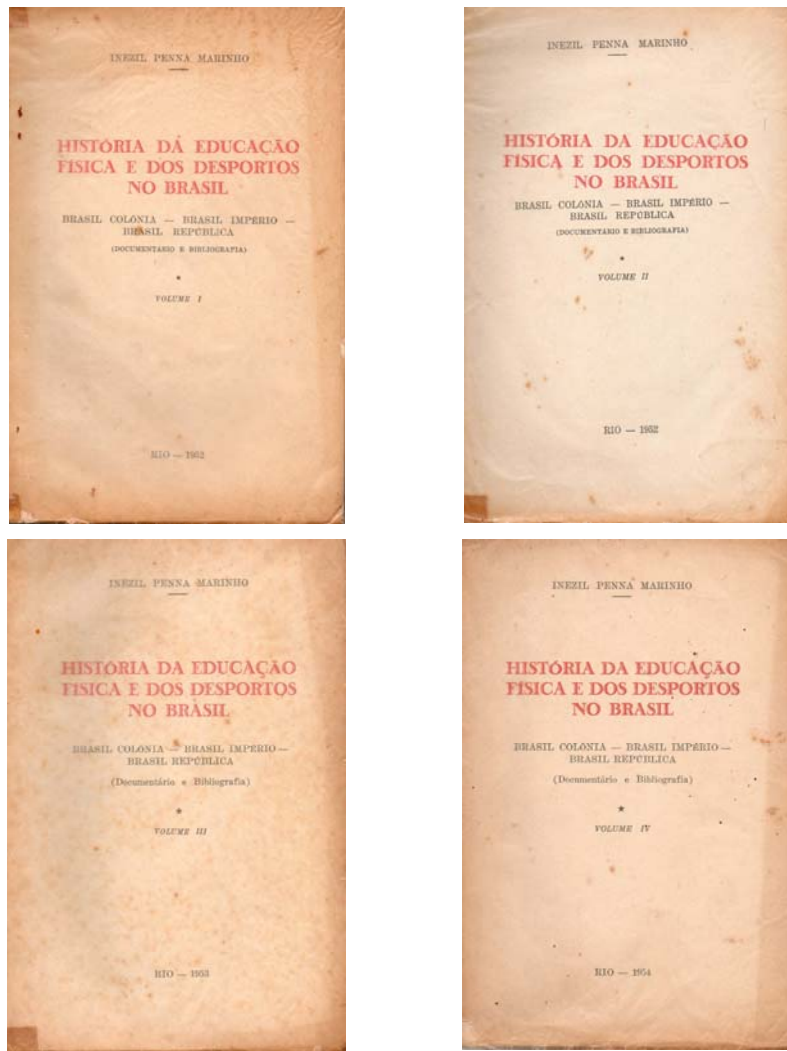


Figura 1 - As fotos acima são referentes às capas dos quatro volumes da obra *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil: Brasil Colônia – Brasil Império – Brasil República (Documentário e Bibliografia)*. Escritos por Inezil Penna Marinho, os livros foram publicados em 1952 (v. I e II), 1953 (v. III) e 1954 (v. IV) no Rio de Janeiro, pela Editora Revista dos Tribunais.

Conforme o próprio autor informa, os quatro volumes da *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* foram baseados na *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil*, originalmente publicada em 1943, por intermédio da Divisão Nacional de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, contando com 616 páginas e tendo 1000 exemplares impressos, apenas na primeira edição e, como Inezil Penna Marinho informou esse material “esgotou-se rapidamente sem que pudessem ser satisfeitos todos os pedidos das pessoas interessadas em tal publicação” (MARINHO, v. I, 1952, p. 14).

Na continuidade de seus estudos, Inezil Penna Marinho retomou as *Contribuições*, “anotando e corrigindo cuidadosamente as falhas”, “perquirindo nos arquivos e bibliotecas minuciosamente, escrevendo incansavelmente aos que pudessem fornecer indicações e aproveitando o material dos trabalhos precedentes”. A partir desses esforços, o autor escreveu a *História da Educação Física*, afirmando tratar-se de um livro “apenas mais enriquecido, mais ampliado, mais prático” (MARINHO, v. I, 1952, p. 13) do que as *Contribuições*.

Inezil Penna Marinho ainda retoma a estrutura das *Contribuições* para organizar o texto da *História da Educação Física*. Pelo que se pode depreender, a história da Educação Física foi pensada no livro em três grandes momentos da história política nacional: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Dada a importância que o autor confere a esse último período, o mesmo está subdividido em quatro fases, no intuito de acompanhar a nossa história política.

[...] e são estes os fatos que servem como marco divisório:

1. A Independência do Brasil;
2. A Proclamação da República;
3. A Revolução de 1930;
4. O Golpe de Estado de 1937;
5. O Golpe de 1945;
6. A posse do Presidente eleito em 1946. (MARINHO, v. I, 1952, p. 23).

O autor reconhece que essa divisão pode “parecer absurda” (MARINHO, v. I, 1952, p. 23). Mas, nas suas palavras ela é justificada devido ao grande número de fatos ocorridos naquele período, também não se pode deixar de levar em consideração que, nesse momento, o autor tinha intensa participação nos rumos da Educação Física nacional, pois fazia parte da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e da Saúde, órgão do governo federal que coordenava grande parte do movimento em prol da popularização e consolidação da Educação Física no país. Acerca do desenvolvimento desse tipo de iniciativa, o próprio Inezil Penna Marinho afirmou o seguinte: “ocorre que as notícias e documentos, assim como os fatos e atos, são muito mais numerosos nestes últimos anos do que, como é natural, poderiam ser em época anterior.” (MARINHO, v. I, 1952, pp. 23 - 24).

De fato, chama a atenção que a primeira etapa da história construída por Inezil Penna Marinho compreenda 322 anos, tratados todos no primeiro volume, que tem apenas 179 páginas. Já o quarto volume, que foi o último efetivamente impresso e editado, remete para a 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> fases do Brasil República (1937–1945 / 1945–1946) e é composto por 567 páginas.

Essa opção de Inezil Penna Marinho por dividir a história da Educação Física de acordo com a história política do Brasil foi comum a outras obras publicadas durante o período no campo educacional. Um exemplo famoso é a *Cultura Brasileira* de Fernando de Azevedo. Publicada inicialmente em 1943, essa última obra citada se propôs relatar todo o movimento educacional ocorrido no país desde a chegada dos jesuítas em 1546. Tomada como referência entre os educadores brasileiros, o texto de Azevedo em seu terceiro tomo também divide os grandes fatos da história da educação a partir da divisão clássica da história política nacional. Sobre a similaridade de estilo e organização entre as obras de Inezil Penna Marinho e Fernando de Azevedo, Nascimento (1997) destaca:

No corpo da obra de Marinho, percebo a influência de Azevedo no que se refere à forma de construção do seu discurso narrativo-descritivo, aos nexos de composição da obra. Afinal, há entre esses intelectuais da educação brasileira do período características comuns: nas escritas de suas obras, nas suas formações, na literatura da época. (NASCIMENTO, 1997, p. 91).

Em artigo publicado na *Revista Brasileira de História*, com o título *História da Educação no Brasil, a constituição histórica do campo (1880-1970)*, os autores Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2003) analisam a História da Educação Brasileira por meio de três vertentes. Na terceira, tratam da escrita acadêmica e a analisam do início dos anos 1940 até praticamente os dias atuais. No início dessa análise, a obra de Fernando Azevedo é citada como referência:

Publicado em 1943 pela Imprensa Nacional, o livro, com suas quase 800 páginas, divididas em três tomos (*Os fatores da cultura, A cultura, A transmissão da cultura*) e fartamente ilustrado com fotografias, superou largamente a encomenda e constituiu-se em obra de referência para o campo educacional [...]. (VIDAL e FARIA, 2003, p. 52).

Apesar disso, ao longo do trabalho, os autores utilizam-se das afirmações de outros estudiosos e apresentam diversas críticas que foram feitas, com o passar dos anos, à forma como a obra foi escrita. Marta Carvalho (2001) cita o fato de Fernando Azevedo construir representações de heróis e vilões da educação brasileira, fato que também é usado como crítica à obra de Inezil Penna Marinho. Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2003) também citam Laerte Ramos de Carvalho, como um dos críticos da periodização política do estudo da educação brasileira “Ramos de Carvalho divulgou, em 1971, o artigo “*A Educação brasileira e sua periodização*”, no volume mimeografado resultante do *I Seminário de Estudos brasileiros – Encontro Internacional de Estudos Brasileiros*,

realizado no IEB-USP, “em que criticava o uso da história política e administrativa brasileira como marco para a história educacional” (VIDAL e FARIA, 2003, p. 56). Laerte Carvalho afirmou:

À medida que nos aprofundamos na análise de nosso passado educacional, mais nos reforçam as convicções sobre a inadequação deste modelo tradicional de periodização para a compreensão da história da escola brasileira. (CARVALHO, 2001, apud VIDAL e FARIA, 2003, p. 56).

No âmbito da nova história cultural<sup>2</sup> foram possibilitadas outras leituras e, especialmente na década de 1980, foram feitas críticas ao modelo de história proposto por Inezil Penna Marinho. O material organizado pelo Prof. Dr. Victor Andrade de Melo, em que o autor comenta a biografia de Inezil Penna Marinho, exemplifica o tipo de crítica que foi feita a sua obra no início da década de 1980: “Sem dúvida, muitas críticas podem ser feitas aos estudos históricos de Marinho: a) a periodização é exterior ao objeto de estudo, isto é, ligada à periodização política nacional.” (MELO, *Inezil Penna Marinho – Notas Biográficas*. [www.ceme.eefd.ufrj.br/apresenta/home2.html](http://www.ceme.eefd.ufrj.br/apresenta/home2.html). 2007).

Segundo Melo (1999), essas não foram as únicas críticas feitas à obra de Inezil Penna Marinho. Outra delas é referente à ênfase que o autor dá às “grandes personagens” da história da Educação Física nacional, característica dos trabalhos históricos da época, como por exemplo, o destaque dado ao Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Assim “apresenta uma ‘história oficial’, na qual os expoentes recebem lugar de privilégio absoluto” (MELO, 1999, p. 36). Uma alternativa como essa deixou de lado o cotidiano dos professores e “suas obras ainda são um levantamento de datas, fatos e nomes, apresentados sequencialmente, ano após ano, sem uma preocupação maior com a análise crítica deste material” (MELO, 1999, p. 36). Outra crítica feita a Inezil Penna Marinho e assinalada por Melo é o fato de que o autor “não define com clareza os objetos 'Educação Física' e 'esporte', confundindo-os com qualquer manifestação da cultura corporal de movimento” (MELO, *Inezil Penna Marinho – Notas Biográficas*. [www.ceme.eefd.ufrj.br/apresenta/home2.html](http://www.ceme.eefd.ufrj.br/apresenta/home2.html). 2007). Isso fica claro no primeiro volume da obra, onde Inezil Penna Marinho classifica como Educação Física toda e qualquer atividade física realizada pelos índios brasileiros, sejam essas atividades ligadas à caça, dança ou ao dia-a-dia das tribos. Sobre esse aspecto da obra, Nascimento (1997), afirma:

A utilização que faz dessas “fontes” do Brasil-Colônia visa forjar uma história, segundo a qual, a gênese da história da Educação Física no Brasil coincide com a da história nacional. A forma, como as articula, mostra sua capacidade de organizar uma história que correspondeu às expectativas da época; nas seleções que fez para escrever a História da Educação Física no Brasil-Colônia optou pelas fontes “mais seguras”,

---

<sup>2</sup> - Para saber mais sobre o assunto verificar Burke, P. *A Escola dos Annales*. (1991); Burke P. *A escrita da História* (1992); Le Goff, J. *História e Memória* (1990); Hunt, L. *Nova História Cultural* (1992).

que apresentavam, por si só, a credibilidade necessária para que fossem aceitas. (NASCIMENTO, 1997, p. 56).

Tais críticas conduzem a pensar nas várias leituras feitas sobre a obra de Inezil Penna Marinho. Assim, de uma obra de referência para o estudo da história da Educação Física, considerando o período que compreende o início da divulgação dos livros até os anos 1980, *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* foi uma das poucas e mais lidas produções da área. Porém, apesar de ter apresentado críticas a forma como a obra de Inezil Penna Marinho foi escrita, Victor Andrade de Melo apresenta uma defesa à estruturação dos livros, enfatizando as características das obras produzidas na época: “Se tais críticas não são absurdas, podem ser equivocadas se não procurarmos compreender o contexto geral em que Marinho produziu sua obra.” (MELO, Inezil Penna Marinho – Notas Bibliográficas [www.ceme.eefd.ufrj.br/apresenta/home2.html](http://www.ceme.eefd.ufrj.br/apresenta/home2.html). 2007).

Referindo-se ao contexto da época da produção da obra de Inezil Penna Marinho, Gomes (1996), citado por Nascimento (1997), relata o estilo das obras históricas produzidas no período, que tinham como uma das suas principais características, entre outras, a exaltação à Pátria.

As obras dos historiadores estão carregadas de influências positivistas, marcadas por uma ênfase dada aos documentos escritos, a uma história narrativo-descritiva e acrítica, em perfeita harmonia com o proceder historiográfico do País na época. Essa história, genericamente, tem como referência os preceitos da escola positivista. Enfatizando os acontecimentos políticos, caracteriza-se pela redução do conceito de documento histórico (apenas documentos escritos e oficiais), pela referência à Pátria e ao regime governamental vigente, aos fatos protagonizados por heróis, pelos acontecimentos políticos, pela ausência da crítica, pela idéia de um Estado nacional, pela reprodução de uma cultura e pela “*recuperação do passado brasileiro*”. (GOMES, 1996, p.12 apud NASCIMENTO, 1997, p. 6).

O presente estudo propõe-se, nessa perspectiva, a colaborar com os estudos sobre a obra de Inezil Penna Marinho. Para tal, interessa conhecer os modos pelos quais a *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* se organizou, explicando como a Educação Física e seu ensino formaram-se no Brasil e, mais especificamente, como foram criados os cursos superiores de formação de professores especializados. Tomado aqui como fonte e objeto de estudo, o livro de Inezil Penna Marinho permitirá compreender assim qual foi o papel atribuído à constituição dos cursos superiores na profissionalização dos docentes responsáveis pela Educação Física.

## **1.2 *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil: Documento/Monumento.***

O objetivo desta etapa da dissertação é caracterizar o lugar do livro de Inezil Penna Marinho “*História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*” no campo da disciplina, evidenciando que



mais do que um “documento”, o texto acabou se consolidando como uma espécie de “monumento” para os professores da área. As idéias de “documento” e “monumento” são tomadas aqui no sentido sugerido por Le Goff em sua *História e Memória* (2005). Nessa etapa do trabalho, a obra de Nascimento (1997) será importante para demonstrar como a escrita do livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* foi entendida por seus críticos. Também terá vital importância para o trabalho, verificar na biografia de Inezil Penna Marinho e no reconhecimento da comunidade acadêmica, acontecimentos que o classifiquem como um autor reconhecido e respeitado.

### 1.2.1 – A questão documento/monumento

Na sua obra *História e Memória* (2005) Le Goff dedica um capítulo à compreensão dos significados de “documento” e de “monumento”. Para tal, o autor analisa as diferentes formas de se fazer a história através dos tempos, principalmente em relação ao que ele chama de *materiais da memória coletiva*, os documentos e os monumentos, suas origens, o tratamento que foi dado a esses materiais durante os anos e que caracterizam os períodos em que um se sobrepõe ao outro, bem como os fatos, que atualmente, permitem uma nova leitura desses *materiais da memória coletiva*. Le Goff (2005) faz um breve relato, demonstrando, pela sua definição, as principais características tanto dos monumentos quanto dos documentos: “Esses materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.” (LE GOFF, 2005, p. 526).

Segundo Le Goff (2005), a palavra monumento origina-se da palavra latina *monumentum*, que por sua vez deriva do verbo *monare* que significa “fazer recordar”. Portanto, o monumento é algo que tem como objetivo principal lembrar o passado “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (LE GOFF, 2005, p. 526). Em especial a partir da Antiguidade romana, o monumento teve duas representações principais, sendo primeiramente uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura e, em outras ocasiões, um monumento funerário, que tem como objetivo perpetuar a recordação sobre determinado fato ou indivíduo. Essa classificação, segundo Le Goff (2005), apresenta outra importante definição do monumento, a sua ligação com o poder de perpetuação das sociedades, ou seja, através de um monumento os povos buscam representar e até mesmo perpetuar, voluntariamente ou não, o que foram, o que conquistaram e até mesmo o que pensaram.

O *monumento* tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 2005, p. 526).

A palavra documento, por sua vez, tem origem no termo latino *documentum*, que deriva do termo *docere* “ensinar”. Através dos tempos passa a ter a representação de “prova” e então vem a ser amplamente utilizado no vocabulário jurídico. Diferentemente do monumento, tem como característica o fato de servir como prova histórica.

É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*, e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. (LE GOFF, 2005, p. 526).

Esse significado de prova, que foi dado ao documento, atinge o seu ponto máximo durante a escola positivista. Diferentemente do monumento, que pode ser visto como uma escolha da sociedade que o construiu, o documento é entendido como uma escolha do historiador para comprovar o que se pretende afirmar, além disso, essa comprovação necessita de documentos oficiais e escritos.

(...) o documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*. (LE GOFF, 2005, pp. 526-527).

Já durante o século XVIII, era possível observar o avanço da noção de documento em relação à de monumento. Para os historiadores do período, principalmente após o desenvolvimento das idéias positivistas, documento era equivalente a texto, portanto neste período o principal referencial para os historiadores era o que estava escrito “Para Fustel, como para a maior parte dos historiadores embebidos de um espírito positivista, vale documento = texto.” (LE GOFF, 2005, p. 527). Porém neste mesmo período, as grandes coleções de documentos, escritos principalmente pelos governos e que tinham como objetivo principal a valorização de questões patrióticas, eram caracterizadas como monumentos “O termo *monumentos* será ainda correntemente usado no século XIX para as grandes coleções de documentos.” (LE GOFF, 2005, p. 528).

O século XX marca o grande triunfo do documento em relação ao monumento. A maior utilização de textos, como citado por Fustel de Coulanges, coincide com o estabelecimento da escola positivista, sendo estes os principais motivos para este destaque. A utilização e valorização dos documentos atingem o seu ponto mais alto: “A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento.” (LE GOFF, 2005, p. 529).

Essa característica positivista, que fez com que o documento fosse valorizado e que é encontrada na obra de Inezil Penna Marinho, foi uma das principais críticas feitas ao seu trabalho. Entre as citações feitas pelo autor referentes à construção dos quatro volumes de *História de Educação Física e dos Desportos no Brasil*, podem ser destacadas várias em que são reforçadas as características positivistas de se escrever a história. Um exemplo bem claro dessa situação pode ser representado através da explicação dada por Inezil Penna Marinho, nos *Prolegômenos* de seu trabalho, quando o autor explica a forma como construiu a sua obra.

Não podemos dizer que esta obra se apresente completa, sem falhas. Procuramos, com o maior empenho, torná-la, tanto quanto possível, o mais documentada, baseando-nos exclusivamente em fontes seguras, sem considerar depoimentos pessoais, de caráter verbal (...). A imensidão territorial do Brasil, a pobreza dos nossos arquivos e mesmo a falta de documentação a respeito do assunto até há bem pouco tempo sem importância para os poderes públicos, a dispersão das fontes informativas, muito dificultam qualquer tentativa que se faça a respeito. (MARINHO, v. I, 1952, p. 13).

Essa citação demonstra a importância que Inezil Penna Marinho dava aos documentos na construção de sua obra, pois o autor os define como fontes seguras para tornar o seu livro o mais fidedigno possível, desprezando para tal, depoimentos pessoais de caráter verbal. Nessa época, a opção por documentos não era exclusividade de Inezil Penna Marinho, Nascimento (1997) destaca a importância do documento para a escola positivista:

O documento foi colocado em primeiro plano pela escola positivista, na construção historiográfica do passado. Todo historiador, para recuperar o passado, construindo uma memória coletiva de Estado-Nação, recorria ao documento sem lhe acrescentar nada que ele já não tivesse. (NASCIMENTO, 1997, p. 38).

Exemplo dessa opção por documentos pode ser verificado pelo comentário feito por Inezil Penna Marinho, quando o autor cita a motivação para escrever os quatro volumes de *Historia da Educação Física e dos Desportos no Brasil*: “Como na *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil*, o intuito foi o de colocar ao alcance de todos a documentação existente sobre Educação Física e Desportos, com as mais precisas indicações de suas fontes” (MARINHO, v. I, 1952, p. 13).

Também fica clara que a sua principal fonte para a construção da obra foi a visita a bibliotecas e arquivos, exemplo disso é que na página 15 do primeiro volume de *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, Inezil Penna Marinho cita 18 bibliotecas, localizadas nos estados do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, São Paulo e Espírito Santo, como os locais onde buscou as fontes necessárias para escrever sua obra. Nesse momento, o autor cita a dificuldade em encontrar nas

bibliotecas, exceto nas especializadas, um fichário onde os assuntos referentes à Educação Física estivessem organizados de forma satisfatória.

Por certo, muitos livros e atos sobre Educação Física e desportos terão escapado à rede que estendemos. Mas não temos, nem poderíamos ter, a pretensão de haver realizado algo impecável. As próprias bibliotecas onde efetuamos as nossas pesquisas, excetuadas naturalmente as especializadas no ramo, apresentavam um fichário em que a Educação Física não figurava na classificação dos assuntos. Desse modo, em centenas de milhares de fichas era difícil encontrar a indicação dos livros sobre a matéria em foco. (MARINHO, v. I, 1952, p. 13).

Dando continuidade ao levantamento de características positivistas da sua obra é conveniente ressaltar a alusão a grandes personagens, como no caso do Ministro da Educação e Saúde o Sr. Gustavo Capanema: “E por um ato de justiça, não podemos deixar de reconhecer que a Educação Física e os desportos no Brasil muito devem ao Sr. Gustavo Capanema” (MARINHO, v. I, 1952, p. 21). Outro fator a ser destacado é a forma como a obra foi organizada, de maneira a que o leitor acompanhe o desenvolvimento de Educação Física nacional através dos anos, isso fica claro ao se consultar o índice de qualquer um dos quatro volumes, pois o autor separa essa história, como já foi citado anteriormente, de acordo com a divisão política nacional. É relevante destacar que a bibliografia utilizada por Inezil Penna Marinho é composta por muitas leis e decretos e que uma das principais características de sua obra é a divulgação de datas e fatos históricos da História da Educação Física nacional. Comentando a característica das obras históricas da época, Nascimento (1997) destaca: “O historiador coletava os dados, selecionava-os e narrava os acontecimentos mantendo uma neutralidade própria à erudição (NASCIMENTO, 1997, p. 37). A partir da década de 1980, muitos historiadores criticaram a forma como Inezil Penna Marinho construiu a sua obra, tratando-a como uma obra extremamente positivista. Em relação a esse ponto, Nascimento (1997) destaca:

Muitas são as críticas feitas ao trabalho de Marinho. Em linhas gerais, segundo os seus críticos, por apresentar uma história positivista, em que os documentos históricos são apenas os documentos jurídicos; por apresentar uma história acrítica, narrativo-descritiva, com uma periodização marcada pelos principais momentos políticos e sem um posicionamento ideológico do autor. (NASCIMENTO, 1997, p. 2).

Acontece que nas considerações finais de seu trabalho, Nascimento (1997) faz uma defesa da obra de Inezil Penna Marinho, refutando o conceito preestabelecido pela segunda geração de historiadores da Educação Física brasileira, de que o autor havia sido extremamente positivista na construção de sua obra. A esse respeito, a autora fez a seguinte afirmação:

Muito mais do que escrever uma história, “dita”, positivista, Marinho foi além desta ação. Reuniu para além de documentos relativos à Educação Física que traziam a chancela oficial – a letra da lei – vários outros documentos que informavam sobre todos os acontecimentos desportivos, sobre todas as atividades que envolviam a Educação Física, demonstrando a todo o tempo que sua história está intrinsecamente

ligada à história da educação brasileira, bem como à história do Brasil; e, muito além de reunir documentos, descarta a neutralidade supostamente comum aos escritores positivistas, pois posiciona-se discorda, explica, discute, debate com seus interlocutores. (NASCIMENTO,1997, p. 98).

Essa busca de Inezil Penna Marinho por documentos ou por situações que possibilitassem uma leitura da história da Educação Física no Brasil conduz a retomar aqui a afirmação de Lefebvre, citada por Le Goff (2005, p. 529): “Não há notícia histórica sem documentos”. A análise da obra de Inezil Penna Marinho não escapa assim de uma discussão acerca da amplitude do termo “documento” e das possibilidades postas à construção da história da Educação Física. Segundo historiadores como Saraman, a falta de documentos escritos não impede que outras fontes possam ser analisadas, todos os aspectos que envolviam o fato devem ser analisados, resultando daí uma história que não é dependente apenas de um documento escrito: “Há que tomar a palavra *documento* no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira” (SARAMAN, 1961, apud LE GOFF, 2005, p. 531).

Tal como se entende aqui, um “documento” não deve ser analisado sem se levar em conta as condições pelas quais foi produzido, como, por exemplo, o seu período, quem o escreveu, quais eram as forças políticas, econômicas e sociais do período e qual mensagem seus produtores queriam veicular. O “documento” deixa assim de ser analisado como um simples pedaço de papel, pois tem como objetivo legitimar algo e passa a ser tratado também como “monumento”.

A concepção do documento/monumento é, pois independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2005, pp. 535 - 536).

Portanto é importante analisar a forma como Inezil Penna Marinho escreveu *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*. Assim, é possível entender como essa obra foi escrita, qual era a mensagem em relação à consolidação da Educação Física no país, o que o autor procurou passar, quais eram os aspectos considerados importantes para a preparação do professor de Educação Física da época. A análise do livro como um monumento permitirá a resposta a esses e outros questionamentos.

### 1.2.2 *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* “Monumento” da Educação Física e do seu ensino no Brasil.

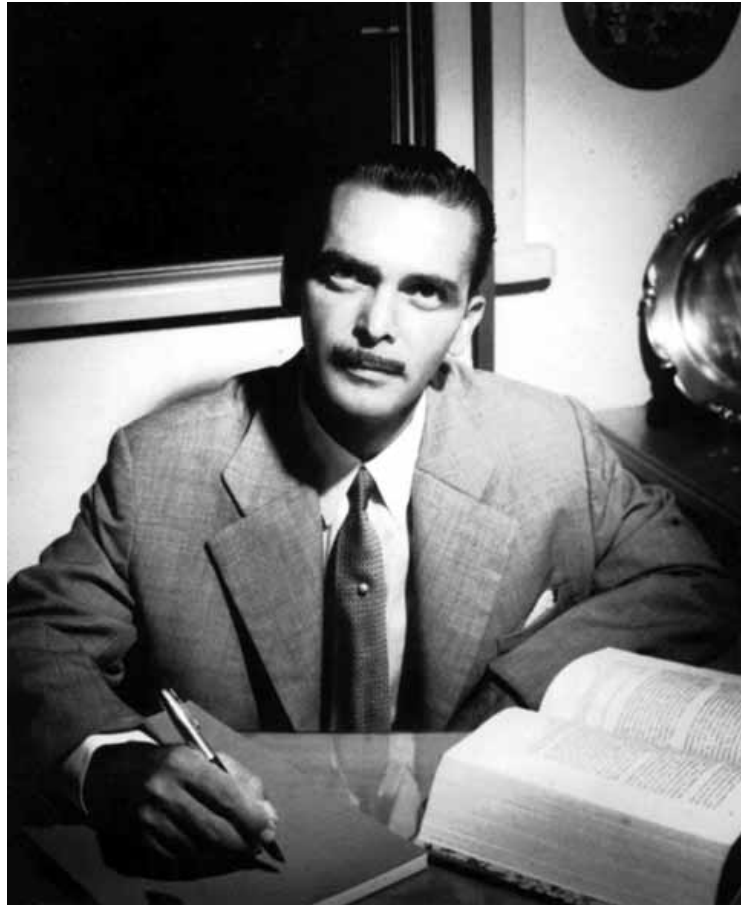


Figura 2 - Foto do acervo da família. Foi também publicada na homenagem da FIEP, realizada pela reportagem na Revista do Confef (Conselho Federal de Educação Física) nº 10, ano III, de dezembro de 2003, com o título *Um reconhecimento aos ilustres Mestres da Educação Física*.

Inezil Penna Marinho, na foto anterior tirada em 1955, foi uma das grandes personalidades da Educação Física Brasileira. Desde os anos 1930, escreveu diversos livros, trabalhos, participou de diversos congressos nacionais e internacionais, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* de várias faculdades de Educação Física; entre elas, a Faculdade de Educação Física e Desportos do Paraná, em 11 de junho de 1945 e da Escola Superior de Educação Física da UFRGS em 1950; foi membro da Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e da Saúde do governo de Getúlio Vargas, na qual entrou em 1939 com o cargo de assistente técnico. Durante este período esteve à frente do movimento de popularização da Educação Física em nosso país, foi professor, dentre outras, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), tendo sido aprovado em concurso realizado no ano de 1949, primeiro sendo o responsável pela cadeira de Metodologia da Educação Física e dos Desportos, porém com o falecimento do professor Aluizio Ramos Accioly, no ano de 1956, assumiu

também a cadeira de História e Organização da Educação Física e dos Desportos, momento representado na foto abaixo. Concomitantemente a essas funções, era o chefe do Departamento de Pedagogia da referida escola, foi também fundador e primeiro presidente da Associação de Professores de Educação Física (1946-1950) e fundador e primeiro presidente da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física (1946-1948).



Figura 3 - A foto foi retirada do *site* do Centro de Memória Inezil Penna Marinho da Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi tirada durante a posse de Inezil Penna Marinho na cadeira de História e Organização de Educação Física e Esportes, em 1956. Disponível em: <http://www.ceme.eefd.ufrj.br>, acesso em 2008.

Esse breve currículo relata apenas algumas experiências de Inezil Penna Marinho. Em dezembro de 2005, a Casa da Educação Física, entidade localizada na cidade de Foz do Iguaçu (PR) e que é sede da Federação Internacional de Educação Física no Brasil, divulgou o resultado de uma eleição que realizou, via internet, para eleger “Os grandes pensadores da Educação Física Brasileira” em todos os tempos. O mais votado foi o professor Inezil Penna Marinho. Um resultado como esse conduz a pensar sobre o prestígio que até hoje o referido autor tem na comunidade ligada à Educação Física no Brasil.

Diversos outros exemplos podem ser citados para demonstrar a importância de Inezil Penna Marinho, entre eles é conveniente destacar a citação que Amarílio Ferreira Neto, professor pesquisador que faz parte do Laboratório de Estudos em Educação Física (LESEF), do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, faz em seu trabalho, *Inezil Penna Marinho na Educação Física: Intervenção e Conhecimento*, destacando, no primeiro parágrafo da sua obra os estudos de Inezil Penna Marinho: “Esse ator social militou na Educação Física brasileira por meio século e se tornou um dos maiores estudiosos dessa área no século XX” (FERREIRA NETO, mimeo).

Outros pesquisadores estudaram Inezil Penna Marinho, entre eles, a já citada anteriormente, Professora Célia Carvalho do Nascimento (1997). A autora faz uma análise do livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* rebatendo as críticas que foram feitas a obra de Inezil Penna Marinho, no final da década de 1980, caracterizando seu trabalho como extremamente positivista. Sobre essa caracterização positivista imposta à obra de Inezil Penna Marinho, é importante ressaltar que não é exclusiva de sua obra, mas sim de diversas obras históricas escritas no período. Essas características estavam relacionadas às fontes utilizadas, que eram em geral documentos jurídicos, também a história da época era acrítica, sendo assim os autores não procuravam se posicionar perante os acontecimentos apresentando, apenas, uma narração que se baseava na descrição dos acontecimentos. A periodização era definida pelos principais acontecimentos políticos do país e geralmente o autor não defendia nenhuma ideologia ao narrar a sua história, limitando-se à simples narração dos fatos.

De acordo com a autora, essa crítica pode ser feita ao exemplar resumido que foi lançado nos anos 1980, pois diversos pontos importantes da obra original foram retirados para que o volume reduzido fosse produzido: “Esta edição (1980), sim, é digna de grandes críticas por omitir muitas das informações de que só se tem conhecimento na leitura da edição de 1952/1954.” (NASCIMENTO, 1997, p. 14), portanto, essa crítica não se aplica aos quatro volumes escritos na década de 1950. Outro fator importante destacado pela autora é a necessidade de se entender a forma como a história foi escrita no período em que Inezil Penna Marinho produziu sua obra, além do mais demonstra que o autor não se limitava a contar a história da Educação Física nacional simplesmente pela repetição de datas, acontecimentos e leis, mas sim que, em diversos momentos o autor procurou demonstrar a sua opinião sobre os fatores que contribuíram para a consolidação da Educação Física no Brasil.

Apesar de apresentar uma história caracteristicamente positivista, Marinho traz posicionamentos divergentes do consenso, ao fazer uma leitura minuciosa dos documentos, e até mesmo ao esboçar sua erudição, discutindo temas e conceitos, divergindo ou concordando com outros autores e intelectuais e resenhando assuntos tratados em livros publicados. (NASCIMENTO, 1997, p. 2).

Tendo sido uma das principais obras de Inezil Penna Marinho, o livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* foi publicado em quatro volumes entre 1952 e 1954, tendo também, como citado anteriormente, sido publicada uma edição resumida que foi editada nos anos 1980, sendo então, durante todo esse período, considerada uma das principais referências para o estudo da historiografia da Educação Física brasileira, ao ponto de ser solicitada como bibliografia básica em diversos concursos da área realizados durante o período.



Devido à publicação de seus primeiros livros, Inezil Penna Marinho pode ser considerado o primeiro grande historiador da Educação Física brasileira, pois o autor foi o primeiro a escrever uma obra dedicada efetivamente ao tema no Brasil. Inezil Penna Marinho trata do assunto Educação Física pela primeira vez em 1940, quando lança o livro *Educação Física – Estatística*, porém foi pelo livro *Contribuições para a História da Educação Física no Brasil*, originalmente publicado em 1943 e lançado com o apoio da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, que Inezil Penna Marinho tratou do tema pela primeira vez. *Contribuições* foi a primeira grande obra que retratou a História da Educação Física brasileira, tratando-a com a profundidade necessária, trabalho esse que tornou Inezil Penna Marinho o principal referencial da primeira geração de historiadores da Educação Física brasileira. Entretanto, vale destacar que a primeira obra produzida no Brasil sobre História da Educação Física, *Histórico da Educação Física*, não foi escrita por Inezil Penna Marinho e sim pelos militares Laurentino Lopes Bonorino, Antonio de Mendonça Molina e Carlos M. de Medeiros, todos eles tenentes do Exército Brasileiro, que a publicaram em 1931, porém o livro tratava principalmente de questões internacionais e dedicava pouquíssimo espaço, mais precisamente apenas meia página, para assuntos referentes à Educação Física no Brasil. Portanto, o trabalho que Inezil Penna Marinho realizou ao escrever em 1943 o livro *Contribuições* e que serviu de base para a escrita dos quatro volumes de *Histórias da Educação Física e dos Desportos no Brasil* o credencia como o primeiro autor que efetivamente se referiu à História de Educação Física brasileira. Sobre a condição de pioneirismo destinada a Inezil Penna Marinho, Nascimento (1997) destaca que:

A primeira geração é marcada, segundo especialista da área, e também partindo dos balanços por mim realizados, por praticamente uma única referência historiográfica. Essa referência é indiscutivelmente, o pioneiro dos trabalhos de pesquisa histórica em Educação Física no Brasil, Inezil Penna Marinho, com destaque especial para os quatro volumes da sua *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, publicada entre os anos de 1952 e 1954. Até 1943, nada havia sido sistematizado sobre a história dessa disciplina. Nenhum outro intelectual, nenhum outro historiador havia se proposto a escrever a história da Educação Física no Brasil. Nem mesmo Rui Barbosa, Jorge de Moraes ou Fernando de Azevedo, intelectuais que em alguns momentos se manifestaram em defesa da introdução da Educação Física nos currículos escolares, propuseram-se a escrever a sua história. (NASCIMENTO, 1997, p. 3).

Na foto abaixo, tirada na Praia da Urca, no Rio de Janeiro em 1948, Inezil Penna Marinho representa a tradicional figura do Discóbulo de Miron, representação do atleta lançador de disco e que é o símbolo da Educação Física.



Figura 4 - Foto publicada na homenagem da FIEP realizada pela reportagem na Revista do Confef (Conselho Federal de Educação Física) n.º 10, ano III, de dezembro de 2003, com o título *Um reconhecimento aos ilustres Mestres da Educação Física*.

Essa ilustração sugere o lugar de Inezil Penna Marinho na História da Educação Física brasileira, Nascimento (1997) destaca em sua obra, o fato de que o trabalho realizado por Inezil Penna Marinho, em seus livros e, principalmente, pela sua atuação na Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Saúde colaborou para consolidar a Educação Física como uma disciplina escolar.

Com toda sua eloquência, atuando, pois, em setores tão diversos, conseguiu dar, sobretudo, à Educação Física o destaque que lhe era devido, colocando-a lado a lado, em importância, com as demais disciplinas escolares. Pelo apoio recebido do governo vigente na época – Estado Novo – conseguiu fazer com que a Educação Física ocupasse o centro – o coração – do currículo escolar. (NASCIMENTO, 1997, p. 2).

Os quatro volumes do livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, editados entre 1952 e 1954, foram por mais de trinta anos a principal referência de estudos da História da Educação Física brasileira, dessa forma muito do que foi escrito por Inezil Penna Marinho, serviu para formar toda uma geração de professores que contribuíram, com seus ensinamentos, para edificar e consolidar o que se entendeu e até mesmo o que se entende até hoje por Educação Física em nosso país. Quanto à participação de Inezil Penna Marinho como um *monumento* da Educação Física brasileira, Nascimento (1997) destaca: “ele não é apenas um historiador que narra os fatos e acontecimentos, é também um ator, um partícipe daquele momento histórico.” (NASCIMENTO, 1997. p. 98).

## CAPÍTULO 2

### A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR

Essa etapa do trabalho tem como objetivo analisar como Inezil Penna Marinho explica, em seu livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, o desenvolvimento da história da Educação Física brasileira e o seu movimento de inclusão entre as disciplinas trabalhadas na escola.

É possível encontrar relatos sobre atividades físicas realizadas nas escolas do Brasil desde o século XIX, Inezil Penna Marinho relata que já se falava de Educação Física em 1823, logo após a Independência, quando se discutiam processos de estímulo e estruturação do ensino para o país, porém, longe disso caracterizar uma atividade regular, muito menos uma disciplina<sup>3</sup> que fizesse parte do programa oficial dessas escolas. Sobre o movimento educacional ocorrido no Brasil após a Independência, Inezil Penna Marinho, afirmou:

Inicia-se um movimento para que a novel nação se desligasse de outros laços que ainda a prendiam à antiga metrópole, Não era apenas de uma constituição nossa o de que precisávamos. Tínhamos necessidade de nacionalizar a nossa educação, na verdade tão incipiente por essa época, da mesma forma por que ainda hoje não é satisfatória. Triste herança de Portugal! A pequena percentagem de alfabetizados desaparecia entre a massa de ignorantes que constituía quase todo o povo brasileiro. (MARINHO, v. I. 1952, p. 97).

A partir do período Imperial, foram estabelecidas leis que obrigavam a escola, tanto primária quanto secundária, a oferecer aos seus alunos atividades físicas para auxiliar na sua formação, porém o objetivo não foi atingido a contento, tanto que no Parecer Sobre Educação Pública<sup>4</sup> que Rui Barbosa escreveu em 1882, ele enfatizou a necessidade de estabelecer a prática da Educação Física nas escolas como uma das condições para que a nação brasileira possa progredir e atingir o nível de nações mais civilizadas. A esse respeito, Inezil Penna Marinho destacou:

O relator começa fazendo um histórico da Educação Física, apreciando-a desde a civilização grega, quando põe em relevo o desenvolvimento alcançado por aquela entre os helênicos. Demonstrando um conhecimento seguro e perfeito do assunto e exibindo farta documentação, analisa o problema na atualidade, [fins do século XIX] em diversos países, detendo-se com especial cuidado na Suécia. Salienta Rui que não há o intuito de converter os alunos em acrobatas, “Não pretendemos formar acrobatas nem Hércules, mas desenvolver na criança o *quantum* do vigor físico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da pátria e à dignidade da espécie.” (MARINHO, v. I. 1952, p. 130).

---

<sup>3</sup> - Segundo Chervel (1990), a disciplina escolar seria resultado da passagem dos saberes da sociedade por um “filtro” específico, a tal ponto que, após algum tempo, ela pode não mais guardar relação com o saber de origem. Para ele, a disciplina é o preço que a sociedade paga à cultura para passá-la de uma geração à outra. (CHERVEL, 1990).

<sup>4</sup> - “*Reforma do Ensino Primário e Várias Outras Instituições Complementares da Instrução Pública*” parecer apresentado por Rui Barbosa, em 1882, à Comissão de Instrução Pública.

Ainda segundo Inezil Penna Marinho, com o advento da República, em 1889, o país busca uma nova posição, em um mundo muito mais industrializado e competitivo e em meio a diversas ações do novo governo a educação, a preparação para o trabalho nas novas indústrias e a sanitização da população são vistas como ferramentas essenciais, provavelmente destacadas entre as principais, para o crescimento do país. Caracterizando esse momento, Inezil Penna Marinho destacou a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos: “o respectivo Ministro de Estado terá as mesmas honras, isenções e vencimentos dos outros ministros. Para a mencionada Secretaria de Estado serão transferidos: da Secretaria do Interior, os serviços correspondentes à Instrução Pública [...]” (MARINHO, v. II. 1952, pp. 9 - 10). Nessa tentativa de construção de uma nação mais desenvolvida e higienizada, a criação dos grupos escolares, em substituição às escolas isoladas<sup>5</sup> tem o propósito de criar um ambiente escolar mais organizado e homogêneo, com a instalação de classes seriadas, com idades e programas de ensino estabelecidos pelo governo, as quais eram vistas como importantes ferramentas para o sucesso na formação acadêmica das crianças brasileiras. Além dessas ações, a escola passa a ser um importante difusor da cultura higienista do governo, que busca com suas leis e diretrizes desenvolver um cidadão mais saudável e preparado, física e intelectualmente, para o trabalho nas indústrias, além de promover o desenvolvimento da raça brasileira, o que era um dos principais objetivos de todo o processo. Para exemplificar essa questão, vale destacar o comentário, feito por Inezil Penna Marinho, acerca da tese apresentada pelo Dr. Carlos Antônio Pitombo.

Trata-se de uma tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia com o título: “Apreciações acerca dos exercícios físicos nos internatos e sua importância profilática”. Afirma o Dr. Pitombo: “Em internatos são principais causas preponentes à tuberculose a alimentação má, os exercícios insuficientes, a dormida em aposentos em que o ar dificilmente se renova, o onanismo, a pederastia ativa, a insuficiência de asseio e os contágios. (MARINHO, v. II. 1952, p. 27).

Pesquisas recentes e desenvolvidas por autores como Vago (2002) também assinalam que a Educação Física começou a ocupar o seu espaço dentro das escolas brasileiras, trabalhando não só a questão física das crianças, mas também a higiênica. Essa amplitude dada ao termo da Educação Física, fica ainda mais caracterizada quando verificamos o comentário feito por Nascimento (1997), quando a autora cita as fontes as quais Inezil Penna Marinho, segundo comentários do autor nas páginas 17 e 18 do primeiro volume, recorreu para escrever *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*,

---

<sup>5</sup> - As Escolas Isoladas eram ambientes onde os alunos eram reunidos para terem suas aulas, lá eles não eram divididos por turmas e tinham suas aulas juntos com alunos de outras séries e idades, sendo que, muitas vezes havia apenas um professor para trabalhar com todos os alunos. Já nos Grupos Escolares, criados no início da República, as crianças eram divididas por idade e séries, tendo cada turma, a sua professora responsável. Para saber mais sobre o assunto verificar SOUZA, R. F. de. *Templos de Civilização - a implantação da Escola Primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. (1998).

tendo que pesquisar a bibliografia de diversas áreas para encontrar referenciais relacionados à Educação Física.

Por ter a Educação Física, no decorrer de sua história, cumprido diversas funções, era encontrada em fichas diversas com as de educação, puericultura, higiene, esporte, ginástica, alimentação, tratados, compêndios, educação sexual, gravidez, parto, ou ainda, nas obras sobre educação geral das coleções da biblioteca Pedagógica (série III e IV) e da Biblioteca de Educação (organizada por Lourenço Filho). (NASCIMENTO, 1997, p. 34).

Portanto, o objetivo dessa etapa da dissertação é demonstrar, tendo a obra de Inezil Penna Marinho como principal fonte e objeto de estudo, a constituição da Educação Física, que passou de mera atividade, que ocasionalmente era trabalhada nos horários de recreio das escolas, para uma das matérias escolares inseridas nos programas oficiais, o que traz como consequência futura a necessidade de preparação de profissionais capacitados para desenvolver esse trabalho. Para tal, além dos relatos de Inezil Penna Marinho, serão de grande valia os trabalhos que tratem da questão da história das disciplinas escolares, como Tabora (2003) e Souza Júnior e Galvão (2005), além de trabalhos que, como o de Vago (2002), tratem da questão da inserção da Educação Física no ambiente escolar.

## **2.1 – As primeiras discussões e tentativas**

No Brasil, o movimento educacional passa a ser tratado pelo governo, ainda que com pouca ênfase, a partir da chegada da Família Real em 1808, quando o Brasil deixa de ser apenas uma colônia e passa a representar o Reino Unido de Portugal e Algarves e, posteriormente, com a Proclamação da Independência em relação a Portugal, em 1822. Até alguns anos antes desses acontecimentos a Igreja dominava totalmente esse processo, principalmente através do trabalho dos Jesuítas. Sobre o trabalho dessa congregação religiosa, Inezil Penna Marinho afirmou: “Os primeiros estabelecimentos de instrução que tivemos no Brasil foram fundados pelos Jesuítas e denominavam-se colégios [...]”(MARINHO, v. I. 1952, p. 63). Já sobre o trabalho dos Jesuítas, Inezil Penna Marinho procura relacionar os horários das aulas e as atividades realizadas no período contrário. Buscando caracterizar essas atividades por uma suposta preocupação com as atividades físicas realizadas pelas crianças, o autor afirmou:

As aulas nos colégios eram ministradas pela manhã, a fim de que os meninos índios tivessem livre a tarde para a caça e a pesca, que não só garantiam o seu sustento, como ainda serviam de ótimo derivativo para o espírito. Por aí concluímos que desde essa época existia a preocupação de dar ao aluno atividade intelectual juntamente com a física, além da formação moral que se tornava indispensável obter dos catecúmenos. (MARINHO, v. I. 1952, p. 65).

Com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, pelo Marques de Pombal, o Estado pretende apresentar um novo modelo de educação, porém a Igreja, mesmo após a Independência, se mantém participante deste processo e continua a formar as classes dominantes do país, como cita Bárbara Freitag (1984) em sua obra *Escola, Estado & Sociedade*, “Apesar da expulsão transitória dos Jesuítas do Brasil no fim do Século XVIII, a Igreja preservou sua força na sociedade civil ainda nas fases do Império e da I República” (FREITAG, 1984, p. 48).

Para demonstrar o início do movimento pela inclusão da Educação Física nos currículos escolares, Inezil Penna Marinho (1952) cita discussões que aconteceram no século XIX, entre essas, duas merecem destaque, pois deixam entrever como os políticos da época imaginavam a estrutura que a escola deveria ter. No primeiro exemplo, Inezil Penna Marinho destaca uma discussão ocorrida na Assembléia Constituinte de 1823, quando o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, que era deputado da província de Minas Gerais e membro da Comissão de Instrução Pública, apresenta um projeto que institui um prêmio para “estimular os gênios brasileiros a elaborar um tratado completo de educação” (MARINHO, v. I. 1952, p 98), como resultado dessa discussão vale ressaltar o comentário realizado pelo Sr. Martim Francisco Ribeiro, no qual o mesmo afirma, que nenhum plano terá efeito, se os corpos não estiverem cuidados:

[...] O Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrade, deputado pela Província do Rio de Janeiro, acrescenta que nada mais lisonjeiro para a sociedade do que uma boa educação da sua mocidade, um povo bem educado é quase sinônimo de povo livre, bem governado e rico; o mal educado é igualmente sinônimo de povo desgraçado, pobre, sujeito ao jugo do despotismo. Eis o que a Comissão de Instrução teve em vista quando formulou o projeto. A Comissão pensou que um plano de alta instrução não servirá se os corpos estiverem lânguidos e fracos, os entendimentos não formados e os corações pervertidos. Reconheceu que era necessário um Tratado de Educação Física, Moral e Intelectual. (MARINHO, v. I. 1952, p. 99-100).

O segundo exemplo a ser destacado ocorre em 1837, nesse ano o deputado baiano Antônio Ferreira França apresenta um projeto, no qual prevê a criação de uma “sociedade escolar”. Nessa “sociedade” dentre as diversas disciplinas apresentadas no projeto, estão listadas algumas com caráter higiênico e comportamental, além de outras em que estava prevista a prática de exercícios.

[...] de moral geral e prática dos deveres do homem e do cidadão brasileiro; do uso saudável das coisas e comportamento nas enfermidades até a chegada do médico ou cirurgião; de economia doméstica ou administração da casa; de ginástica e defesa do corpo, compreendidos nado, equitação e dança; de música nacional. Os ordenados e vantagens serão os mesmos das cadeiras de primeiras letras. Serão ocupados por nacionais de ambos os sexos que forem mais aptos. (MARINHO, v. I. 1952, pp. 103-104).

Essas discussões demonstram o início de uma preocupação nos meios políticos para com os cuidados com o corpo, seja na forma de exercícios físicos ou com a higiene e comportamento do aluno, questões que atualmente são respondidas pela Educação Física. Convém ressaltar, de acordo com a citação, que quem ocuparia a função de professor ainda não a exercia como atividade principal e nem era um indivíduo formado, pois não havia ainda no Brasil, ao contrário de alguns países europeus como a Alemanha e a Suécia, nos quais desde o final do século XVIII já existiam Escolas de Educação Física, qualquer preparação específica para quem fosse trabalhar com a Educação Física dos alunos, este indivíduo era, portanto, alguém de notório saber ou simplesmente ligado à instituição que organiza o ensino, seja o Estado ou a Igreja. Sobre os primeiros indivíduos a trabalharem como professores de Educação Física em nosso país, Melo (1996) escreve:

Os instrutores que ministravam as sessões ainda não contavam com um processo de formação sistematizado, sendo possivelmente preparados a partir de sua experiência prática. Quais seriam então os primeiros indivíduos que estiveram envolvidos com o ministrar das aulas/sessões? Creio que talvez alguns praticantes ou ex-praticantes de modalidades desportivas que, ainda embrionariamente, começavam o seu desenvolvimento no Brasil. Ou os imigrantes que traziam o conhecimento adquirido em seus países. Mas, possivelmente os militares, mais ligados a “prática”, deveriam constituir a maioria. (MELO, 1996, p. 22).

Apesar de fazer parte do currículo de algumas escolas, a Educação Física era trabalhada, ou mesmo pouco trabalhada apenas no município do Rio de Janeiro, então capital do Império; em outras localidades, ela era mal aplicada ou até mesmo inexistente. Em um trecho do seu livro, Inezil Penna Marinho, relata o fato da pouca, ou nenhuma atenção ser dada à Educação Física nas escolas. Segundo o autor, no relatório entregue ao Imperador, o encarregado de Sua Majestade, A. Gonçalves Dias, descreve a penúria da educação, como um todo, principalmente nas províncias do Norte, já em relação à Educação Física é relatado que o trabalho é praticamente, ou até mesmo totalmente inexistente “no do físico absolutamente nada, nem mesmo os primeiros exercícios de ginástica, ou jogos que fortifiquem o corpo.” (MARINHO, v. I. 1952, p. 110). A dificuldade na implantação da Educação Física nas escolas tinha muitos motivos, de um lado pode ser citada a questão educacional brasileira, extremamente precária e que não conseguia atender as mais básicas necessidades, até mesmo pela falta de um projeto nacional de educação, de outro a falta de estrutura das escolas para atividades físicas. Sobre as questões estruturais pertinentes à Educação Física nas escolas brasileiras, Inezil Penna Marinho destacou:

Quase em todas elas está esquecido ou comprometido este ramo da educação; alguns professores mais antigos rezam pela cartilha absoluta da imobilidade da criança como ideal de disciplina; outros inteligentes e zelosos, nada ou quase nada podem fazer porque é raro o prédio escolar dotado de um pátio ou de um jardim anexo, que se preste ao recreio e aos jogos infantis. O ensino da ginástica é por via de regra feito

dentro das salas de classe, de maneira insuficiente, por conseqüência. Toda essa parte do programa escolar carece de execução satisfatória, e por isso, assim como para muitos fins faz-se urgentíssimo cuidar da construção de prédios apropriados para as escolas. (MARINHO, v. II. 1952, p. 11).

Outra questão a ser destacada é a ausência de indivíduos capacitados para exercer a função de professor e notadamente a resistência da elite, que não via com bons olhos mulheres realizando atividades físicas, o que pode ser observado no comentário de Roberto Gondim Pires (2006), quando o mesmo, em seu trabalho *Formação profissional em educação física no Brasil; suas histórias, seus caminhos*, cita Espírito Santo (2004), “por ausência de professores/as e muita resistência contrária da elite dominante que entendia ser a ginástica coisa para homens, já que a mesma era oriunda das instituições militares” (PIRES, 2006, p. 179). Sobre a resistência a que mulheres praticassem exercícios físicos Inezil Penna Marinho relatou a seguinte situação:

O conselheiro Josino do Nascimento Silva, que substituíra o conselheiro Tomás Gomes de Souza, dedicado diretor da instrução pública da província do Rio de Janeiro, assinala em seu relatório “a repugnância com que foi recebida pela opinião pública a aula de ginástica, principalmente a que se referia ao curso de alunas. Não se acalmaram os espíritos com as *instruções* provisórias; foi preciso suspender a execução e ainda assim houve pais que proibiram às suas filhas os exercícios ginásticos tais quais se ensinavam e eram prescritos, ainda mesmo com o risco de perderem o ano e a carreira. Chegou a tal ponto a oposição que algumas alunas, aliás, com boa freqüência nas outras aulas, deixavam de ir por acidente à de ginástica, ficando, todavia no edifício da Escola [...] (MARINHO, v. I. 1952, pp. 124 - 125).

Nesse contexto educacional e social, os precursores da Educação Física buscam a sua inserção no meio escolar. Nesse momento, um dos grandes difusores da Educação Física, como era entendida na época, é a classe médica. Inezil Penna Marinho relata a apresentação de diversos trabalhos, para a obtenção do grau de Doutor em Medicina, em que a Educação Física era o assunto tratado “Ainda no mesmo ano de 1852, Antônio Francisco Gomes apresenta “Influência da Educação Física do Homem”, tese com que obtém o grau de Doutor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” (MARINHO, v. I. 1952, p. 111). A resposta a esse interesse crescente da comunidade médica é caracterizada com a introdução da Educação Física, então geralmente chamada de ginástica, no currículo escolar, do município da Corte, através da Reforma Couto Ferraz, que apesar de ser apresentada em 1851, só vem a ser efetivada em 1854 e promulgada em 1855, sendo que uma das suas ações foi a inclusão dos exercícios ginásticos no currículo do Colégio Pedro II. Esse processo é posteriormente reforçado pela Reforma Sousa Ramos, que em 1862, mantém a cadeira de exercícios ginásticos no Colégio Pedro II e acrescenta a dança ao seu currículo, atividade essa que procura atender às necessidades de atividades físicas voltadas para o sexo feminino. Esse momento, de inclusão da ginástica nos currículos escolares, foi relatado por Inezil Penna Marinho da seguinte forma:



Em fevereiro de 1854, sendo ministro do império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, antigo deputado que em 1851 apresentara à Assembléia Geral Legislativa as bases de uma reforma de ensino (Lei n.º 030, de 17 de setembro de 1851), foi expedido o “Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte” que incluía nos currículos das escolas públicas de ensino primário a *ginástica*. (MARINHO, v. I. 1952, p. 113).

Esse movimento, apesar de mais difundido, não era mais exclusivo do município da Corte, algumas províncias iniciam movimentos que buscam a inclusão dos exercícios ginásticos no currículo de suas escolas, Inezil Penna Marinho destaca os casos das províncias do Amazonas, Paraná, Pernambuco e da cidade de Petrópolis. No primeiro caso, o processo ocorre em março de 1852, através do “Regulamento para a Instrução Pública Primária n.º 5” expedido pelo Presidente Toureiro Aranha, no qual fica determinado que “a instrução compreenderá a educação física, moral e intelectual”, nesse momento a Educação Física assume outros compromissos, sendo responsável, além dos exercícios ginásticos, por diversos outros aspectos da formação das crianças, como por exemplo, limpeza do corpo, posturas adequadas, asseio e decência do vestuário. Também era de responsabilidade da disciplina os passeios de instrução e recreação. É importante ressaltar dois aspectos do Regulamento, em um deles, ao determinar quais seriam as exigências referentes à “casa escolar” é citada a necessidade de um quintal para a realização das atividades físicas, o outro destaque deve ser dado ao fato de que, como de costume para a época, as meninas não deviam realizar as atividades físicas, para justificar tal medida o Regulamento destaca a seguinte frase: “Tal como Spencer nos conta das escolas da Inglaterra havia a seguinte determinação: As meninas não farão exercícios ginásticos.” (MARINHO, v. I. 1952, p. 110).

Já no caso da província do Paraná, Inezil Penna Marinho apenas cita o fato do conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos preconizar “a inclusão dos *exercícios de ginástica* nos currículos das escolas de 2.º grau daquela província.” (MARINHO, v. I. 1952, p. 113.), porém não há, na sua obra, relato da efetivação dessa proposta. Em Pernambuco, ao ser publicado em 1871, o Regulamento do Ginásio, instituição de ensino voltada para o trabalho com jovens do sexo masculino, a ginástica estava prevista em seu currículo, já no caso de Petrópolis, Inezil Penna Marinho cita o relatório do Diretor de Instrução que notifica que no Colégio Réis havia alunos, que além de outras disciplinas, também tinham a ginástica fazendo parte de suas atividades escolares: “60 alunos (50 primários e 10 secundários) aprendem francês, português, inglês, aritmética, geografia e ginástica.” (MARINHO, vol. I. 1952, p. 129).

No entender de Inezil Penna Marinho, apesar das discussões e movimentos favoráveis, a Educação Física não consegue estabelecer-se nos currículos escolares, em razão disso o fato mais importante do período Imperial, acontece com a apresentação do Parecer n.º 224 que Rui Barbosa, então

membro da Comissão de Instrução Pública, apresentou, em 12 de setembro de 1882, à Câmara dos Deputados nas discussões sobre a “Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública” e que foi amplamente favorável à questão da Educação Física. A citação da página seguinte mostra parte do relato que Inezil Penna Marinho fez do parecer de Rui Barbosa.

(...) O seu parecer, como todas as suas obras, é peça notável, sendo de admirar que, em cada uma de suas partes, descesse Ruy a detalhes de técnica, demonstrando o carinho com que se dedicara ao assunto. E a Educação Física não foi esquecida; muito pelo contrário, precede as outras formas de educação, talvez por julgá-la o autor a base sobre a qual devam repousar todos os outros princípios. É a consagração de “*mens sana in corpore sano*” de Juvenal. O capítulo VII, § 1º, está encimado pela epígrafe “Da Educação Física”. (MARINHO, v. I. 1952, p. 129).

O fato de um intelectual como Rui Barbosa, altamente respeitado nos meios acadêmicos, políticos e sociais do Império, defender com tal veemência a Educação Física, considerando-a como fator essencial na formação do cidadão brasileiro, no entender de Inezil Penna Marinho, deu à disciplina uma legitimidade e respeitabilidade que até então não havia sido experimentada em nenhum momento da sua história; as atividades físicas eram vistas até então como associadas ao trabalho físico e até mesmo escravo. O que Rui Barbosa pretendeu com o seu parecer foi valorizar o que poderia ser realizado através da Educação Física, destacando suas diversas aplicações, além de demonstrar a importância que nações mais desenvolvidas davam à área e, conseqüentemente, os benefícios atingidos com o seu desenvolvimento. Nascimento (1997), em seu trabalho *Inezil Penna Marinho: o tempo de uma história* relata esse importante momento da história da Educação Física nacional e, para demonstrar alguns dos argumentos utilizados por Rui Barbosa, a autora faz o seguinte comentário.

Rui Barbosa falou da importância e necessidade da Educação Física, que, além de fortalecer o homem brasileiro, fortaleceria o soldado que protegeria a nação; fortaleceria a mulher, que geraria homens fortes para o desenvolvimento e progresso do país; em última instância, fortaleceria e purificaria a raça brasileira, que se apresentava com deficiências e fragilidades. (NASCIMENTO, 1997, p. 52).

Rui Barbosa conclui seu parecer elencando alguns pontos que demonstram os principais aspectos a serem abordados na proposta. Estes destaques foram apresentados por Inezil Penna Marinho no livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* (v. I, p. 170, 1952). Sobre cada um dos pontos levantados por Rui Barbosa, que estão em destaque na descrição seguinte, enfatizo o processo pelo qual foram atingidos ao longo do processo de desenvolvimento da Educação Física brasileira.

- *Instituição de uma seção especial de ginástica em cada Escola Normal.* Essa determinação evidencia o reconhecimento da necessidade de oferecer estudos relativos às atividades físicas

para as futuras professoras primárias na época, já que em muitas delas não havia disciplinas que preparassem suas alunas para o ensino da Educação Física.

- *Extensão obrigatória a ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura.* Através dessa determinação, procura-se justificar a presença das mulheres nas atividades ginásticas, tanto quanto alunas quanto como professoras.
- *Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.* Essa determinação já demonstra uma preocupação para que as atividades físicas não se tornassem uma mera “brincadeira de recreio”, sendo assim, se faz necessária a sua colocação em um horário específico. A escolha pelo final das aulas já atende a uma preocupação higiênica, pois serviria para relaxar os alunos ao final de um dia de estudos. Essa questão será melhor discutida na continuidade do trabalho, quando for tratada a questão de inserção da Educação Física nos currículos escolares.
- *Equiparação em categoria e autoridade, dos professores de ginásticas aos de todas as outras disciplinas.* Esse ponto destaca o fato de que até então o responsável pelos exercícios ginásticos não era visto pelos seus pares como um professor, ou pelo menos contava com um *status* menor; a proposta visa dar a esse profissional o mesmo reconhecimento que era dado a outros professores.

Dando um caráter social, político e higiênico para a Educação Física, Rui Barbosa conseguiu, pela primeira vez na história, colocar efetivamente a área na discussão de um projeto de educação e de desenvolvimento nacional, reflexos disso já são notados em dezembro do mesmo ano, quando Antônio Estevam da Costa e Cunha, ao emitir um parecer sobre a Educação Física nos Jardins de Infância, nas Escolas Primárias e nos Colégios, destaca que:

A Educação Física, como se tem visto, é um elemento tão salutar à vida dos povos, contribui tanto para o vigor individual do cidadão e para o valor e força geral da nação, tem ainda tanta influência na parte psíquica de nossa natureza que nós brasileiros, governo, povo e mestre, todos convictos e animados de um bem entendido patriotismo, devíamos pôr nosso maior empenho em torná-la quanto antes uma verdade nos estabelecimentos de ensino. (MARINHO, v. I, 1952, pp. 153 – 154)

Esse reconhecimento também é demonstrado, pelo fato de que, em reformas de ensino promovidas pelas províncias nos anos subsequentes ao parecer de Rui Barbosa, cada vez mais, a Educação Física, pela ginástica, se faz presente. Ao tratar desse fato, Inezil Penna Marinho relata que em 1885, tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, a ginástica é citada como integrante da nova organização de ensino, porém merece destaque o fato de que na Paraíba não foi possível contratar um

professor, pois não havia na província pessoa habilitada. Esse fato, mais uma vez, demonstra a necessidade de se criarem cursos específicos para a preparação do profissional de Educação Física, pois já se iniciava uma demanda de mercado que justificava a preparação desses profissionais. Também passam a ficar mais comuns publicações de livros que tratem do tema, como por exemplo, a obra de Pedro Manoel Borges, que em 1886 publica um “Manual Teórico-Prático de Ginástica Escolar”, esse manual era destinado às escolas públicas, colégios, liceus, escolas normais e municipais. O intuito desse trabalho era “demonstrar a necessidade da Educação Física desde o berço e a sua importância para o indivíduo”. O autor também transcreveu uma série de preceitos higiênicos a serem observados durante e após as lições. Segundo Inezil Penna Marinho: “A Manoel Borges cabe a insigne honra de se ter batido pela obrigatoriedade da Educação Física de um modo geral, entre nós, formando com Rui Barbosa os pioneiros dessa campanha.” (MARINHO, v. I. 1952, p. 157 - 158).

## **2.2 – A Educação Física como parte da cultura higienista**

Nas palavras de Inezil Penna Marinho, em 1889 é proclamada a República e, a partir de então, o Estado assume, com maior ênfase, a responsabilidade sobre a escola: “Proclamada a República, dos primeiros atos do novo governo, foi a criação de um Ministério da Instrução Pública, que não teve longa vida.” (MARINHO, v. II. 1952, p. 9), que passa a ser um dos principais meios da difusão de uma nova cultura higienista que se pretende instalar no país. Neste período, a economia brasileira apresentava um novo formato, já que desde a metade do século XIX e principalmente após a abolição da escravatura em 1888, o capital que anteriormente era investido no comércio de escravos é aplicado em outras ações, como por exemplo, construção de estradas de ferro e outras obras estruturais. Para tal, é necessária a formação de mão-de-obra especializada e a escola então tem um novo papel na sociedade, pois passa a ser a responsável pela formação dessa classe de novos trabalhadores, como afirma Vilella (2005): “mudanças que redefiniam as percepções de tempo e espaço, formavam novos hábitos na população, estimulavam uma variedade de serviços e, conseqüentemente, ampliavam a demanda por instrução” (VILELLA, 2005, p. 106), além disso, existia a necessidade da diminuição dos analfabetos, para que o povo tivesse a condição de votar e escolher seus representantes.

A Educação Física faz parte deste processo, pois, por meio dela, o Governo passaria ao povo a sua mensagem em relação à higiene e costumes, essa fase passa a ser caracterizada como a da Educação Física Higienista. Nesse período, fica evidenciada a presença dos médicos, como um dos protagonistas do processo, pois os mesmos tratavam das questões educacionais, tanto na Educação

Física quanto na educação em geral. O movimento proposto pregava entre outros fatores, a educação sanitária e moral do povo e a Educação Física era usada como uma grande aliada neste processo de “sanitarização” do país. Sobre esse momento, Moura (2008) destaca que:

Pensando neste processo de deixar a população mais saudável, se recorre à higiene, acentuando sua importância na escola. Se higiene e educação caminhassem juntas poderiam transformar a face do país, promovendo o seu desenvolvimento e viabilizando o seu progresso. Partindo dessa idéia, a higiene e a educação eram encaradas como os melhores remédios para a cura das doenças tanto do povo quanto do país. (MOURA, [www.webartigos.com/articles/3097/1/](http://www.webartigos.com/articles/3097/1/). 2008).

Nesse momento, a questão da Educação Física é muito mais ampla do que apenas a realização de atividades físicas na escola. A sua missão é possibilitar aos alunos a aprendizagem de aspectos como a manutenção de hábitos higiênicos, asseio com vestuário, postura correta do corpo, entre outros objetivos. A criança então, a partir do que ela aprendia na escola, seria a disseminadora desses hábitos na família, levando o que era tratado nas aulas para as suas casas e fazendo com que essa cultura higiênica fosse assimilada por todos. Sobre a importância da Educação Física na formação das crianças brasileiras, Inezil Penna Marinho afirmou: “A Educação Física, pois, deve tomar o homem criança ainda no berço e através da primeira e da segunda infância, da adolescência e da mocidade, levá-lo à virilidade, que lhe cabe fazer rija e valente.” (MARINHO, v. II. 1952, p. 56). Quanto ao papel da Educação Física em questões diversas, que não apenas a prática de exercícios físicos e nas quais ainda os brasileiros precisavam progredir, Inezil Pena Marinho destacou:

Na Educação Física, principalmente, é o seu concurso indispensável, pois estou em crer que, dadas as nossas condições de clima e de raça, a nossa constituição, o nosso temperamento, a nossa idiosincrasia (*sic*), não tem absolutamente o mesmo valor os preceitos e ensinamentos dos especialistas estrangeiros relativamente ao vestuário, à habitação, à alimentação ou aos exercícios do corpo. (MARINHO, v. II. 1952, p. 59).

Tendo, portanto, na Educação Física uma grande ferramenta para a difusão das práticas higiênicas na escola e sua conseqüente ida aos lares dos alunos, o governo passa a apoiar mais a área. São dessa época, final do século XIX e início do século XX, leis que determinam a construção de locais apropriados, como por exemplo, pátios cobertos para as práticas esportivas nos grupos escolares.

No segundo volume de sua obra, História da Educação Física e dos Desportos no Brasil (1952), quando trata do período referente ao início da República, Inezil Penna Marinho destaca diversos artigos e teses escritos por médicos nas faculdades de Medicina do país, principalmente Rio de Janeiro e Salvador, também destaca a obra de Arthur Higgins, ressaltando que: “Esse livro é aprovado pelo Conselho Superior de Instrução a 28 de janeiro” (MARINHO, v. II. 1952, p. 33). Ainda sobre o livro escrito por Arthur Higgins, Inezil Penna Marinho apresenta a divisão da obra, onde fica clara a preocupação com a higiene.

Arthur Higgins lança um “Manual de Ginástica Higiênica” onde a ginástica é dividida em quatro ramos: higiênica, educativa, recreativa e médica. Vem depois; “Preceitos Higiênicos – Método a seguir – Halteres ou Biboletes”; o último capítulo é “Barra com esferas (maromba)” (MARINHO, v. I. 1952, p. 111)

A apresentação dessa divisão demonstra como os “conteúdos” da Educação Física estavam misturados à questão da formação higiênica. Essa inclusão acabou dando à Educação Física a legitimação necessária para que ela fosse inserida no plano educacional brasileiro, como uma das principais ferramentas para a formação de um novo cidadão.

Outro exemplo dessa ênfase na questão higiênica é o trabalho apresentado por Fernando de Azevedo “lente substituto de latim do ginásio Mineiro” (MARINHO, v. II. 1952, p. 111), quando o mesmo concorre à vaga aberta para a cadeira de ginástica e educação física no referido estabelecimento. Para tal, ele publica a tese *A Poesia do Corpo ou a Ginástica Escolar*. Em relação a esse trabalho, Inezil Penna Marinho destaca: “o autor defende a necessidade da colaboração do médico ao trabalho do professor de Educação Física e a imprescindível exigência de um gabinete médico-biométrico nos estabelecimentos de ensino.” (MARINHO, v. II, 1952, p. 114).

Fatos como esses demonstram o quanto os médicos estavam presentes nos primeiros movimentos da Educação Física brasileira, até mesmo devido a falta de pessoal especializado, tendo sido os principais responsáveis pelas questões teóricas da área. Sobre a presença dos médicos na organização dos primeiros passos da Educação Física brasileira, Melo (1996) afirmou: “Assim, parece que no Brasil, os militares foram os primeiros a incluir em seus programas de formação disciplinas ligadas a prática de exercícios físicos. Foram os médicos, no entanto, que primero se preocuparam com o aprofundamento do estudo.” (MELO, 1996, p. 20). O autor também cita o fato de que essa divisão entre militares e médicos criou um “dupla teorização” para a Educação Física, enquanto os primeiros teorizavam a Educação Física a partir da prática dos seus instrutores, os médicos desenvolviam seus estudos e teorias a partir de pesquisas realizadas no interior das faculdades de Medicina.

Aliada à forte presença dos profissionais da saúde e a intenção do governo, em disseminar suas práticas higiênicas na população, a Educação Física passa a ser uma importante ferramenta e começa a ocupar um lugar de maior destaque ao que tinha anteriormente. A falta de professores capacitados para a função, aliada à precariedade das condições para que o trabalho fosse realizado, incluindo aí instalações e materiais, são situações que ainda não permitem o desenvolvimento da Educação Física. Sobre a precariedade das instalações e dificuldades encontradas para a execução do trabalho, Inezil Penna Marinho, destaca que:

Em relação à Educação Física há um verdadeiro mundo novo a abrir-se nas escolas. Quase em todas elas está esquecido ou comprometido este ramo da educação; (...) O ensino da ginástica é por via de regra feito dentro das salas de classe, de maneira insuficiente, por consequência. Toda esta parte do programa escolar carece de execução satisfatória, e para isso, assim como para muitos fins, faz-se urgentíssimo cuidar da construção de prédios apropriados para escolas [...] (MARINHO, v.II, 1952, p. 11).

A partir de então, novos desafios são lançados à Educação Física brasileira. Enquanto sua legitimidade começava a ser alcançada até mesmo devido à presença de militares e principalmente de médicos, ainda faltavam importantes aspectos a serem atingidos, como por exemplo, a sua inserção definitiva nos meios escolares e sua conseqüente estruturação física, além da necessidade de preparação de pessoal especializado.

### **2.3 – A Educação Física como matéria escolar**

Segundo Inezil Penna Marinho, a Educação Física, ou os exercícios ginásticos, já faziam parte da cultura de algumas escolas brasileiras desde a época do Império, mesmo que como atividades esporádicas sem nenhuma organização curricular ou pedagógica, porém a sua inserção definitiva como disciplina escolar ainda não estava sedimentada. Foi a partir da Reforma Couto Ferraz, em 1854, como citado anteriormente, que a ginástica passou a fazer parte do currículo das escolas públicas de ensino primário do município da Corte, tanto que Inezil Penna Marinho relata que, no ano de 1855, o Colégio Pedro II também inclui no seu currículo os exercícios ginásticos.

Nessa época, a organização das escolas e colégios ainda era precária, e as condições para a prática dos exercícios ginásticos eram praticamente inexistentes, o que pode ser verificado com a apresentação do relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública do município da Corte, documento esse escrito em 1860 e transcrito em parte por Inezil Penna Marinho.

Os exercícios ginásticos que desejo ver quanto antes introduzidos nas escolas promovendo a Educação Física da mocidade que as freqüenta, sendo das necessidades bem urgentes do ensino público primário, ainda, ficaram adiados por falta de espaço, e de acomodações nos prédios atuais. É essa uma das maiores dificuldades do ensino público primário da corte, e que convém a todo custo remover. (MARINHO, v. I. 1952, p. 116).

O relatório evidencia a grande dificuldade de implantar a ginástica nas escolas, pois para tal seria necessária a busca de recursos e investimentos, o que apesar dos discursos, não era o objetivo principal dos governantes de então. Inezil Penna Marinho, inclusive, cita que durante o período do Império algumas províncias, como a do Amazonas, em 1872, deixam de implantar o ensino da ginástica e de disciplinas ligadas à questão de higiene devido à contenção de despesas, aliada a essa

questão ainda existia a cultural. Nem sempre se via com bons olhos a realização de exercícios ginásticos pelas meninas, por entenderem que esse hábito vinha de instituições militares, o que de certa forma já demonstra a forte influência que os militares tiveram no processo de implantação das atividades físicas em nosso país. Exemplo da falta de interesse em gastar dinheiro com a formação de professores e com a adequação de espaços para as aulas é exposto por Inezil Penna Marinho, ao demonstrar o relatório do Secretário do Interior do Estado de São Paulo, Dr. Alfredo Pujol. Ele afirmou o seguinte, sobre a “Ginástica Escolar”:

Foi assunto que preocupou o governo. É indispensável às nossas escolas uma ginástica higiênica: corridas, saltos, lutas, exercícios nos aparelhos simples, e os variados exercícios de movimentos feitos nas próprias salas. Eis o que convém às crianças e que, sem grande despesa, e sem uma habilitação especial do mestre, se pode organizar em todos os grupos escolares. Tem o governo procurado obter um manual que se preste de roteiro dos professores. Espero que um tratado de ginástica de quarto, de autor alemão, trazido por Ramalho Ortigão, com alguns acréscimos sobre a ginástica nos aparelhos singelos, que facilmente poderão ser fornecidos pelo professor dessa disciplina na Escola Normal, talvez se possa obter uma adaptação que se aproveite aos nossos professores. (MARINHO, v.II, 1952, pp. 19-20)

Apesar de relatos como esse, após o parecer de Rui Barbosa, em 1882, no qual o mesmo defende a implantação da Educação Física nas escolas, a ginástica, designação para a maior parte das atividades realizada na época, começa a ganhar o seu espaço dentro da escola e a fazer parte dos currículos. Para Inezil Penna Marinho, um significativo impulso se daria com a Proclamação da República, em 1889. A partir de então, o novo governo busca mudar a realidade do país, criando uma nova mentalidade segundo a qual a higiene e as escolas teriam grande importância na construção de um novo país mais saudável, culto e que, por sua vez, acabaria auxiliando no trabalho de regeneração da raça brasileira, considerada por muitos uma raça impura. Sobre o fato de, nesse período, não ser considerada forte a raça brasileira e da importância da higiene, das atividades físicas e da educação nesse processo de reestruturação racial, afirmou Inezil Penna Marinho: “Nossa raça, sentem-no todos, se enfraquece e abastarda sob a influência de um clima deprimente, piorada pela falta de higiene, pela carência de exercício, pela privação de atividade.” (MARINHO, v. II. 1952, p. 67).

Exemplo desse processo educacional, que foi implantado no início do século XX, é a criação dos grupos escolares, espaços únicos dedicados à educação, em que as crianças, organizadas em séries e por idade, teriam a educação moral, intelectual e física. A tese de doutorado escrita por Tarcísio Mauro Vago e posteriormente publicada pela Editora da Universidade São Francisco (EDUSF) em 2002, *Cultura escolar, cultivo de corpos* é um trabalho que demonstra muito bem a questão da inserção da Educação Física no meio escolar. Vago (2002) inicia o seu trabalho relatando a concepção usada na construção da nova capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. O relato a seguir demonstra



como esta nova definição de sociedade serviria de exemplo para o novo modelo defendido pela sociedade republicana.

Construída para destruir as marcas de um tempo passado, representado como caótico e arcaico, de que Ouro Preto era símbolo máximo, Belo Horizonte seria lugar e tempo da ordem, da racionalidade, da civilização, pois ‘seu rigor geométrico professava a utopia de se traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana’, na qual estariam eliminados os processos reais de construção do espaço, inibindo assim o imprevisível e a ação conflitante dos atores urbanos por meio de uma gestão técnico-racional da cidade. (Cf. JULIÃO, op. cit., p. 72. *apud* VAGO. 2002. p. 30).

É a partir desse novo modelo republicano que os precursores da Educação Física buscaram a sua efetivação como matéria escolar, nos recém-fundados grupos escolares e nos colégios já existentes. Para exemplificar esse momento é importante destacar que o programa do Ginásio Nacional, comportava, além das disciplinas tradicionais, as de ginástica, evoluções militares e esgrima. Sobre esse assunto, Inezil Penna Marinho enfatizou: “que entre os professores estava previsto um de ginástica, um de evoluções militares e outro de esgrima.” (MARINHO, v. II. 1952, p. 11).

É importante reafirmar que nessa época o conceito de Educação Física ia muito além da ginástica, pois todas as outras atividades ligadas à higiene dos alunos e até mesmo sensoriais, realizadas pela escola e que tinham como objetivo o que Vago (2002) chamou de “educação dos corpos das crianças”, eram consideradas responsáveis pela “educação *physica*” das crianças. Ao relatar acontecimentos desse período, Inezil Penna Marinho destaca a criação, em abril de 1890, pelo decreto n.º 346, da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. É de se estranhar essa parceria entre áreas tão distintas, porém vale ressaltar que o primeiro Ministério da Educação vai ser criado apenas em 1930, como uma das primeiras ações do Governo de Vargas, esse Ministério contava ainda com a área da Saúde e foi responsável pela criação da Divisão de Educação Física, assunto que será tratado no próximo capítulo.

A partir da reforma realizada no ensino público de Minas Gerais, em 1906, a ginástica passa a fazer parte do currículo dos grupos escolares de Belo Horizonte, a princípio essa atividade teria uma função higiênica, pois estaria colocada no meio do dia, com o horário definido e intercalada entre os as aulas com o intuito de “refrescar” a cabeça das crianças durante os momentos de estudos. Muitas vezes essa aula era confundida com o momento de recreio dos alunos, pois Vago (2002) relata que não havia nos horários momento destinado para que as crianças tivessem um tempo livre para descansar e brincar. Vale destacar que, ao serem encaminhadas da forma prevista pelo regimento, as atividades eram diferenciadas entre meninos e meninas, enquanto os primeiros realizavam evoluções militares, geralmente comandados por um militar, as meninas realizavam exercícios ginásticos, atividades essas,

que eram baseadas no método sueco de ginástica. Inclusive, para buscar a efetivação desse trabalho, foram distribuídos entre as professoras, manuais que ensinavam a trabalhar o referido método, pois eram elas mesmas, com o auxílio de uma assistente, que aplicavam os exercícios para as meninas, com isso, conforme afirma Vago (2002): “revela mais um dispositivo de constituição diferenciada dos corpos das crianças.” (p. 104).

Na foto da abaixo, meninas realizam atividades físicas na escola.



Figura 5 - Na foto retirada do site [www.esef.ufrgs.br/ceme/garimpando/entrevistas/entrevistas.htm](http://www.esef.ufrgs.br/ceme/garimpando/entrevistas/entrevistas.htm), meninas fazem aula de Educação Física. Vale destacar que apenas meninas estavam realizando a atividade, além disso, a vestimenta branca das meninas e o posicionamento das filas durante a execução dos exercícios enaltecem o caráter higiênico da atividade.

Sobre a atividade de exercícios militares ser destinada apenas aos meninos, Inezil Penna Marinho relata o decreto n.º 218, de 27 de novembro de 1895 que, ao tratar dos programas de ensino do estado de São Paulo, faz a seguinte especificação quanto a esses exercícios: “O ensino destas matérias será comum a ambos os sexos, exceto o de agrimensura, economia política e exercícios militares, que é destinado exclusivamente aos homens, [...]” (MARINHO, v. II, 1952 p. 17),

Para explicar esse movimento de legitimação de uma disciplina em um currículo escolar, Souza Júnior e Galvão (2005) em seu artigo *Histórias das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões* citam Goodson (1995) para afirmar o seguinte:

as matérias (disciplinas) escolares passam por uma seqüência de estágios. Elas partem de um momento de marginalidade com um *status* inferior no currículo, passam para um estágio utilitário e finalmente alcançam uma definição como disciplina, que se configura a partir de um conjunto exato e rigoroso de conhecimentos. (SOUZA JÚNIOR, e GALVÃO, 2005. p. 396).

No caso da Educação Física, Inezil Penna Marinho conta que num primeiro momento uma das grandes dificuldades era ter um local adequado para as aulas. No segundo volume de *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, segundo o autor: “cada escola primária terá, além da sala de classe (...), um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreios.” (MARINHO, v. II, 1952, pp. 10-11). Porém, praticamente, nenhum dos grupos tinha esse espaço, sendo que, em alguns as

aulas eram realizadas nas varandas ou em pátios descobertos, onde os alunos não podiam se proteger do sol ou da chuva. Dificuldade similar, quanto à questão de espaço e material adequado para as aulas, é apresentada por Oliveira (2003) em seu trabalho que tem como título, *A Construção dos Currículos Escolares de Educação Física*, e que foi publicado no livro *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*, também publicado pela EDUSF, porém no ano de 2003. Na referida obra, o autor trata da construção do currículo de Educação Física aplicado às escolas de Curitiba, na década de 1970. Em certo momento, o autor cita o grande grau de especialização exigido pelo currículo para as atividades realizadas de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série, notadamente esportes, portanto necessitando de materiais e quadras específicas para a sua realização, o que estava muito distante da realidade das escolas de município. Segundo Oliveira (2003):

É importante, ainda, enfatizar, além do caráter arbitrário, o caráter de inexecutabilidade dessa forma de organização do trabalho pedagógico, pois esse grau de requinte técnico exigido pelo *Programa* faz supor a existência de quadras especializadas, materiais variados e equipamentos sofisticados, apontados no decorrer do próprio *Programa*. (OLIVEIRA, 2003. p. 175).

Percebe-se então que os problemas registrados em Belo Horizonte, no início do século XX, não estão muito distantes do que foi assinalado na década de 1970 em Curitiba, demonstrando que nem sempre os currículos estão em sintonia com a realidade das escolas, o que caracteriza a existência de um currículo oficial e de um currículo real, que é o efetivamente praticado.

Retornando às práticas do início do século, tal como descritas por Inezil Penna Marinho, novas atividades foram sendo adotadas. Além das evoluções militares e da ginástica sueca, a calistenia também passou a fazer parte do programa, Vago (2002) usa um trecho da obra de Inezil Penna Marinho (s/d) para definir calistenia:

Os objetivos a que se propõe a Calistenia são de duas ordens: higiênico e educativos. Os primeiros estão representados pela saúde e correta postura corporal, enquanto os últimos pelo maior controle neuro-muscular e melhor eficiência mecânica, aí se incluindo o equilíbrio e a destreza. (Cf. Marinho, s/d. p. 264 *apud* Vago. 2002. p. 263).

Outro ponto citado por Vago (2002) e que merece destaque é o fato de registros apontarem que os meninos também passam a fazer exercícios calistênicos durante as suas aulas. Vale ressaltar que até então, meninos e meninas não deveriam fazer as aulas de ginástica juntos, até mesmo por força de determinação oficial, havendo inclusive pátios separados para tal, porém o fato de meninos realizarem exercícios calistênicos demonstra que é possível que os mesmos estivessem fazendo aulas junto com as meninas. É importante destacar que, sobre a questão de meninos e meninas fazerem atividades juntos, devido ao fato de haverem relatos de meninos realizando exercícios calistênicos, Inezil Penna Marinho não faz comentários, chama a atenção o fato de esse autor não fazer menções mais demoradas à questão

da co-educação. Outro fator citado é a inclusão de diferentes atividades, como brincadeiras, ao final das sessões de exercícios. Os dois fatos relatados acima podem ser mais bem compreendidos através da citação de Souza Júnior e Galvão (2005), sobre a forma que as disciplinas vão se estabelecendo, não de acordo apenas com o programa oficial, mas também de acordo com as possibilidades que se caracterizam no momento de sua aplicação.

Como pode ser visto, as disciplinas escolares não se estabelecem no currículo escolar de maneira pacífica, conformando-se às origens oficiais, mas ao contrário, guardam relações conflituosas com as teorizações acadêmicas e as recomendações oficiais, ora acatando-as, ora resistindo a elas, ora reformando-as ou ora deformando-as. (SOUZA JÚNIOR e GALVÃO, 2005. p. 396).

Esta citação vem bem ao encontro do que Vago (2002) demonstra em seu trabalho, quando cita a necessidade de adaptação das sessões de ginástica, pois os alunos muitas vezes faltavam à aula ou acabavam escapando dela, por não gostarem das evoluções militares ou da repetição de exercícios em que eram obrigados a ficar enfileirados e realizando movimentos repetitivos, ainda com um forte componente militar na execução dos mesmos. Então os responsáveis pelas aulas buscaram em outras atividades formas de motivar as crianças a participar das aulas, entre elas, como já citado anteriormente, brincadeiras ao final das aulas, em que ainda era o professor responsável pela turma quem dava as diretrizes e fiscalizava as atividades, mas que acabaram trazendo uma questão lúdica para as aulas de ginástica. Essa questão de motivar as crianças para as aulas era destacada também por Inezil Penna Marinho, ao comentar a tese *Educação Física da Infância e da Mulher*, do Dr. Epaminondas Vilela dos Reis, ao referir-se ao capítulo “o prazer e o exercício” o autor afirmou o seguinte: “O exercício para preencher por completo os fins higiênicos, na infância, deve ser recreativo e produzir alegria na criança. Para os centros nervosos desta é o prazer um excitante necessário.” (MARINHO, v.II, 1952, pp. 19-20).



Figura 6 - Na foto, disponível no site [www.esef.ufrgs.br/ceme/garimpando/entrevistas/entrevistas.htm](http://www.esef.ufrgs.br/ceme/garimpando/entrevistas/entrevistas.htm) crianças brincam na escola. Esse fato demonstra a necessidade de construir na escola espaços onde os alunos possam fazer as atividades que faziam nas ruas ou em suas casas, dando um significado diferente para as atividades escolares.

Com esse novo formato de aula, além das questões de formação e correção dos corpos, as brincadeiras que eram realizadas tinham o objetivo de trazer para dentro da escola um pouco da realidade e do mundo externo das crianças, justamente para motivá-las a participar melhor das aulas. Outra atividade que, com o tempo, foi inserida nas aulas foram os jogos, por eles as crianças começam a receber durante as aulas, noções de conhecimento e respeito às regras. O objetivo seria dar aos alunos maiores possibilidades de adquirir iniciativa e melhorar a sua autoconfiança, devido aos desafios que os jogos possibilitavam, preparando assim os alunos para a vida fora das escolas, porque essas características eram essenciais para a sua entrada e manutenção no mercado de trabalho. Todas essas mudanças já fazem com que as aulas deixem de ser uma simples repetição de gestos e passem a ter um novo significado, sendo assim, já é possível visualizar o início da construção de um campo específico para a disciplina de Educação Física.

Esse movimento de adaptação das aulas de ginástica não é uma novidade de Belo Horizonte. Sobre esse assunto, Inezil Penna Marinho destaca o seguinte trecho da regulamentação da Instrução Pública do Distrito Federal, ocorrida em 9 de maio de 1893 “nos jardins de infância serão ministrados jogos infantis, exercícios físicos graduados e acompanhados de canto.” (MARINHO, v. II, 1952, p. 16). Além desse fato, o prof. Antonio Monteiro de Souza, apresentou tese, em concurso para o Ginásio Amazonense, com o título *Educação Física – Ginástica Pedagógica e os Jogos Escolares*. Essas citações demonstram que já há um bom tempo havia a preocupação de inserir, nas aulas de ginástica, atividades que motivassem mais os alunos, com destaque para as aulas acompanhadas com canto, o que possivelmente auxiliaria os alunos a manterem o ritmo durante a execução dos exercícios.

Essa nova característica das aulas também passou a exigir mais do profissional que realizava o trabalho, enquanto no início eram as próprias professoras que trabalhavam a ginástica, começou a ter início um movimento que buscava colocar um professor específico para trabalhar a atividade com todas as turmas. Vago (2002) destaca o fato de duas irmãs que, no início do século XX, realizaram esse trabalho e que tiveram diferentes interpretações quanto à possibilidade de receber pagamento específico pela atividade de professora de ginástica. Eram elas D. Maria da Conceição Netto e D. Adelaide Emília Netto. Enquanto a primeira conseguiu receber seus honorários em relação às aulas de ginástica, o pedido da segunda pelo mesmo pagamento, não surtiu efeito. O pedido de D. Adelaide foi encaminhado aos seus superiores que, nas primeiras instâncias, concordaram com o pagamento, porém quando seu pedido chegou à diretoria da Secretaria do Interior ele foi rejeitado. Em seu despacho, o diretor Carvalhaes, responsável pelo deferimento do pedido, afirmou ser contrário ao pagamento, a sua justificativa foi a de que em nenhum outro Grupo Escolar havia pagamento para professores de ginástica, apesar de em todos haver essa aula. Por essa afirmação fica evidenciado que, para o governo,

o responsável pela aula de ginástica deveria ser mesmo a professora da turma e que não caberia aos Grupos Escolares terem um profissional que se responsabilizasse unicamente por essas aulas. Porém, pode-se afirmar que o trabalho das duas irmãs “configurou experiências iniciais de especialização de um professor de Ginástica nos Grupos Escolares da Capital.” (VAGO. 2002. p. 259), pois o fato de dois grupos distintos estabelecerem uma profissional específica para essas aulas demonstra a necessidade de uma preparação mais elaborada por parte da professora responsável pelas aulas. Outro fato similar citado por Vago (2002) e que segue o mesmo padrão é o da professora D. Guiomar. Ela foi denominada pelo inspetor de ensino para que fosse a professora responsável pelas aulas de ginástica de todas as turmas do 1.º Grupo Escolar e solicitou pagamento extra para essas aulas, pois além dessa atividade, ela também era professora da 3.ª série das meninas, tal qual o pedido realizado anteriormente por D. Adelaide. Nesse caso, houve a concordância pelo pagamento em todos os escalões por qual o pedido passou, porém a negação ocorreu na Direção da Secretaria do Interior. Apesar de os pedidos não terem sido atendidos, já há demonstração de que ficou estabelecida a necessidade, pelos Diretores dos Grupos Escolares que encaminharam seus pedidos de professores específicos para a função, pois se não acreditassem nisso não enviariam esse tipo de correspondência aos seus superiores.

Situações como as destacadas no parágrafo anterior, juntamente com a assimilação e utilização de novos conteúdos a serem trabalhados nas aulas fizeram com que o campo específico da Educação Física ficasse cada vez mais caracterizado, o caminho a partir de então é a inserção definitiva da atividade como componente do currículo oficial, tendo a caracterização de disciplina oficial, já assumindo uma configuração mais próxima da atual e deixando um pouco as outras questões relativas à higiene e saúde para serem trabalhadas por outras disciplinas que não somente a Educação Física. Essa caracterização da disciplina, também implica necessidade de preparação específica para os professores, seja na Escola Normal, a responsável pela formação profissional naquele momento; nos batalhões militares, primeira opção de formação específica, ou então, nos futuros cursos superiores de Educação Física, que vão surgir na década de 1930, tal como explica Inezil Penna Marinho na obra aqui estudada.

## CAPÍTULO 3

### **A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, POR INEZIL PENNA MARINHO EM “*HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS NO BRASIL*”**

Esta etapa do trabalho tem por objetivo relatar alguns dos fatos históricos da Educação Física brasileira, no que se refere à criação dos cursos superiores, a partir, principalmente, dos relatos de Inezil Penna Marinho em sua obra *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*. Para tal, serão utilizados os relatos de Inezil Penna Marinho e de outros autores que tratam da questão histórica da Educação Física, procurando demonstrar como, com o desenvolvimento do movimento educacional brasileiro, ocorreu o crescimento e a consolidação da Educação Física, sendo assim, as Escolas Normais, após um período em que até deixam de trabalhar questões relativas à Educação Física, passaram a preocupar-se em preparar melhor seus alunos para esse trabalho. Será importante também analisar como os militares organizaram o seu processo de formação de instrutores e como é que auxiliaram os civis, juntamente com os médicos, no movimento que culminou com a criação de cursos superiores para a formação dos professores que atuariam na disciplina de Educação Física.

#### **3.1 – A Educação Física nas escolas normais.**

A primeira Escola Normal do Brasil foi criada em Niterói, então capital da Província do Rio de Janeiro, em 1827, sendo que, posteriormente, foram criados mais cursos da mesma natureza em outras províncias (MOURA, 2008). Trata-se da primeira instituição responsável pela formação de professores primários no país. Em alguns casos, buscaram dar a seus alunos uma preparação específica para trabalharem com a Educação Física.

Exemplificando o movimento de preparação de professores que acontecia nas Escolas Normais, Inezil Penna Marinho cita o dec. n.º 6370, de 30 de novembro de 1876, que estabelece a criação de duas novas escolas. Merece destaque o fato de disciplinas referentes à Educação Física, fazerem parte do currículo, além da indicação da contratação de um mestre de ginástica para ministrar tais disciplinas.

Ficam criadas no Município da Corte duas Escolas Normais primárias, uma para professores e outra para professoras de instrução primária. Entre as disciplinas dos três anos de curso são encontrados as seguintes ligadas à Educação Física: 1º. Ano – ginástica (exercícios graduados sem instrumentos). 2º. Ano – princípios gerais da Educação Física, intelectual e moral; ginástica (exercícios graduados com instrumentos). 3º. Ano – ginástica (exercícios graduados com instrumentos). Para ministrar tais ensinamentos encontrava-se um mestre de ginástica. (MARINHO, vol. I, 1952, pp. 127 - 128).

A Educação Física, ou a ginástica como era então chamada, apesar de fazer parte do currículo, ainda não consegue conquistar o seu espaço nas Escolas Normais, sendo inclusive sugerida a sua retirada do rol de disciplinas que eram trabalhadas na formação dos professores, devido ao fato de que o trabalho desenvolvido não atingia os mais básicos requisitos. A respeito desse assunto Inezil Pena Marinho, relata o parecer do Presidente da Província, Visconde de Prados, que perante a Assembléia Provincial, em setembro de 1878, mostrou-se favorável à supressão da cadeira de ginástica, por não preencher os fins de sua criação em uma Escola Normal.

A ginástica é por certo um elemento grande para Educação Física da mocidade; mas por isso mesmo que deve o ensino prático entrar na educação escolar, seria mister que na Escola Normal constituísse ela um ensino de ordem mais elevada, auxiliado pelas noções elementares de anatomia e fisiologia humana, como é de rigor nos centros de instrução nos países em que, com subida razão, a ginástica faz parte essencial da educação escolar. É necessário dotar a escola dos meios e local necessários para a demonstração teórica e prática; provê-la de homens versados nos estudos acessórios, ou então renunciar por algum tempo às vantagens incontestáveis do ensino da ginástica tal qual como deve ser feito em uma Escola Normal. (MARINHO, v. I. 1952, p. 128).

Essa afirmação demonstra a necessidade de melhor aparelhar as escolas como também melhor preparar os professores para trabalhar com a Educação Física. Exemplo similar ao citado anteriormente, quando é sugerida a retirada da ginástica do conteúdo das Escolas Normais do município da Corte, é explicado também por Vago (2002), quando o autor se refere à eliminação das aulas da disciplina de ginástica, ou de outras disciplinas relacionadas à Educação Física, do currículo das Escolas Normais de Minas Gerais, pois ela vinha sendo considerada letra morta do currículo, porque não conseguia atender aos requisitos básicos para os quais as disciplinas tinham sido criadas. Essa dificuldade provavelmente estava relacionada com a falta de pessoal preparado para ministrar as aulas como também devido à precária condição estrutural oferecida pelas Escolas Normais para o ensino de disciplinas ligadas à Educação Física.

Apesar do movimento que buscava a saída da Educação Física das Escolas Normais, fica caracterizado em pouco tempo, que ao contrário do que se previu, a Educação Física começou a ocupar o seu espaço no currículo das escolas de preparação de professores. Em relação a essa afirmação Inezil Penna Marinho relata:

A 6 de março de 1880, o dec. n.º 7684 baixa novo regulamento para a Escola Normal do Município da Corte, estabelecendo para a 5.ª Série princípios de educação física, intelectual, moral e cívica e esclarecendo que “para a ginástica haverá um mestre e uma mestra.” (MARINHO, vol. I, 1952, p. 128).



Também merece destaque a nomeação do Capitão Ataliba M. Fernandes para Professor de Ginástica da Escola Normal do Município da Corte, esse fato demonstrou a necessidade de contar com um professor especializado para a função, além de destacar a constante presença dos militares nos primeiros momentos da Educação Física nacional, fato que será tratado adiante.

Outra característica marcante desse período e que dura até os dias de hoje especialmente nas séries iniciais, é a presença de professoras. Principalmente a partir de meados do século XX, quem cursava a Escola Normal eram geralmente moças de famílias de classe média. A esse respeito, Hobsbawn (1998) destaca que esse movimento das mulheres em direção ao mercado de trabalho, ou na sua própria casa pelas proto-indústrias, é permitido pela diminuição das famílias e pela busca de melhores condições para o desenvolvimento dos filhos; para tal, maiores ganhos se faziam necessários, porém como as atividades domésticas ainda eram, exclusivamente, atribuição da mulher, não havia a possibilidade de permanecer o dia todo em seu trabalho, portanto o tempo e conseqüentemente o salário, destinado a essa ocupação, vista como acessória ao orçamento familiar, eram menores do que o tempo que os homens dedicavam a suas ocupações profissionais e, de acordo com essa situação, lecionar durante meio período passou a ser uma boa opção. A partir desse movimento de feminilização do magistério, a mulher passa a ocupar a maior parte do espaço nas escolas. Sobre a participação das mulheres na escola, Navarro (2008) afirma: “Elas organizam e ocupam o espaço escolar, sendo as principais responsáveis pelo desenvolvimento de atividades histórica e socialmente marcadas como femininas como: o cuidado, a vigilância, a instrução, o afeto, a docilidade e outras.” (NAVARRO, [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/R/Rodrigo\\_Tramutolo\\_Navarro\\_07\\_B.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/R/Rodrigo_Tramutolo_Navarro_07_B.pdf). 2008). Apesar da ocupação do espaço escolar pelas mulheres, a autora Guacira Lopes Louro afirma que ainda, a escola é um espaço notadamente masculino, segundo Louro (1997):

ainda que os agentes da escola possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino – não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação “científicos” e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos. (LOURO, 1997, p. 89).

Segundo Inezil Penna Marinho, com a disseminação das Escolas Normais, a partir de finais do século XIX no caso brasileiro, a preparação de boa parte do contingente de professores passa a ser responsabilidade do Estado, algumas congregações religiosas continuavam dedicando-se à educação e formando dentro do próprio clero seus professores. Porém, na Educação Física, o Estado, que continuava colocando a Educação Física entre as disciplinas da Escola Normal, não dava conta de uma formação adequada, mas mesmo assim são dadas mostras de que a Educação Física começa a conseguir

um lugar de destaque. Inezil Penna Marinho, cita o fato de nos últimos anos do Império serem realizadas conferências sobre a Escola Normal, nas quais a Educação Física consegue se destacar.

Nos últimos anos do Império, realizaram-se várias conferências, na Escola Normal, sobre Educação Física, algumas das quais até presididas por D. Pedro II. Figuras então de grande relevo na Instrução Pública, como Borges Carneiro, Martins Pacheco, Bandeira Filho, Pedro Manoel Borges e Vitório Costa, defenderam ardorosamente a Educação Física. (MARINHO, v. I, 1952. p. 173).

Exemplos de presença da Educação Física nas Escolas Normais, no período inicial da República, podem ser dados através do decreto n.º 27, de 12 de março de 1890, que mantinha a ginástica entre as disciplinas trabalhadas nas Escolas do estado de São Paulo, especificando: “No programa de ensino serão especializados os exercícios de ginástica para cada sexo” (MARINHO, v. I, 1952. p. 173). Para tal, deveriam funcionar anexas à Escola Nacional Normal, duas escolas-modelo, uma para cada sexo, para que nelas, os alunos do 3.º ano praticassem a regência das cadeiras; entre as diversas práticas a que os alunos se encontravam obrigados, figurava a ginástica, compreendendo marchas escolares e exercícios militares: “Analisando o espírito dessa reforma, o Prof. João L. Rodrigues diz que a Educação Física foi criada com as aulas de calistenia, ginástica e exercícios militares”. (MARINHO, v. II, 1952, p. 12).



Figura 7 – Foto da turma de Educação Física da Escola Normal Duque de Caxias (1955), disponível em: [www.picasaweb.google.com](http://www.picasaweb.google.com).

Situações como a citada anteriormente, além do parecer de Rui Barbosa, fizeram com que a Educação Física iniciasse um movimento de inserção e solidificação nos meios educacionais, movimento esse que em médio prazo fez com que houvesse a necessidade de se pensar em um processo de formação mais específico. Esse processo foi, então, assumido primeiramente pelos militares, que já

preparavam seus pares para o trabalho em seus batalhões e que também passaram a fazê-lo para o trabalho com a comunidade em geral. Também com a disseminação da Educação Física em nosso país, a pressão pela criação de cursos específicos de formação aumentou, fato esse que vem a ocorrer, efetivamente, apenas na década de 1930.

### 3.2 As escolas militares de Educação Física

Os militares dedicaram-se ao ensino da Educação Física a partir da metade do século XIX, sendo então os primeiros professores de Educação Física do Brasil, pois eram preparados para o trabalho dentro de seus regimentos e também o faziam em instituições civis, já que as evoluções militares eram parte do programa de ginástica dado aos meninos, sendo assim esses “professores” não tinham a atividade educativa como sua principal ocupação. A respeito da preparação dos militares, Inezil Penna Marinho, cita o decreto que determinou a prática de atividades esportivas nos cursos de infantaria e cavalaria da Escola Militar.

Em 1858, a 1.º de março, o decreto n.º 2116 estabelece que, para os cursos de infantaria e cavalaria de Escola Militar, entre as práticas escolares, figurarão a esgrima e a natação. Esclarece que para o ensino prático haverá, além de outros, um mestre de esgrima e um mestre de equitação e hipiátrica. E a 8 desse mês verifica-se a nomeação de Antônio Francisco da Gama para o cargo de mestre de esgrima da Escola Militar. (MARINHO, v. I, 1952, p. 115)

Porém, em algumas províncias, já se buscava um professor de Educação Física que tivesse essa atividade como a sua principal ocupação. Um exemplo disto é o Regulamento do Colégio Paraense, situado em Belém, então capital da Província do Pará. Nesse regulamento, entre as condições exigidas para a contratação do professor, que trabalharia com ginástica e natação, Inezil Penna Marinho destaca dois fatos que chamam a atenção: “(...) o lugar de professor é incompatível com outro emprego” e “O concurso é condição para o provimento da cadeira”. (MARINHO, 1952 v. I, p. 117)

Exemplo dessa necessidade de ter um professor específico para a função foi dada até mesmo pelos militares, pela nomeação, em 1858, do Mestre de Esgrima Antonio Francisco da Gama e do Alferes de Estado Maior de 2.ª classe Pedro Guilhermino Meyer, de nacionalidade alemã, que em 1860 foi nomeado contramestre de *ginástica* da Escola Militar. Para exemplificar a organização das instruções nas instituições militares, Inezil Penna Marinho, cita como elas aconteciam na Escola da Marinha: “estabeleciam-se as seguintes práticas: esgrima uma vez por semana; natação, duas vezes por mês e aos domingos antes da missa.” (MARINHO, v. II, 1952, p.50).

Tendo a necessidade de preparação de profissionais especializados para realizar as atividades físicas nos seus batalhões e também em instituições de ensino, que os requisitavam para esse trabalho, os militares buscaram uma solução pela criação, em 1902, por iniciativa do Coronel Pedro Dias de Campos, de uma Escola de Esgrima no Batalhão de Caçadores, no quartel da Luz, em São Paulo. A respeito desta escola, Inezil Penna Marinho, na página 52 do segundo volume de *História da Educação Física e do Desporto no Brasil*, cita: “com a vinda da Missão Militar Francesa, sofre modificações que a tornam mais eficiente. Fica, nesta segunda fase, de sua existência, constituída de duas partes distintas – uma seção de ginástica e outra de esgrima.” (MARINHO, v. II, 1952, p. 52). A respeito da utilidade dos exercícios físicos para a manutenção do bem-estar e preparação da tropa, Melo (1996) destaca:

A valorização da prática sistematizada de exercícios físicos, provavelmente pela sua utilidade na manutenção da boa forma do combatente e pela crença que era de utilidade na disciplinarização da tropa, não é somente observável nas forças armadas brasileiras. Um superficial passeio pela história dessas atividades no mundo permite perceber inúmeros militares ligados ao desenvolvimento (...) (MELO, 1996, p. 18).

Continuidade a esse trabalho é dada em 1907, quando a Missão Militar Francesa, que fora contratada para ministrar a instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, fundou uma Sala de Armas destinada ao ensino e prática da esgrima. Segundo Inezil Penna Marinho a fundação dessa sala foi a “verdadeira origem da Escola de Educação Física da Força Pública, o mais antigo estabelecimento especializado em todo o Brasil” (MARINHO, v. II, 1952, p. 71).

Reforçando a presença dos militares à frente do processo de formação de professores de Educação Física, foi criada em São Paulo, em 1909, uma escola para preparar os professores/instrutores, que também atuavam no meio civil “No Estado de São Paulo, cria-se a Escola de Educação Física da Força Policial.” (MARINHO, v. II, 1952, p. 94). Essa escola novamente contou com a colaboração da Missão Militar Francesa, tendo sido criada pela proposta do Coronel Paul Balgny, comandante da referida Missão, que nesse momento atuava em São Paulo. A partir de 1914, a Secção de Educação Física do Batalhão Escola da Força Pública do Estado de São Paulo passa a se chamar Escola de Educação Física.

Ainda segundo Inezil Penna Marinho, um grande passo para a formação de professores de Educação Física se dá em 1922. Naquele momento, foi proposta a criação de um Centro Militar de Educação Física. A função desse centro, que estava localizado na Escola de Sargentos de Infantaria na Vila Militar do Rio de Janeiro, era a preparação de oficiais e sargentos para exercerem a função de instrutores de Educação Física, para tal passavam por um curso preparatório de três meses. A sua criação é comemorada por Inezil Penna Marinho, pois segundo o autor: “pela primeira vez na história do Brasil, se cogita da organização de um centro que se dedicaria à preparação de quem desejasse

tornar-se professor de Educação Física.” (MARINHO, v. II, 1952, p. 138). Porém o Centro Militar só é efetivado em 1929, com a criação do Curso Provisório de Educação Física, dirigido pelos tenentes Inácio Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos - esse último, além de militar era médico. O curso foi realizado em conjunto com a prefeitura do Rio de Janeiro, sendo que vários professores da rede pública primária foram matriculados. O curso contou com o total apoio de Fernando Azevedo, então Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal e um dos grandes defensores da Educação Física, tendo inclusive publicado obras acerca do assunto que mereceram grande destaque por parte de Inezil Penna Marinho<sup>6</sup>. No volume II de *História da Educação Física e Desportos no Brasil*, o autor apresenta a relação nominal dos formandos, que receberam os títulos de instrutores (militares) e professores (civis), e ressalta que: “constituíram a primeira turma diplomada por escola ou curso oficial federal, de Educação Física no Brasil” (MARINHO, v. II. 1952, p. 193). Entre os formandos podem ser destacados o tenente Laurentino Bonorino, um dos criadores da Escola de Educação Física do Espírito Santo e Hermílio Gomes Ferreira, que mais tarde foi professor e diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. É importante ressaltar, mais uma vez a presença de militares e médicos envolvidos na criação do Centro Militar de Educação Física. Sobre esse fato, Melo (1996) destaca:

A fundação desse Centro pode ser considerada mais uma evidência da influência que teriam exercido os militares. Por outro lado, os médicos não ficavam fora desse processo embora, aparentemente, parecessem menos presentes. Também no Centro Militar é possível perceber que os militares se encontravam mais diretamente ligados a ‘prática’, diretamente voltados para as atividades de ensino, enquanto os médicos estavam na academia (nas faculdades de Medicina), teorizando sobre a Educação Física, começando a imprimir um caráter “científico” para a área. No caso do Centro Militar os médicos eram também militares. (MELO, 1996, p. 25).

Em 1931 foi criado o Departamento de Educação Física, que tem como uma de suas principais diretrizes centralizar e organizar as decisões a respeito da Educação Física e Desportos no Exército. Esse departamento teria vida autônoma e teve o Capitão João Barbosa Leite nomeado como seu primeiro diretor. Sobre a criação do referido departamento Inezil Penna Marinho destacou “O ano de 1931 assinala na Escola Militar uma grande transformação. É criado o seu Departamento de Educação Física, com vida autônoma e organização mais adequada às necessidades do método que adotara.” (MARINHO, v. III. 1953, p. 20)

---

<sup>6</sup> - “Da Educação Física”, é uma obra de grande vulto e está dividida em três partes.

I – O estado da questão, Fatos e Interrogações

II – Escolas e métodos: à qual cabe a supremacia

III – Importância e situação do problema no Brasil, aplicação que o soluciona.

Segundo Inezil Penna Marinho “sem nenhum favor esta deverá ser considerada uma das principais obras já publicadas no Brasil sobre Educação Física. (...) as críticas seguras que formula, fazem desse livro um verdadeiro marco para a história da Educação Física no Brasil.” (MARINHO, v. III. 1953, p. 44).

Outra iniciativa em relação à formação de instrutores é feita em 1933, quando o Centro Militar de Educação Física é transformado na Escola de Educação Física do Exército “A 19 de outubro, o Decreto n.º 23.252 cria a Escola de Educação Física do Exército em substituição ao Centro Militar de Educação Física.” (MARINHO, v. III. 1952, p. 143). Essa escola seria por muito tempo, junto com a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, que viria a ser criada em 1939, o principal meio de preparação de profissionais e divulgação da Educação Física nacional. Entre os seus objetivos estava a preparação, tanto de instrutores militares (oficiais do exército), quanto de professores civis, além da preparação de monitores (sargentos), de monitores de esgrima e de massagistas. Entre as suas principais funções, Inezil Penna Marinho, cita a seguinte “proporcionar o ensino do método de Educação Física e orientar e difundir a aplicação do método. (MARINHO, v. III. 1953, p. 44).

### **3.3 As escolas civis de Educação Física**

A preocupação em formar professores capacitados para trabalhar com a Educação Física começou a provocar a reação de alguns políticos. Por um Projeto de Lei, apresentado em setembro de 1905 pelo deputado amazonense Jorge de Moraes, é proposta a criação de duas escolas de Educação Física, uma civil e outra militar. Inezil Penna Marinho reproduz o discurso do deputado Jorge de Moraes, quando da apresentação desse projeto, nele a Educação Física é colocada como uma das principais ferramentas para o “desenvolvimento da raça”, o que caracterizava a preocupação da época em formar uma unidade da raça brasileira, o que era muito discutido então:

É incontestável que ao futuro da Nação Brasileira se prende tudo aquilo que diz respeito ao desenvolvimento de sua raça e, no entanto, é triste confessar que a Educação Física tem sido lamentosamente descuidada nos programas gerais de ensino, quando a sua inclusão, submetida à orientação científica moderna, seria de absoluta necessidade. (MARINHO, v. II. 1952, p. 40).

Nascimento (1997), ao analisar a obra de Inezil Penna Marinho, faz também referência ao discurso de Jorge de Moraes, no qual é enfatizada a necessidade da criação de uma escola civil de Educação Física, para que a formação dos professores acontecesse de maneira mais satisfatória. Ao relatar o discurso do deputado, a autora enfatiza a crítica feita à precariedade da Educação Física em nosso país, seja pela falta de instalações adequadas ou mesmo pelo pouco apoio dos órgãos competentes.

Falou, também, da Educação Física no Brasil, da precariedade, do descaso com que esta era tratada, bem como dos espaços inadequados determinados à sua prática e da inexperiência e despreparo de seus professores, por falta de conhecimentos científicos e preparação adequada daqueles que a ministravam. (NASCIMENTO, 1997, p. 61).

Apesar de aprovado, o projeto de lei não é colocado em prática, vale resaltar que, em 1939, o Decreto-lei n.º 1212 foi aprovado, dando origem à Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, tendo em seu conteúdo muito da proposta defendida por Jorge de Moraes no início do século XX.

Porém, já havia algum tempo, mais precisamente desde o início do século, que alguns Estados procuravam se adequar e preparar melhor seus professores que tinham a atribuição de lecionar a Educação Física. Era notada nas Escolas Normais a inserção de disciplinas que buscavam capacitar professores para essas aulas, alguns governos estaduais baixavam decretos em que o principal objetivo era reforçar a preparação do professor em relação à Educação Física. Inezil Penna Marinho, cita o decreto 771, do Estado do Amazonas, estado de origem do deputado Jorge de Moraes: “A 5 de abril, o decreto n.º 771 cria uma cadeira de Educação Física anexa à Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado do Amazonas.” (MARINHO, v. II. 1952, p. 50).

A pressão pela criação de uma Escola de Educação Física é cada vez maior. No 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia, o deputado Jorge de Moraes voltou a insistir na necessidade da instalação de uma escola civil. Pediu, para tal, o apoio dos médicos que, como citado anteriormente, já há algum tempo estudavam as questões referentes à Educação Física. Entre as conclusões do Congresso estava à necessidade da organização de Escolas Superiores de Educação Física, para a preparação de pessoal capacitado. Além disso, foi solicitada a criação de um Conselho Superior de Educação Física Nacional, órgão esse que teria atribuição consultiva e orientadora, também foi sugerida a construção de campos e ginásios para que o povo pudesse praticar a ginástica e os jogos ao ar livre.

Ainda em 1929 é preparado um projeto de lei por um grupo de professores, médicos e políticos, entre eles Fernando de Azevedo. O grupo era chefiado pelo Ministro da Guerra o General Nestor Sezesfredo Passos. No final dos seus trabalhos, o grupo apresentou entre as suas sugestões a necessidade da criação de uma Escola de Educação Física, que seria anexada à Universidade do Rio de Janeiro e seria responsável pela preparação de professores civis. Essa escola deveria ser subordinada ao Ministério da Guerra, o que novamente destaca a forte influência dos militares no processo de inserção da Educação Física em nosso país. A proposta foi duramente criticada pela Associação Brasileira de Educação que, entre outras críticas, não aceitava que o curso de formação de professores fosse subordinado ao Ministério da Guerra, pois esse não teria a competência necessária para resolver problemas de um curso destinado a formar professores. Segundo a Associação, esse curso deveria estar ligado à Universidade do Rio de Janeiro, que mais tarde passa a ser chamada de Universidade do Brasil.

Em 1930, Getúlio Vargas assume o poder e uma de suas primeiras ações é criar o Ministério da Educação e Saúde Pública, que tem o Sr. Gustavo Capanema, a quem Inezil Penna Marinho dedica o livro *História da Educação Física e Desportos no Brasil*, nomeado como ministro.

A Educação Física é destacada ao integrar o projeto que Getúlio Vargas tem para o país, pois além de servir como uma forma de disseminação de doutrinas patrióticas poderia participar de um movimento para a criação de um brasileiro mais saudável e culto, que estaria apto a desenvolver o seu trabalho e a participar da construção de um país industrializado e de nacionalismo exacerbado, duas das principais características da doutrina pregada por Getúlio Vargas. Bárbara Freitag, para relatar a importância que a Educação tinha no projeto de Getúlio Vargas, cita Valnir Chagas (1967) “É criado pela primeira vez, em 1930, um Ministério de Educação e Saúde, ponto de partida, segundo Valnir Chagas, para mudanças substanciais na educação, entre outras, a estruturação de uma universidade.” (FREITAG, 1984, p. 50).

Já Moura (2008) destaca o papel que a Educação Física teria nesse processo, sendo responsável pela “formação de um homem com ação física, moralmente sadio, alegre e robusto representando o progresso da nação, com desenvolvimento conseqüente da industrialização.” (MOURA, [www.webartigos.com/articles/3097/1/](http://www.webartigos.com/articles/3097/1/). 2008).

As duas citações demonstram toda a importância que era dada à reestruturação da educação no país, para que a mesma fosse mecanismo da proposta de Getúlio Vargas, que buscava a criação de um Estado forte e de cunho nacionalista e que teria na Educação Física um dos principais pontos para que essa proposta fosse atingida. A partir de então, diversas ações são efetivadas pelo governo na busca da promoção da Educação Física em nosso país. Sobre a importância da Educação Física no governo de Getúlio Vargas, Nascimento (1997) destaca:

Durante o Governo Vargas, a Educação Física ocupou o “coração” do currículo brasileiro, ou melhor, foi além do currículo escolar. A Educação Física estava nos hábitos culturais da população brasileira. Estava nos planos governamentais da época, a intenção de refazer a tradição cultural, refazer o conceito de história, construir uma história (por todo o material produzido e acumulado) que com ela fosse possível construir uma memória coletiva. A Educação Física fazia a educação integral, dava a idéia de igualdade, todos a praticavam, todos eram saudáveis e fortes, preparados para trabalhar pelo desenvolvimento e defesa do país. (NASCIMENTO, 1997, pp. 84 – 85).

Dentro dessa perspectiva de apoio governamental à área, os Estados também começam a buscar uma melhor organização em relação à Educação Física e alguns deles criam os seus próprios departamentos, que têm como função tanto a fiscalização quanto a preparação de novos professores, a partir da criação de cursos de aperfeiçoamento. Surge em São Paulo o “primeiro órgão especializado, incumbido



de dirigir a Educação Física no Estado” (MARINHO, v. III. 1953, pp. 20-21), o recém-criado Departamento de Educação Física, que seria subordinado à Secretaria de Negócios da Educação e da Saúde.

Os estados do Espírito Santo e São Paulo foram pioneiros e criaram as primeiras Escolas de Educação Física civis. Esses fatos têm extrema importância, pois assinalam uma ação efetiva do Estado, no que se refere à preparação do professor de Educação Física. Segundo Melo (1996), citado por Gondim Pires (2006), no Estado do Espírito Santo, em 1931, através da iniciativa de Laurentino Bonorino, tenente do Exército, formado pelo curso provisório de 1929 e autor do livro *História da Educação Física*, primeira publicação do gênero no Brasil, criou-se o curso especial de Educação Física para a formação de normalistas. Este curso, apesar de ser dirigido por militares, constituiu-se como o primeiro curso civil reconhecido. O estado de São Paulo sistematiza o curso em 1931, porém só começa a funcionar em 1934 e formará seus primeiros alunos ao final de 1935.

A Associação Brasileira de Educação promove, em 1935, o VII Congresso Brasileiro de Educação, que tem como objetivo discutir os problemas da Educação Física no Brasil. Na sua abertura, têm grande destaque as presenças do Presidente da República, Getúlio Vargas e de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, o que demonstra a importância da Educação Física dentro do contexto social e político da época. Entre as conclusões do congresso, elencadas por Inezil Penna Marinho na sua obra, merece destaque a seguinte: “o professor de Educação Física deve ser um educador, no sentido amplo da palavra, para poder apreciar sempre a criança no seu aspecto global.” (MARINHO, v. III. 1953, p. 79). Essa afirmação já pode demonstrar o conceito que Inezil Penna Marinho fazia do professor de Educação Física. Esse não deveria ser apenas um profissional que passava exercícios para que os alunos repetissem, mas sim um educador que atingisse o seu principal fim, a educação e o bem-estar do educando, pela prática de exercícios físicos. Nascimento (1997), também destaca a intenção de Inezil Penna Marinho, em fazer com que a Educação Física estivesse efetivamente enraizada no cenário educacional brasileiro; para tal, destaca a preocupação de que o conhecimento fosse tratado de forma científica: “Marinho enunciava a necessidade de Educação Física fazer parte dos costumes educacionais do País, de maneira científica.” (NASCIMENTO, 1997, p. 67).

Entre as sugestões elencadas ao final do congresso, estava a necessidade de desenvolver e difundir os cursos já existentes, criar novos cursos de aperfeiçoamento para os atuais professores que não tenham tido orientação adequada neste ramo de educação, intensificar os atuais cursos de Educação Física e, principalmente, a criação de uma Escola Nacional de Educação Física, que seria articulada à Faculdade de Educação, Ciências e Letras a ser criada.

Outro fator importante do processo de profissionalização do professor de Educação Física, é a publicação do decreto n.º 7.688, do Estado de São Paulo, que regulamenta a Escola de Educação Física

da Força Policial e muda a denominação da Escola de Educação Física do Estado para Escola Superior de Educação Física. Além disso, o artigo 7.º destaca a necessidade da formação específica do profissional de Educação Física, como uma das condições para a sua nomeação. Por esse artigo, o modelo de profissionalização proposto por Nóvoa vai ficando cada vez mais caracterizado na Educação Física brasileira. Segundo Inezil Penna Marinho, o enunciado do artigo 7.º diz que: “o ensino da Educação Física nas escolas só poderá ser ministrado por pessoas devidamente habilitadas, nomeadas na forma da lei” (MARINHO, v. III, 1953, p. 99).

Em 1937, foi criada a Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Saúde que, segundo esclarecimento do artigo 12, da lei que a originou, seria o órgão federal que teria como incumbência administrar e orientar as questões referentes à Educação Física no Brasil. Também nesse ano, pela primeira vez, a Educação Física é incluída na Constituição Brasileira, através do artigo 131.

Em 1938, a Divisão de Educação Física cria um curso emergencial de Educação Física, com o objetivo de melhor preparar quem trabalhava a disciplina nas escolas e formar novos professores. Este curso teve o patrocínio do Departamento Nacional de Educação, a colaboração do Ministério da Guerra, que cedeu às instalações e professores da Escola de Educação Física do Exército, além do apoio da Prefeitura Municipal, por meio do Instituto de Educação. A principal necessidade do curso foi formar, o mais rápido possível, professores habilitados para trabalhar com a Educação Física, já que, segundo Inezil Penna Marinho, a ausência de professores capacitados ameaçava obstruir o processo. Ao final do curso foram habilitados 165 professores de ambos os sexos.

Em 1939, o Decreto n.º 1.212, cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), esta seria vinculada à Universidade do Brasil. Segundo Inezil Penna Marinho (1953), na exposição de motivos, realizadas ao Sr. Getúlio Vargas, então Presidente da República, para a abertura da referida escola, o Sr. Gustavo Capanema, que ocupava o cargo de Ministro da Educação e da Saúde, entre diversos motivos citou que entre as principais funções da nova escola estaria o fato de que o curso proposto deveria servir de referência para a criação dos demais cursos do país: “funcionará, além disso, como um padrão para as demais escolas do país” (MARINHO, v. IV. 1954, p. 52). Esse padrão seria estabelecido principalmente por seu currículo, e pela possibilidade de alunos bolsistas de diversos estados do país serem escolhidos para participar do curso. Inezil Penna Marinho também destaca, no discurso do Ministro Gustavo Capanema, o objetivo de formar professores capacitados para que pudessem atuar efetivamente, e de maneira correta, com as crianças e jovens, auxiliando na sua formação. Para demonstrar tal preocupação, é destacada mais uma parte do seu discurso:

É preciso também e, sobretudo, que existam professores, não professores quaisquer, improvisados no preparo e errados no saber, pois estes, ao invés de aprimorar a infância e a juventude com a educação física, com esta não raro lhes levam a deformação ou a lesão irreparável mas, ao contrário professores instruídos, possuidores da ciência e da técnica dos exercícios físicos e capazes de os empregar como meios eficientes de melhorar a saúde e dar ao copo solidez, agilidade e harmonia. (MARINHO, v. IV. 1954, p. 52).

A criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) serviu como um grande propulsor para a criação de novos cursos pelo país, como por exemplo, a Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná, que vem a ser criada em 1939, por iniciativa particular do Prof. Francisco Albizu, regulamentada pelo Governo Estadual em abril de 1940 e a 16 de janeiro de 1945, obtém o reconhecimento do Governo Federal, pelo decreto n.º 17.592. Todas as escolas superiores criadas a partir de então, estavam baseados nos saberes da proposta de 1939, que determinava a formação de cinco profissionais distintos pelas escolas de Educação Física. Roberto Gondim Pires (2006), elenca em sua obra, *Formação profissional em educação física no Brasil; suas histórias, seus caminhos*, quem eram esses profissionais “instrutores de ginástica (professores primários); professor de educação física; médico especializado em educação física; técnico em massagem, técnico desportista.” (PIRES, 2006, p. 184).

É importante ressaltar que a Educação Física recebeu um tratamento diferenciado em relação às outras licenciaturas, a disciplina era a única que tinha um órgão, o Departamento de Educação Física (DEF), diretamente ligado ao Ministério da Educação e da Saúde. Além disso, para entrada na escola era necessário o curso secundário fundamental enquanto para as outras licenciaturas era obrigatório o secundário complementar. Em relação à duração do curso, enquanto o de Educação Física durava um ou dois anos, dependendo da opção por uma das cinco formações possíveis, as outras licenciaturas ocorriam em três anos. Também não havia uma sede própria, as aulas práticas eram ministradas no Fluminense Futebol Clube que, segundo Melo (1996), era um dos clubes brasileiros com melhor estrutura na época. Já as aulas teóricas aconteciam em salas do Instituto Nacional de Surdos. Essas diferenças fizeram com que o curso de Educação Física fosse visto de outra forma em relação às demais licenciaturas, algumas vezes até com certo desprezo, devido ao menor tempo de duração e menor exigência de currículo escolar para ingresso no curso. Mesmo após serem efetivadas mudanças, pelo decreto-lei n.º 8270 de 1945, que igualou o currículo da Educação Física, em termos de duração, com o de outros cursos, essa situação não foi completamente sanada. Sobre a diferenciação imposta à Educação Física em relação a outras licenciaturas, no momento da criação do curso, Melo (1996) destaca:

É importante reconhecer que a própria estrutura da Escola era potencialmente diferente de outras Escolas da Universidade do Brasil. Isso é, todas as estruturas universitárias estavam a sofrer influências do regime governamental de exceção em vigor, mas na ENEDF essa influência era destacadamente forte, contribuindo ainda mais para torná-la completamente diferente das outras escolas e faculdades dessa Universidade. (MELO, 1996, p. 44).

Em relação ao corpo de professores da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, era composto basicamente por militares e médicos, a grande maioria formada pela Escola de Educação Física do Exército. Enquanto os militares, ocasionalmente alguns ex-atletas, eram responsáveis pelas disciplinas práticas (treinamento desportivo, ginástica, desportos) os médicos eram responsáveis pelas disciplinas ditas teóricas (anatomia, fisiologia). Em relação ao currículo proposto, Inezil Penna Marinho apresenta a relação dos cursos ofertados. É importante ressaltar o equilíbrio entre disciplinas esportivas e médicas, chama a atenção a falta de disciplinas pedagógicas, o que dava ao professor de Educação Física um caráter destacadamente técnico. A seguir, o currículo do Curso Superior de Educação Física, com duração de dois anos, apresentado por Inezil Penna Marinho:

#### **Primeira série**

1. Anatomia e fisiologia humanas.
2. Cinesiologia.
3. Higiene aplicada.
4. Socorros de urgência.
5. Biometria.
6. Psicologia aplicada.
7. Metodologia da educação física.
8. História da educação física e dos desportos.
9. Ginástica rítmica.
10. Educação física geral.
11. Desportos aquáticos (natação e remo, teoria do pólo aquático).
12. Desportos terrestres individuais (atletismo, pesos e halteres, ginástica de aparelhos e tênis).
13. Desportos terrestres coletivos (futebol, voleibol e basquetebol).
14. Desportos de ataque e defesa (esgrima, jiu-jitsu, luta livre e boxe).

#### **Segunda série**

1. Cinesiologia.
2. Fisioterapia.
3. Biometria.
4. Psicologia aplicada.
5. Metodologia da educação física.
6. Organização da educação física e dos desportos
7. Ginástica rítmica
8. Educação física geral
9. Desportos aquáticos

10. Desportos terrestres individuais
11. Desportos terrestres coletivos
12. Desportos de ataque e defesa. (MARINHO, v. IV, pp. 53 – 54 – 55).

A criação da Escola de Educação Física do Exército, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, além dos demais cursos superiores de Educação Física pelo país, como São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de outros estados, acabam por caracterizar e solidificar a terceira etapa do processo de profissionalização dos professores (NÓVOA, 1987), a saber: “criação de instituições específicas para a formação de professores”, apesar de as Escolas Normais já tentarem, na maioria das vezes sem sucesso, há um bom tempo formar profissionais capacitados para trabalhar com a Educação Física, isso só ocorre com o trabalho das Escolas Militares e com a criação dos cursos superiores.

O decreto-lei n.º 8270 de 1945, como já citado anteriormente, igualou o tempo do curso em relação às outras licenciaturas. Por esse decreto, o Curso Superior de Educação Física deixou de ser organizado em apenas dois anos e passou para três anos. Convém destacar a eliminação da disciplina de Anatomia da grade curricular, sobre o que Inezil Penna Marinho teceu a seguinte crítica:

A supressão da anatomia humana como disciplina foi essencialmente desastrosa, porque o decreto-lei estabeleceu que “a revisão dos conhecimentos de anatomia humana será feita em aulas complementares à disciplina que a reclamar”. Isso importa dizer que os alunos adquirirão conhecimentos esparsos de anatomia, sem um indispensável entrosamento, enquanto, por outro lado, o professor da cadeira de Anatomia Humana e Higiene Aplicada (cadeira I prevista no art. 9º) não terá liberdade de cátedra e o seu programa ficará na dependência das necessidades dos professores de outras disciplinas. (MARINHO, v. IV, 1954, p. 527 – 528)

Após a mudança do curso para três anos, o currículo da Escola Nacional de Educação Física foi reorganizado, Inezil Penna Marinho apresentou a divisão das disciplinas em cada um dos anos, segundo o autor o currículo do curso passou a ser organizado da seguinte forma:

#### **Primeiro ano**

1. Higiene aplicada.
2. Socorros de urgência
3. Metodologia da educação física
4. História e organização da educação física e dos desportos
5. Educação Física geral
6. Desportos aquáticos e náuticos
7. Desportos terrestres individuais
8. Desportos terrestres coletivos
9. Desportos de ataque e defesa
10. Ginástica rítmica

### **Segundo ano**

1. Cinesiologia aplicada
2. Fisiologia aplicada
3. Metabologia aplicada
4. Metodologia da educação física
5. Educação física geral
6. Desportos aquáticos e náuticos
7. Desportos terrestres individuais
8. Desportos terrestres coletivos
9. Desportos de ataque e defesa
10. Ginástica rítmica

### **Terceiro ano**

1. Fisioterapia aplicada
2. Psicologia aplicada
3. Biometria aplicada
4. Metodologia da educação física e dos desportos
5. Educação física geral
6. Desportos aquáticos e náuticos
7. Desportos terrestres individuais
8. Desportos terrestres coletivos
9. Desportos de ataque e defesa
10. Ginástica rítmica (MARINHO, v. IV, 1954, pp. 528 – 529).

Nada mudou quanto à necessidade de escolarização para entrada na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, continuando a exigência de conclusão do secundário fundamental para ingresso no curso. Isso só mudaria em 1953, a partir da criação da “lei das equivalências”, quando tanto o ciclo médio quanto a exigência de o candidato prestar o concurso vestibular, passou a ser obrigatória em todos os cursos de nível superior. Com isso, o candidato ao curso de Educação Física precisou prolongar os seus estudos anteriores ao ingresso.

Analisando os dois primeiros currículos do curso de Educação Física, fica nítido que a questão técnica era prioritária na sua organização, as disciplinas eram divididas entre esportivas e médicas. Sobre isso é importante ressaltar que Inezil Penna Marinho, durante as discussões para a criação do curso, fez duas afirmações, já citadas anteriormente, que demonstram a opinião do autor sobre as características que ele entendia serem necessárias para a formação do professor de Educação Física “o professor de Educação Física deve ser um educador, no sentido amplo da palavra, para poder apreciar sempre a criança no seu aspecto global.” (MARINHO, v. III, 1953, p. 79). Na outra afirmação, Inezil Penna Marinho, citado por Nascimento (1997) destacou “a necessidade de a Educação Física fazer parte dos costumes educacionais do país, de maneira científica.” (NASCIMENTO, 1997, p. 67).

Essas opiniões demonstram que Inezil Penna Marinho entendia que a formação do profissional de Educação Física deveria, acima de tudo, preparar um educador e que essa posição deveria ser conquistada por estudos científicos, também fica enfatizado que a educação das crianças seria atingida pela realização das atividades físicas, o que demonstra que a questão higiênica ainda estava presente na concepção de Educação Física, pois ainda se ressaltava que, por exercícios físicos, seriam trabalhadas questões que auxiliassem na formação das crianças. Quanto à presença das disciplinas médicas e conseqüentemente dos médicos, Inezil Penna Marinho assinalava o quanto isso dava ao curso a cientificidade que se fazia necessária. Para exemplificar essa linha de pensamento que norteava a Educação Física brasileira, segue o resultado do concurso de sentenças sobre Educação Física, promovido em 1941, pelo Departamento de Educação, por intermédio da Divisão de Educação Física. Participando desse concurso Inezil Penna Marinho obteve o 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 7.º e 8.º lugares, com as seguintes sentenças:

- 1.º lugar: A educação física fará de cada criança um cidadão útil à Pátria.
- 2.º lugar: É para o bem de todos que queremos a Educação Física de cada um.
- 3.º lugar: Da Educação Física de vossos filhos depende não só a sua constituição física, com também a sua formação moral e ainda o seu desenvolvimento intelectual.
- 4.º lugar: A Educação Física torna os indivíduos úteis a si mesmos e aos seus semelhantes.
- 6.º lugar: Uma criança sem Educação Física será um cidadão perdido para a Pátria
- 7.º lugar: As grandes idéias nascem dos grandes cérebros, mas, para que se tornem grandes ações, precisam de braços fortes.
- 8.º lugar: Sobre a fortaleza de seu povo assentam as bases de uma grande nação; a Educação Física fará do Brasil uma grande nação (MARINHO, v. IV, 1954, p. 166-167)

Nota-se a predominância de Inezil Penna Marinho com relação aos outros candidatos já que 80% das sentenças premiadas foram escritas por ele e foram classificadas como as melhores. Nota-se também que todas as sentenças de Inezil Penna Marinho enfatizam o caráter higiênico e nacionalista da Educação Física. As sentenças do autor e a sua concepção do papel do professor de Educação Física permitem compreender as formas pelas quais ele propôs a formação desse profissional.

Além das questões ligadas ao preparo para o magistério, Inezil Penna Marinho também atenta para outro aspecto fundamental da constituição desse profissional, relativo à necessidade da organização dos professores em grupos, associações ou sindicatos. Podemos depreender com isso que os escritos de Inezil Penna Marinho assinalam elementos que Nóvoa (1987) utiliza para explicar um modelo de profissionalização, cujas etapas já foram explicadas no presente trabalho. Ao falar das Associações dos professores de Educação Física, Inezil Penna Marinho destaca a capacidade desse

grupo de se autogerir. Tal como o autor explica, a Educação Física brasileira tem a sua primeira Associação constituída em 1935 no Estado de São Paulo e tem o nome de “Associação de Educação Física de São Paulo”. Porém, durante vários anos, diversas associações aparecem e nenhuma consegue efetivamente representar a classe dos professores de Educação Física, a quarta etapa do processo de profissionalização só se efetiva com a criação do Conselho Nacional de Educação Física em 1998.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do trabalho foi verificar as formas pelas quais os quatro volumes do livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, escritos por Inezil Penna Marinho e publicados entre 1952 e 1954 participaram do processo de profissionalização do professor de Educação Física no Brasil, construindo e divulgando saberes que fundamentaram essa prática. Colaborando com estudos já desenvolvidos na área (NASCIMENTO, 1997; Melo, 1996, 1999, 2007), a presente dissertação examinou mais especificamente a abertura dos primeiros cursos superiores de Educação Física, tal como isso foi narrado por Inezil Penna Marinho, nos textos que, conforme já se assinalou, foram amplamente utilizados para formar os docentes da disciplina, a partir de meados do século XX. Nessa perspectiva, o exame proposto quis compreender como o autor apresentou a criação dos cursos aos seus leitores, quais informações foram privilegiadas, quais iniciativas foram assinaladas e que importância atribuiu ao processo ao longo de seus escritos.

Convém lembrar que, tendo sido o principal referencial da primeira geração de historiadores da Educação Física brasileira, Inezil Penna Marinho teve destacada participação no processo de profissionalização do professor de Educação Física em nosso país, não só pela sua posição como escritor, mas também e principalmente pelo seu trabalho junto ao Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e da Saúde (1937), um dos órgãos do Governo Federal decisivos na implementação das propostas referentes à criação dos cursos superiores de Educação Física.

Como a obra *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* foi a principal referência na área por mais de trinta anos, servindo para a formação escolar de diversas gerações de professores, motivou o desenvolvimento de pesquisas e suscitou entre os especialistas da área um debate que se estende aos dias atuais. Os trabalhos de Melo (1996, 1999 e 2007) e Nascimento (1997) situam como a obra de Inezil Penna Marinho foi objeto de observações positivas e negativas. No caso da presente dissertação, o intuito foi mostrar que o texto em pauta participou do processo de profissionalização do professor de Educação Física. Ao ser muito usado pelos futuros docentes, os escritos expuseram e definiram os saberes que fundamentaram o ofício dessas pessoas. Ao mesmo tempo, Inezil Penna Marinho narrou a história desses professores e, conforme procurou-se demonstrar ao longo da dissertação, um dos pontos altos dessa história foi, na visão do autor, a criação dos cursos superiores. Inezil Penna Marinho, no decorrer dos quatro volumes, enfatiza inúmeras vezes a necessidade da criação desses cursos em nível superior. A leitura da obra de Inezil Penna Marinho constrói uma visão linear e progressiva a partir da qual os cursos superiores são entendidos como o ápice de um processo longo marcado por tentativas e erros na formação do professor nas Escolas Normais e nos chamados cursos de emergência. A criação dos cursos superiores significa para Inezil Penna Marinho a superação de

dificuldades historicamente postas e a possibilidade de imprimir aos professores de Educação Física um caráter mais legítimo, porque demandava um tempo maior de estudos e o domínio de questões científicas.

Ao explicar esse processo, Inezil Penna Marinho, ao longo dos seus escritos, enfatiza a necessidade da Educação Física ocupar um lugar na escola, para tal demonstra diversas discussões em que políticos, como por exemplo, Rui Barbosa e Jorge de Moraes, enaltecem a necessidade da presença dessa disciplina no currículo das escolas brasileiras, até mesmo por questões de segurança nacional. Essa presença era justificada de diversas formas, tanto quanto pela necessidade de formar um cidadão saudável, que tivesse os cuidados e conhecimentos básicos sobre o seu corpo, o que justifica a presença dos médicos no processo, como também pela questão patriótica, já que a Educação Física era uma importante ferramenta para o processo de doutrinação política, vide a sua estreita ligação com os militares, considerados por muitos os primeiros professores de Educação Física no Brasil, além é claro, do trabalho de desenvolvimento dos corpos. Sobre esse tema, Inezil Penna Marinho apresenta por diversas vezes citações em que é enfatizada a necessidade de melhorar a condição física do povo brasileiro.

Para demonstrar a concepção de Inezil Penna Marinho sobre a presença da Educação Física nas escolas e a importância da formação do profissional para que esse trabalho fosse realizado de forma satisfatória, procurei demonstrar, pela sua obra, todo o caminho percorrido para que o profissional de Educação Física tivesse uma formação mais científica, que possibilitasse ao professor suplantar todas as exigências às quais ele seria apresentado. Para tal, Inezil Penna Marinho apresenta a questão a partir da inserção de disciplinas que tinham como objetivo auxiliar os alunos da Escola Normal para o trabalho físico com as crianças. Esse caminho não atingiu o objetivo esperado, sendo que por diversas vezes foi sugerida a eliminação dessas disciplinas da Escola Normal. Em contrapartida a esse processo, é enfatizada a questão das escolas militares que formam os seus instrutores e os dividem com as instituições civis. Vale ressaltar que mesmo durante esse período em que as escolas militares formaram os profissionais de Educação Física, Inezil Penna Marinho apresentou diversas discussões nas quais é sugerida a criação de uma escola civil de Educação Física. É importante destacar que, no momento de criação das escolas civis, os militares ainda participam efetivamente do processo, cabendo a eles a direção de várias escolas, entre elas a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, o que demonstra que mesmo com a criação das escolas civis, a presença dos militares ainda foi forte por muito tempo, o que permite compreender o papel político e doutrinário empreendido pela Educação Física na época.

Mais um ponto observado na obra de Inezil Penna Marinho e que merece ser destacado é a questão de co-educação dos sexos. Ao relatar fatos em que há a separação de meninos e meninas

durante as atividades físicas, Inezil Penna Marinho não faz comentários quanto a possibilidade de realizarem a atividade juntos, pelo contrário, nos relatos do final do século XIX e início do século XX, enfatiza situações em que essa separação era enaltecida citando até Herbert Spencer, em determinado momento, para justificar o fato de as meninas não participarem das atividades e demonstrando o descontentamento das classes mais ricas quando da participação de suas filhas em atividades físicas realizadas na escola. Diversas vezes em que a participação das mulheres é citada, ela está relacionada à melhor preparação dos corpos para as exigências da vida feminina, como por exemplo, a gravidez. Outro exemplo dessa separação é que sempre que destaca, ao final de cada ano, a quantidade de alunos que concluem seus cursos nas escolas de formação, em qualquer nível, o autor faz questão de ressaltar o número de professores do sexo masculino e do sexo feminino. Isso leva a crer que, Inezil Penna Marinho não tinha, até o momento em que os livros foram escritos, uma posição favorável, ou era indiferente, à questão de meninos e meninas praticarem as atividades físicas juntos.

Outro fator enfatizado na leitura do livro é a forma como Inezil Penna Marinho destaca a sua participação no movimento que leva à criação e posteriormente, com mais ênfase ainda, à efetivação das escolas superiores de Educação Física. Em diversos momentos do livro, o autor cita a sua participação como conferencista, escritor, técnico do Departamento de Educação Física e professor, nos mais diversos eventos. Também destaca às vezes em que é congratulado com o título de *Doutor Honoris Causa*, nos mais variados estabelecimentos de ensino superiores ligados à Educação Física. A sua participação sempre está ligada a situações que colaboraram com o trabalho de efetivação da Educação Física em nosso país, o que confirma a importância da *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, já que a obra foi, por praticamente trinta anos, a principal referência histórica da área e seu autor um dos mais destacados estudiosos da Educação Física brasileira. É importante destacar que apesar de todo esse histórico, um dos principais objetivos de Inezil Penna Marinho, a criação de um Método Nacional de Educação Física, que teria a capoeira como um dos principais conteúdos, foi um sonho que o autor não conseguiu realizar.

Tudo isso leva a entender o lugar da *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, de Inezil Penna Marinho, na história da profissionalização do professor de Educação Física. O intuito não foi classificar a obra como boa ou má, mas sim destacar o seu papel de acordo com as necessidades da época e com o lugar de Inezil Penna Marinho nos debates educacionais do período, principalmente no que se refere ao lugar dos professores de Educação Física.

## FONTES

MARINHO, I. P. **História da Educação Física e Desportos no Brasil**. v. I, Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1952a.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Física e Desportos no Brasil**. v. II, Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1952b.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Física e Desportos no Brasil**. v. III, Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1953.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Física e Desportos no Brasil**. v. IV, Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1954.

MELO, V. A. de. **Inezil Penna Marinho - Notas Biográficas**. Disponível em: <http://www.ceme.eefd.ufrj.br/apresenta/home2.html>. Acesso em: 27 out. 2007.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. Título original: Choses Dites.

\_\_\_\_\_. Como se pode ser esportivo. In. BOURDIEU P. **Questões de Sociologia**. Tradução Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pp. 136-153. Título original: Questions de Sociologie.

BURKE, P. **A Escola dos Annales, (1929 – 1989) A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed Unesp, 1992.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. São Paulo: Papirus, 1988.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. n.º 2. Porto Alegre: 1990 pp. 177 – 229.

FERREIRA NETO, A. **Inezil Penna Marinho na Educação Física: Intervenção e Conhecimento**. Laboratório de Estudos em Educação Física – LESEF – CEF/UFES. [mimeo].

FREITAG, B. **Escola, Estado & Sociedade**. 5.ª ed. rev. São Paulo: Moraes, 1984.

GHIRALDELLI Jr., P. **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWN, E. J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 10.ª ed. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Título original: The age of Empire 1875 – 1914.

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAWN, M. Os professores e a fabricação de identidades. In NÓVOA A. & SCHRIEWER J. (eds.) **A Difusão Mundial da Escola: alunos – professores – currículo – pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000. pp. 69 – 84.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5.ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARCASSA, L. A Educação Física Face ao Projeto de Modernização do Brasil (1900-1930): As Histórias que se contam. **Pensar a Prática** 3. jul / jun 1999 – 2000. pp. 82 – 95.
- MARCHI Jr. W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In PRONI, M. W. & LUCENA, R.F. (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. pp. 77 – 112.
- MELO, V. A. de. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil: Panoramas e Perspectivas**. São Paulo: IBRASA. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história**. 1996. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MOURA, M. Educação Física no Brasil: Uma História Política. **Webartigos.com**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/3097/1/> Acesso em: 15 jan. 2008.
- NASCIMENTO, C. C. **Inezil Penna Marinho: o tempo de uma história**. 1997. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação – História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- NAVARRO, R. T. **A formação da identidade de gênero: um olhar sobre a Educação Física**. Disponível em: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/R/Rodrigo\\_Tramutolo\\_Navarro\\_07\\_B.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/R/Rodrigo_Tramutolo_Navarro_07_B.pdf). Acesso em: 07 out. 2008.
- NÓVOA, A. Les temps des professeurs. Lisboa: INC, 1987.
- \_\_\_\_\_. O Passado e o Presente dos Professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. Porto – Portugal: Porto Editora. 1995. pp. 13 – 34.
- \_\_\_\_\_. Para o Estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**. nº 4. Porto Alegre, 1991. pp. 99 – 129.
- OLIVEIRA, M. A. T. de. A construção dos currículos escolares de educação física: relações entre o planejamento tecnocrático e a experiência dos professores. In OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M.

- F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.
- PIRES, R. G. Formação profissional em educação física no Brasil; suas histórias, seus caminhos. **Revista da Faced**. n.º 10. 2006. pp. 179 – 185.
- SOUZA JÚNIOR, M. & GALVÃO, A.M.O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005. pp. 391 – 408.
- SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização** - a implantação da Escola Primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.
- VAGO, T. M. **Cultura Escolar, cultivos de corpos**: Educação Physica e Gymnástica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920), Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- \_\_\_\_\_. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. **Caderno Cedes**, ano XIX, n.º 48, Agosto/99. pp. 30 – 51.
- VIDAL, D. G. & FARIA FILHO, L. M. de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH / Humanitas Publicações, vol. 23, n.º 45, 2003. pp. 37 – 70.
- VILELA, H. de O. S. Do artesanato à profissão: Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. vol. II; século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. pp. 104 – 115.

## ANEXOS

### Sistematização do conteúdo do livro de Inezil Penna Marinho

**TÍTULO:** História da Educação Física e dos Desportos no Brasil

**SUBTÍTULO:** Brasil Colônia - Brasil Império – Brasil República (Documentário e Bibliografia) – Volume I

**AUTOR:** Inezil Penna Marinho

**DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR:** Filho do Cônsul Ildelfonso Ayres Marinho e de Ignez Penna Marinho, o ex-aluno do Colégio Pedro II Inezil Penna Marinho desde a juventude se destacava pelo gosto pela prática de esportes e pelo interesse pela filosofia, história e poesia.

Como esportista chegou a ser campeão de pólo aquático pelo clube Boqueirão do Passeio e de luta livre pelo Flamengo, entre outros esportes dos quais tomava parte. Quando foi aluno da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), entre os anos de 1941 e 1943, foi campeão universitário de pólo aquático e vice de voleibol, chegando mesmo a ser recordista universitário de atletismo nos 800m, 1500m, 3000m e 4 x 400m.

Para a Divisão de Educação Física (DEF) do Departamento de Educação do Ministério da Educação e Saúde (MES), o pioneiro e um dos mais importantes órgãos federais ligados à Educação Física, Inezil entrou em 1939, dois anos depois da criação do órgão, como assistente técnico. Passaria a assistente de ensino em 1940 e em 1941 já era técnico de educação, o primeiro do Brasil ligado à Educação Física, e chefe da Secção Pedagógica da DEF. Sua carreira na DEF/MES é, logo, mesmo anterior a sua formação na ENEFD.

Formado pela ENEFD em 1943, registrado na DEF com o diploma 166 e o registro 348, não foram poucas as vezes que ganhou os concursos de trabalhos, sentenças ou cartazes para o desenvolvimento da Educação Física que pela DEF eram patrocinados. Muitas vezes ganhava tais concursos com a Sociedade para Estudo dos Problemas da Educação Física, entidade que fundou com o prof. Paulo Araújo.



Como funcionário da DEF, de acordo com os diversos cargos que ocupou, participou ativamente nas contribuições que essa importante instituição deu a Educação Física brasileira. Inspeccionou diversas escolas de formação que requeriam autorização para funcionar e/ou reconhecimento, ministrou muitas palestras em vários estados brasileiros, participou da organização de eventos, fez parte de comissões de julgamento.

Cabe destacar que em 1958 já tinha mais de 100 monografias e dezenas de livros publicados, muitos dos quais em outras áreas de conhecimento. Já tinha também mais de 1000 artigos publicados em revistas como: Revista Brasileira de Educação Física, Educação Physica, Revista de Educação Física, Cultura Política, Boletim da DEF, Arquivos da ENEFD, entre outras. (Centro de Memória Inezil Penna Marinho - Victor Andrade de Melo, 2007)

**EDITORA:** Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” de São Paulo, sob a responsabilidade da Divisão de Educação Física, então sediada no Rio de Janeiro

**VOLUMES:** 4 volumes ao todo

**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 1952

**CONTEÚDO:** o volume I é composto pelo prefácio, prolegômenos e um texto sobre a história da educação física e dos desportos no Brasil. Em seguida o livro está dividido em duas partes, nas quais constam os textos:

- 1ª parte - Brasil – Colônia (1500 – 1822)
- Síntese do Período Brasil - Colônia
- Bibliografia
- 2ª parte – Brasil - Império (1822 - 1889)
- Síntese do Período Brasil – Império
- Bibliografia
- Índice

**NÚMERO DE PÁGINAS DO VOLUME:** 179 páginas

**TÍTULO:** História da Educação Física e dos Desportos no Brasil

**SUBTÍTULO:** Brasil Colônia - Brasil Império – Brasil República (Documentário e Bibliografia) – Volume II

**AUTOR:** Inezil Penna Marinho

**EDITORA:** Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” de São Paulo, sob a responsabilidade da Divisão de Educação Física, então sediada no Rio de Janeiro

**VOLUMES:** 4 volumes ao todo

**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 1952

**CONTEÚDO:** o volume II é composto pela 3ª parte, da divisão de Inezil Marinho, referente a 1ª fase do período denominado Brasil – República e que compreende o período de 1889 – 1930. A divisão do volume se dá da seguinte forma:

- 3ª parte - Brasil – República / 1ª fase (1889 – 1930)
- Síntese do Período Brasil – República / 1ª fase (1889 – 1930)
- Bibliografia
- Legislação
- Formação de pessoal especializado
- Síntese final
- Índice

**NÚMERO DE PÁGINAS DO VOLUME:** 273 páginas

**TÍTULO:** História da Educação Física e dos Desportos no Brasil

**SUBTÍTULO:** Brasil Colônia - Brasil Império – Brasil República (Documentário e Bibliografia) – Volume III

**AUTOR:** Inezil Penna Marinho

**EDITORA:** Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” de São Paulo, sob a responsabilidade da Divisão de Educação Física, então sediada no Rio de Janeiro

**VOLUMES:** 4 volumes ao todo

**DATA DE PUBLICAÇÃO:** A capa informa 1953, porém na última página é informado que o livro foi composto e impresso em 1954.

**CONTEÚDO:** Logo no início do volume III é feito um breve relato sobre o movimento revolucionário de 1930, que destituiu o presidente eleito Washington Luís e, após a instalação do governo provisório, levou Getúlio Vargas ao poder em 1934. Em relação ao conteúdo do livro, Inezil Marinho continua o relato do período denominado Brasil – República, tratando agora da 2ª fase (1930 – 1937). É interessante relatar que a contracapa do livro indica a 3ª fase do período Brasil – República e que será tratada apenas no último livro. Os textos do volume III são divididos da maneira como se segue:

- 3ª parte - Brasil – República / 2ª fase (1930 - 1937)
- Síntese do Período Brasil – República / 2ª fase (1930 - 1937)
- Bibliografia
- Legislação
- Formação de pessoal especializado
- Síntese final
- Índice

**NÚMERO DE PÁGINAS DO VOLUME:** 149 páginas

**TÍTULO:** História da Educação Física e dos Desportos no Brasil

**SUBTÍTULO:** Brasil Colônia - Brasil Império – Brasil República (Documentário e Bibliografia) – Volume IV

**AUTOR:** Inezil Penna Marinho

**EDITORA:** Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” de São Paulo, sob a responsabilidade da Divisão de Educação Física, então sediada no Rio de Janeiro. Apesar de não haver nenhuma referência, acredita-se que o volume tenha sido editorado pela mesma empresa responsável pelos três primeiros, inclusive devido às semelhanças editoriais entre os quatro volumes.

**VOLUMES:** 4 volumes ao todo

**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 1954

**CONTEÚDO:** o volume IV trata da 3ª fase do período denominado Brasil – República (1937 – 1945). Os relatos tratam dos acontecimentos referentes à Educação Física e Desportos que aconteceram no país durante o Estado Novo, o golpe de estado aplicado por Getúlio Vargas em 1937 e que se estende até as eleições de 1945. Durante esses anos a Educação Física, através da administração de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde, ao qual a Divisão de Educação Física era subordinada, experimentou um desenvolvimento que até então jamais tinha acontecido na história do país. O surgimento dos primeiros cursos superiores de Educação Física, foi um dos principais marcos da época. Ainda no 4º volume é relatada quarta fase do Brasil – República, que se inicia com o golpe que destituiu Getúlio Vargas do poder. Assume o Ministério da Educação e Saúde o Sr. Leitão da Cunha, o qual Inezil Marinho classifica como um dos grandes inimigos da Educação Física. O autor relata que nos três em que esteve à frente do ministério, Leitão da Cunha praticamente acaba com todo o trabalho que a gestão anterior realizou em prol da Educação Física. A divisão dos textos obedece a seguinte seqüência:

- 3ª parte - Brasil – República / 3ª fase (1937 - 1945)
- Síntese do Período Brasil – República / 3ª fase (1937 - 1945)
- 3ª parte - Brasil – República / 4ª fase (1945 - 1946)
- Síntese do Período Brasil – República / 4ª fase (1945 - 1946)
- Índice

**NÚMERO DE PÁGINAS DO VOLUME:** 567 páginas

**Notas sobre a profissionalização do professor de Educação Física, inserção da Educação Física nas escolas do Brasil e Legislação referente à Educação Física, presentes nos quatro volumes de *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* e no site do Centro Esportivo Virtual [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br).**

## **VOLUME I - 1952**

### **Primeira Parte – Brasil Colônia – (1500 – 1822)**

Foram estas as obras publicadas, em Lisboa, de 1500 a 1822, referentes a Educação Física, por ordem cronológica.

- 1787 – “Tratado de Educação Física e Moral”, de Luís Carlos Moniz Barreto.
- 1790 – “Tratado de Educação Física para uso da Nação Portuguesa” de Francisco de Melo Franco.
- 1791 – “Tratado de Educação Física dos Meninos para uso da Nação Portuguesa” de Francisco José de Almeida.
- 1819 – “Elementos de Higiene ou Dictames Theoréticos e Práticos para conservar a saúde e prolongar a vida” de Francisco de Melo Franco (p. 93 v. I)

### **Segunda Parte – Brasil Império (1822 – 1889)**

1823

- Assim, na sessão de 4 de junho da Assembléia Constituinte, o deputado pela província de Minas Gerais, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, em nome da comissão de instrução pública, leu uma proposta em que se indicavam os meios de estimular os gênios brasileiros a elaborar um tratado completo de educação. Requereu o sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, deputado pela província de São Paulo, urgência para a matéria e a proposta foi então devolvida para que a comissão redigisse o assunto em forma de projeto de lei. Quinze dias depois, foi o mesmo apresentado nestes termos:

“1º - será reputado benemérito da pátria, e como tal condecorado com a Ordem Imperial do Cruzeiro ou nela adiantado, se já a tiver aquêlê cidadão, que até o fim do corrente ano, apresentar à Assembléia melhor tratado de Educação Física, moral e intelectual para a mocidade brasileira; (p. 98 v. I)

- (...) Eis que a comissão de instrução teve em vista quando formulou o projeto, A comissão pensou que um plano de alta instrução de nada servirá se os corpos estiverem lânguidos e fracos, os entendimentos não formados e os corações pervertidos. Reconheceu, pois que era necessário um tratado de Educação Física, moral e intelectual. Os que se tem feito em outras nações não são de aplicar-se à Nação brasileira porque cada país tem as suas leis e costumes particulares, Um tratado deste gênero só pode ser feito por um compatriota, de longa residência no país. Quanto à natureza do prêmio, pareceu a comissão que o prêmio pecuniário não incitava homens livres.”

O Sr. José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, deputado pela província do Ceará, apresenta a seguinte emenda ao projeto:

“1º - a pessoa que apresentar no prazo de um ano, contado da promulgação deste projeto, um plano de Educação Física, moral e intelectual, se for cidadão do Brasil, será declarado benemérito da Pátria e com tal, atendido aos postos e empregos nacionais, segundo a sua classe e profissão; se for estrangeiro terá os agradecimentos da Nação e um prêmio pecuniário; e quer seja estrangeiro ou cidadão do Brasil, dar-se-lhe-á uma medalha distintiva;

“2º - criar-se-á um segundo prêmio pecuniário para aquêlê que apresente um plano de educação sómente física ou moral ou intelctual.” (p. 100 v. I).

- Em 1828, aparece em Pernambuco o primeiro livro editado no Brasil sobre Educação física e essa glória cabe a Joaquim Jerônimo Serpa. È um “Tratado de Educação Física – Moral dos Meninos”, extraído das obras de Mr. Gardien. O autor compreende por educação a saúde do corpo e a cultura do espírito, apreciando a Educação Física conforme a encaramos hoje. (p. 101 v. I).
- Em 1837, um dos anos mais fecundos para as iniciativas educacionais, o deputado pela província da Bahia, Antônio Ferreira França, primeiramente apresenta o projeto para criação de uma “sociedade escolar” e assim, em cada paróquia do município do Rio, se formaria a sociedade d amparo às meninas desamparadas da respectiva paróquia, correndo as despesas por conta das senhoras que desejassem formar a sociedade e do governo naquilo que lhe fosse rogado. O ilustre deputado obtém, a seguir, a criação da “escola primária superior”. “No município do Rio, manda ele, se adicionarão em cada paróquia de primeiras letras as seguintes cadeiras integrantes da instrução primária; de geometria plana e

esférica, prática e desenho; de química geral e particular abreviada e demonstrada; de moral geral e prática dos deveres do homem e do cidadão brasileiro; do uso saudável das coisas e comportamento nas enfermidades até a chegada do médico ou cirurgião; de economia doméstica ou administração da casa; de ginástica e defesa do corpo, compreendidos nado, equitação e dança; de música nacional. Os ordenados e vantagens serão os mesmos das cadeiras de primeiras letras. Serão ocupados por nacionais de ambos os sexos que forem mais aptos.” (pp. 103-104 v. I)

- Em março de 1852, na província do Amazonas, é expedido um Regulamento para a Instrução pública primária (n. 5), pelo presidente Toureiro Aranha, no qual se determina que; “a instrução compreenderá a Educação Física, moral e intelectual (...). “Com a instrução primária nas escolas também se dará a Educação Física e moral, a saber; a) a educação consistirá em limpeza, exercícios, posições e maneiras do corpo, asseio e decência do vestuário o mais simples e econômico possível, danças e exercícios ginásticos, ornicultura, passeios de instrução e recreação; os alimentos serão sãos e moderados para os discípulos internos;”. “As casas escolares serão acomodadas para residência de professores, sala de classes e exercícios de instrução; duas ou três alcovas para dormitórios dos alunos internos; oratório para a educação moral, e casa e quintal para os exercícios físicos e da ornicultura”. “Os preceptores dirigirão os discípulos na instrução em cada uma das classes e nos exercícios e atos de Educação Física e moral, sob as vistas e direção do professor.” Tal como Spencer nos conta das escolas da Inglaterra havia a seguinte determinação:” As meninas não farão exercícios ginásticos.” (pp. 109-110 v. I)
- A. Gonçalves Dias, encarregado pelo governo de S. M. o imperador de visitar algumas das principais províncias do norte, apresentou um relatório, em 1852, do qual extraímos o seguinte trecho que interessa à Educação Física: (...) Vê-se pois que os professores alguma coisa, ainda que pouco, fazem, quanto ao desenvolvimento intelectual dos meninos, no do físico absolutamente nada, nem mesmo os primeiros exercícios de ginástica, ou jogos que fortifiquem o corpo; (pp. 110-111 v. I).
- Ainda em 1852, Antônio Francisco Gomes apresenta “Influência da Educação Física do Homem” (...). Nesse trabalho o Dr. Antonio Gomes trata da questão considerando a Educação Física como parte integrante da educação. (pp. 111-112 v. I)
- Em fevereiro de 1854, sendo ministro do império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, antigo deputado que em 1851 apresentara à Assembléia Geral legislativa as bases de uma reforma de ensino (Lei nº 030, de 17 de setembro de 1851), foi expedido o “Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte” que incluía nos currículos das escolas públicas de ensino primário a *ginástica*. (p. 113 v. I).
- Na província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos preconiza a inclusão dos *exercícios de ginástica* nos currículos das escolas de 2º grau daquela província. (p. 113 v. I).
- Em 1855, promulgado o Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte, o ministro Luis Pedreira do Couto Ferraz deu as normas da reforma do Colégio Pedro II, incluindo no currículo os exercícios ginásticos. (pp. 113-114 v. I).
- Em 1858, a 1º de março, o Decreto nº 2116 estabelece que para os cursos de infantaria e cavalaria de Escola Militar, entre as práticas escolares, figurarão a esgrima e a natação. Esclarece que para o ensino prático haverá, além de outros, um mestre de esgrima e um mestre de equitação e hipiátrica. E a 8 desse
- mês verifica-se a nomeação de Antônio Francisco da Gama para o cargo de mestre de esgrima da Escola Militar. (p. 115 v. I).
- Por outro lado, na Escola de Marinha, estabeleciam-se as seguintes práticas: esgrima, uma vez por semana; ginástica, uma vez por semana, natação, duas vezes por mês e aos domingos, antes da missa. Entre o pessoal previsto para atender às necessidades do ensino, encontramos um mestre de esgrima e ginástica e um mestre de natação. (p. 115 v. I).
- A 14 de maio de 1860, é o ensino militar refundido e, a 6 de agosto de mesmo ano, o alferes de Estado Maior de 2ª classe Pedro Guilhermino Meyer, de nacionalidade alemã, é nomeado contra-mestre de *ginástica* da Escola Militar. (p. 117 v. I).
- Ainda em 1860, o capitão José Ferreira Costa é nomeado instrutor de ginástica do Depósito de Aprendizes de Artilheiros, situado na Fortaleza de São João. (p. 117 v. I).
- Em setembro de 1861, é publicado o Regulamento do Colégio Paraense, em Belém, na província do Pará, no qual se prevê: “O ensino da dança, desenho, música, ginástica e natação, que não é obrigatório, será feito segundo o regimento do Colégio. (...) As condições para o concurso às cadeiras são: ser cidadão brasileiro, idade maior de 25 anos, no gozo dos direitos políticos. O lugar de professor é

- incompatível com outro emprego. O professor não poderá dar lições particulares aos seus discípulos, salvo gratuitamente. O concurso é condição para o provimento da cadeira. (p. 117 v. I).
- 1862 DECRETO Nº 2.882, de 1 de fevereiro. "Reforma Sousa Ramos". Mantém a ginástica no Colégio Pedro II e acrescenta dança no seu currículo. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
  - Ainda em 1870, o Ministério do Império faz publicar um “Novo Guia para o Ensino da Ginástica”, primeira publicação oficial de manual de ginástica, que nunca foi seguido. (p. 122 v. I).
  - 1871 - Na província de Minas Gerais, o presidente Luiz Antônio de Souza Carvalho, batendo-se pela urgente necessidade da criação de escolas normais, assinala as graves falhas da inspeção e do professorado: “a sua escolha e habilitações; o sistema de ensino, os livros e até o material das escolas; a direção dos alunos, a sua Educação Física e moral, o seu preparo para as lutas da vida...”. (pp. 122-123 v. I).
  - A 9 de abril, na província de Pernambuco, é publicado o regulamento do Ginásio – instituto oficial destinado a educação e instrução da mocidade do sexo masculino – esclarecendo que as matérias que formarão o seu sistema de estudos serão: “língua nacional; latina; grega (...), desenho, música, ginástica”. (pp. 125-126 v. I).
  - O Dec.nº. 6370, de 30 de novembro de 1876, estabelece; “Ficam criadas no Município da Corte duas Escolas Normais primárias, uma para professores e outra para professoras de instrução primária. Entre as disciplinas dos três anos de curso são encontrados as seguintes ligadas a Educação Física: 1º. Ano – ginástica (exercícios graduados sem instrumentos). 2º. Ano – princípios gerais da Educação Física, intelectual e moral; ginástica (exercícios graduados com instrumentos). 3º. Ano – ginástica (exercícios graduados com instrumentos). Para ministrar tais ensinamentos encontrava-se um mestre de ginástica. (pp. 127-128 v. I - adaptado).
  - Em setembro de 1878, na província do Rio de Janeiro, o presidente Visconde de Prados, perante a Assembléia Provincial, mostra-se favorável à supressão da cadeira de ginástica, por não preencher os fins de sua criação em uma Escola Normal “na qual se devem ensinar os princípios elementares da arte, sua aplicação metódica, a teoria de seus efeitos com discriminação do fim a atingir, e não o ensino prático limitado pela deficiência de aparelhos e local apropriado; a tudo acresce a irregularidade do ensino e o número limitado pela deficiência de aparelhos e local apropriado; a tudo acresce a irregularidade do ensino e o número limitado dos que dêle participaram efetivamente e que não compensavam a despesa para tal fim efetuada. A ginástica é por certo um elemento grande para Educação Física da mocidade; mas por isso mesmo que deve o ensino prático entrar na educação escolar, seria mister que na Escola normal constituísse ela um ensino de ordem mais elevada, auxiliado pelas noções elementares de anatomia e fisiologia humana, como é de rigor nos centros de instrução nos países em que, com subida razão, a ginástica faz parte essencial da educação escolar.” É necessário dotar a escola dos meios e local necessários para a demonstração teórica e prática; provê-la de homens versados nos estudos acessórios, ou então renunciar por algum tempo às vantagens incontestáveis do ensino da ginástica tal qual como deve ser feito em uma Escola Normal.” (p. 128 v. I).
  - A 6 de março de 1880, o Dec nº. 7684 baixa novo regulamento para a Escola Normal do Município da Corte, estabelecendo para a 5ª. Série princípios de Educação Física, intelectual, moral e cívica e esclarecendo que “para a ginástica haverá um mestre e uma mestra”. (p. 128 v. I).
  - 1881 DECRETO Nº 8.025, de 16 de março. Prescreve a obrigatoriedade da ginástica nas duas seções em que ficou dividido o curso normal, com a nova regulamentação. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
  - O Capitão Ataliba M. Fernandes é nomeado Professor de Ginástica da Escola Normal do Município do Côrte. (p. 129 v. I).
  - Na província do Rio de Janeiro, o relatório do diretor de instrução dá notícia que no Colégio Réis, em Petrópolis, “60 alunos (50 primários e 10 secundários) aprendem francês, português, inglês, aritmética, geografia e ginástica.” (p. 129 v. I).
  - O principal acontecimento de 1882 e quiza de todo o período Brasil-Império é o célebre parecer de Ruy Barbosa. A 12 de setembro, realiza-se na Câmara dos Deputados a sessão em que se discute o projeto nº. 224 “Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições complementares da Instrução Pública”. A Ruy Barbosa, como membro da Comissão de Instrução Pública coube relatar e opinar sobre o assunto. O seu parecer, como todas as suas obras, é peça notável, sendo de admirar que, em cada uma de suas partes,

descesse Ruy a detalhes de técnica, demonstrando o carinho com que se dedicara ao assunto. E a Educação Física não foi esquecida; muito pelo contrário, precede as outras formas de educação, talvez por julgá-la o autor a base sobre a qual devam repousar todos os outros princípios. É a consagração de “*Mens sana in corpore sano*” de Juvenal. O capítulo VII, § 1º, está encimado pela epígrafe “Da Educação Física”. O relator começa fazendo um histórico da Educação Física, apreciando-a desde a civilização grega, quando põe em relêvo o desenvolvimento alcançado por aquela entre os helênicos. Demonstrando um conhecimento seguro e perfeito do assunto e exibindo farta documentação, analisa o problema na atualidade em diversos países, detendo-se com especial cuidado na Suécia. Saliente Ruy que não há o intuito de converter os alunos em acrobatas nem Hércules, mas desenvolver na criança o *quantun* de vigor físico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da pátria e à dignidade da espécie.” (pp. 129-130 v. I).

- 1882 PROJETO Nº 224, de 1882. "Reforma do Ensino Primário e Varias Instituições Complementares da Instrução Publica". Seu relator, Rui Barbosa, resumiu o pensamento nele contido nos seguintes itens:
  - Instituição de uma seção especial de ginástica em cada escola normal.
  - Extensão obrigatória a ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura.
  - Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.
  - Equiparação, em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- Releva ainda notar, no projeto, o fato de pela primeira vez cogitar-se de detalhes técnicos na introdução dos programas de educação física no currículo escolar. (p. 153 v. I).
- Sobre a Educação Física nos jardins da infância, nas escolas primárias e nos colégios, Antônio Estevam da Costa e Cunha emitiu o seguinte parecer em 19 de dezembro de 1882: “A Educação Física, como se tem visto, é um elemento tão salutar à vida dos povos, contribui tanto para o vigor individual do cidadão e para o valor e fôrça geral da nação, tem ainda tanta influência na parte psíquica de nossa natureza que nós brasileiros, governo, povo e mestre, todos convictos e animados de um bem entendido patriotismo, devíamos pôr nosso maior empenho em torná-la quanto antes uma verdade nos estabelecimentos de ensino:” (pp. 153-154 v. I).
- Em 1885, na província de Pernambuco, é decretado o regulamento orgânico da instrução pública, cujo programa escolar é o seguinte: noções de contas, leitura, escrita e desenho (...) música, ginástica (...) (p. 154 v. I)
- 1885 – Na província de Alagoas, fica estabelecido que a Escola Normal é mixta e entre as práticas escolares se encontra a ginástica, prevendo-se que o governo contrataria mestres de desenho e ginástica. (p. 155 v. I)
- Na província do Rio de Janeiro, a 6 de maio, é expedido novo regulamento para a Escola normal, pelo presidente Cesário Alvim. Para o 1º. ano a cadeira de Pedagogia cogitava da Educação Física, moral e intelectual. (p. 155 v. I)
- Em agosto na província da Paraíba, o presidente A. Herculano de Souza Bandeira, entre outras coisas, expõe à Assembléia provincial, ao falar das diretrizes da sua grande reforma de ensino: “As quatro últimas cadeiras só funcionarão uma vez por semana, de sorte que não foi difícil achar professores idôneos, menos para a última ginástica que ainda não está provida, por não haver na província pessoa habilitada. (p. 155 v. I)
- Na província de São Paulo, o presidente João Alfredo afirmava ao inspetor geral da instrução que, da organização racional das escolas, dependia “a cultura geral, a formação do caráter e o desenvolvimento físico.” (p. 156 v. I)
- A 12 de abril desse ano de 1886, em Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro, inaugura-se o Colégio Anchieta, a respeito do qual existem as seguintes informações: (...) Estão também dispostas, com todo o conforto, higiene e amplidão, os pátios de recreio, de modo a poderem os alunos entregar-se folgadoamente aos exercícios ginásticos, às manobras militares e a toda espécie de jogos desportivos (...) “(pp. 156-157 v. I)
- Ainda em 1886, Pedro Manoel Borges publica um “Manual Teórico-Prático de Ginástica Escolar”, destinado às escolas públicas, colégios, liceus, escolas normais e municipais, Depois de demonstrar a



necessidade da Educação Física desde o berço e a sua importância para o indivíduo, transcreve uma série de preceitos higiênicos a serem observados nas lições (...). A Manoel Borges cabe a insigne honra de se ter batido pela obrigatoriedade da Educação Física de um modo geral, entre nós, formando com Ruy Barbosa os pioneiros dessa campanha. (pp. 157-158 v. I)

- 1889 DECRETO Nº 10.202, de 9 de março. Cria o Imperial Colégio Militar, no Município da Corte, fazendo constar de seus programas também a natação, a ginástica, o tiro ao alvo e a esgrima. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- Nos últimos anos do Império, realizaram-se várias conferências, na Escola Normal, sobre Educação Física, algumas das quais até presididas por D. Pedro II. Figuras então de grande relevo na Instrução Pública, como Borges Carneiro, Martins Pacheco, Bandeira Filho, Pedro Manoel Borges e Vitório Costa, defenderam ardorosamente a Educação Física. (p. 173 v. I).

## **VOLUME II – 1952**

### **Terceira Parte – Brasil República – 1ª. Fase (1889 – 1930)**

1890

- A 19 de abril, o Dec. Nº. 346 estabelecia: “Fica criada uma nova “Secretaria de Estado dos Negócios da instrução pública, correios e telégrafos”. (p. 9 v. II).
- Em maio do mesmo ano, o Decreto nº. 377 organizava a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública. Do relatório apresentado pelo Inspetor Geral, Dr. Ramiz Galvão, verifica-se que o currículo das escolas primárias do 1º grau compreendia: (...) ginástica e exercícios militares, (...). O das escolas de 2º grau era este: (...) ginástica e exercícios militares. (p. 10 v. II).
- Quanto as instalações da escolas havia as seguintes exigências: “Cada escola primária terá, além das sala de classe (...), um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreios, (...)”(pp. 10-11 v. II).
- O programa do Ginásio Nacional, comportava: português (...) ginástica, evoluções militares e esgrima, música. Entre os professores estava previsto um de ginástica, evoluções militares e esgrima. (p. 11 v. II).
- Em relação á Educação Física há um verdadeiro mundo nova a abrir-se nas escolas. Quase em todas elas está esquecido ou comprometido este ramo da educação; (...) O ensino da ginástica é por via de regra feito dentro das salas de classe, de maneira insuficiente, por consequência. Toda esta parte do program escolar carece de execução satisfatória, e para isso, assim como para muitos fins faz-se urgentíssimo cuidar da construção de prédios apropriados para escolas (...) (p. 11 v. II).
- Na Escola Normal do município da Côrte, a ginástica (exercícios de corpo livre) foi conservada. (p. 12 v. II).
- No Estado de São Paulo, o Dec. Nº 27, de 12 de março, mantinha a ginástica, especificando: “No programa de ensino serão especializados os exercícios de ginástica para cada sexo”. Anexas à Escola Nacional Normal deveriam funcionar duas escolas-modelo, uma para cada sexo, para nelas praticarem na regência das cadeiras os alunos do 3º. Ano; entre as práticas a que os alunos se encontravam obrigados figurava a ginástica, compreendendo marchas escolares e exercícios militares. Analisando o espírito dessa reforma, o Prof. João L. Rodrigues diz que a Educação Física foi criada com as aulas de calistenia, ginástica e exercícios militares. (p. 12 v. II).
- Nesse ano, Haria C. Gomes Ferrão apresenta a tese “Ginástica Escolar” ao concurso de provimento da cadeira de Pedagogia da Escola Normal de Senhoras da Bahia. (p. 13 v. II).
- José Veríssimo publica o seu livro “A Educação Nacional”, em que consagra um extenso capítulo à Educação Física. (p. 13 v. II).

1892

- O Regulamento do ginásio nacional, baixado nesse ano, na parte referente à disciplina escolar, estatuiu: “O diretor e o vice-diretor do Ginásio procurarão desenvolver em seus alunos o gosto pelos exercícios de tiro ao alvo, de besta, tiro de flecha, exercícios ginásticos livres, salto, jogo de volante, etc., e farão todos os domingos um passeio para fora do centro da cidade. Organizarão para esse fim turmas de alunos, de forma que, pelo menos uma vez por mês, cada uma delas tenha um dia completamente destinado à Educação Física. Para auxiliá-lo nestes trabalhos serão designados por escala alguns dos inspetores de alunos do estabelecimento. Mediante consentimento do diretor, poderão os lentes e professores do Ginásio incumbir-se destes passeios e do ensino dos jogos escolares que convém divulgar. São permitidos como jogos escolares: a barra, a amarela, o futebol, a peteca, o jogo de bola, o “cricket”, o

“lawn-tennis”, “o cronhet”, corridas, slatos e outros que, a juízo do diretor, concorram para desenvolver a força e destreza dos alunos, sem por em risco a sua saúde. (pp. 14-15 v. II).

1893

- A 9 de maio de 1893, a Instrução Pública no Distrito Federal é regulamentada, merecendo destaque o seguinte trecho; “nos jardins de infância serão ministrados jogos, infantis, exercícios físicos graduados e acompanhados de canto.” (p. 16 v. II).
- No estado de São Paulo, o Decreto nº. 218 de 27 de novembro, ao tratar dos programas de ensino, referindo-se à economia doméstica, aos trabalhos domésticos, à ginástica e aos exercícios militares, específica; “O ensino desta matérias será comum a ambos os sexos, exceto o de agrimensura, economia política e exercícios militares, que é destinado exclusivamente aos homens, (...). Ao se referir aos exames diz o decreto: “Tratando-se de ginástica, exercícios militares, economia doméstica e trabalhos manuais, os exames constarão de provas práticas dos conhecimentos relativos a essas disciplinas e ao modo de ensiná-las. (p. 17 v. II).

1896

- O Secretário do Interior do Estado de São Paulo, dr. Alfredo Pujol, sobre a ginástica escolar, diz o seguinte em seu relatório:  
“*Ginástica Escolar*” – Foi assunto que preocupou o governo. É indispensável às nossas escolas uma ginástica higiênica: corridas, saltos, lutas, exercícios nos aparelhos simples, e os variados exercícios de movimentos feitos nas próprias salas. Eis o que convém às crianças e que, sem grande despesa, e sem uma habilitação especial do mestre, se pode organizar em todos os grupos escolares, Tem o governo procurado obter um manual que se preste de roteiro dos professores, Espero que um tratado de ginástica de quarto, de autor alemão, trazido por Ramalho Ortigão, com alguns acréscimos sobre a ginástica nos aparelhos singelos, que facilmente poderão ser fornecidos pelo professor dessa disciplina na Escola Normal, talvez se possa obter uma adaptação que se aproveite aos nossos professores.” (pp. 19-20 v. II).
- Arthur Higgins, professor em vários estabelecimentos oficiais de ensino, publica o primeiro livro de “Compêndio de Ginástica e Jogos Escolares”, anunciando que a obra seria completa com mais dois. O assunto tratado é o seguinte:  
“Educação – Educação Física – Ginástica – Importância da Ginástica – Exercícios Ginásticos – Oportunidades para a práticas dos exercícios – Duração das lições – Terminologia dos movimentos particulares – Observações metodológicas e higiênicas. (pp. 20-21 v. II).
- M. Caldas e E. De Carvalho publicam um “Manual de Ginástica Escolar.” cujo assunto foi dividido em duas partes:  
Primeira: Ginástica sem aparelhos (compreendendo 5 capítulos)  
Segunda: Ginástica com aparelhos (reunido também 5 capítulos)  
O método que os autores preconizam é o sueco-alemão. (pp. 22-23 v. II).

1897

- Júlia Eugênia da Silva publica a primeira edição de seu livro “Lições Práticas de Ginástica e Jogos” aprovado pelo governo e que mereceu crítica favorável da Imprensa e de muitos professores. (p. 24 v. II).

1899

- Arthur Higgins dá a publicidade uma nova edição do seu “Compêndio de Ginástica e Jogos Escolares”, apresentando-se o trabalho, desta vez, com 137 páginas de texto. Está dividido em dois livros dos quais o primeiro é a sua publicação de 1896. O segundo consta de:  
Primeira parte: Exercícios sistemáticos livres e jogos ginásticos para o curso elementar – Ginástica sistemática livre – Programa de ensino – Ginástica recreativa (jogos ginásticos) – Mapa primeiro  
Segunda parte: Exercícios sistemáticos livres e jogos ginásticos para o curso médio – Ginástica sistemática livre – Programa de ensino – Mapa segundo  
Terceira parte: Exercícios sistemáticos livres e jogos ginásticos para o curso complementar – Ginástica sistemática livre – Programa de ensino – Ginástica recreativa – Mapa terceiro. (pp. 25-26 v. II).

1901

- O regulamento mandado observar pelo decreto nº. 3914 de 16/01/1901, que organizou o ginásio Nacional, inclui a ginástica para o Internato “com intuito higiênico”. (p. 28 v. II).

1902

- A 15 de julho, é fundada, na Brigada Policial de São Paulo, uma Escola de Esgrima, com sede no Quartel da Luz ... (p. 30 v. II).

- Diz o Tenente Arrison Ferraz, referindo-se à Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: “A nossa Escola de Educação Física, que vive, atualmente, um dos seus períodos mais áureos, foi fundada em 1902, por iniciativa pessoal do Coronel Pedro Dias de Campos. (...) Do seu programa de ensino constavam a ginástica e a esgrima (...) Pouco tempo depois, a Escola, de particular, passou a condição semi-oficial (...).(p. 32 v. II).
- Arthur Higgins lança um “Manual de Ginástica Higiênica” onde a ginástica é dividida em quatro ramos: higiênica, educativa, recreativa e médica. Vem depois: “Preceitos higiênicos – Métodos a seguir – Halteres ou Bibóletes”; o último capítulo é “Barra com esferas (maromba). Esse livro é aprovado pelo conselho Superior de Instrução a 28 de janeiro. (p. 33 v. II).

1904

- (...) é extinto o curso preparatório anexo à Escola Militar, onde após a eficiente atuação do Major Meyer, observara-se um lamentável declínio em todas as atividades relacionadas com a Educação Física naquele estabelecimento. (p. 37 v. II).

1905

- Aparece um interessante livro de autoria do capitão de Artilharia Domingos do Nascimento “publicado sob os auspícios do Exmo. Sr. Vicente Machado, Presidente do Estado do Paraná.” (p. 38 v. II).
- O prof. Antonio Monterio de Souza apresenta como tese de concurso ao Ginásio Amazonense o trabalho *Educação Física – Ginástica Pedagógica e os Jogos Escolares*. (p. 39 v. II).
- A 21 de setembro desse ano, o Dr. Jorge de Moraes, deputado pelo Estado do Amazonas, pronuncia na Câmara, afim de justificar o projeto que apresentava, um memorável discurso, durante o qual foi bastante apartado. (p. 40 v. II).
- PROJETO DE LEI, de 21 de setembro. Apresentado pelo Deputado Jorge de Moraes, é do seguinte teor: "O Congresso Nacional resolve: Art. 1o. Ficam criadas duas escolas de Educação Física, sendo uma militar e outra civil. "
  - Parágrafo .1º. Para a instalação da primeira, fica o governo autorizado a comissionar oficiais de terra e mar, para estudarem na Europa e América do Norte o que existe de melhor na espécie.
  - Parágrafo 2º. Quanto à escola civil, poderá igualmente comissionar pessoal idôneo ou contratá-lo imediatamente.
  - Art. 2º. Fica o poder executivo autorizado a adquirir terrenos para que a mocidade das escolas superiores possa, em espaços apropriados, dar-se à prática dos jogos ao ar livre.
  - Art. 3º. O governo deverá instituir desde já a pratica da ginastica sueca e jogos ao ar livre nos seguintes estabelecimentos: Ginásio Nacional, Colégio Militar e Escola de Aprendizes e Marinheiros." (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- Embora aprovado, jamais este projeto posto em execução, sendo interessante assinalar que só em 1939, com o Decreto-lei nº. 1212 de 17 de abril, se concretizou o ideal com que Jorge de Moraes sonhara um quarto de século antes. (p. 49 v. II).

1906

- A 5 de abril, o decreto nº. 771 cria uma cadeira de Educação Física anexa à Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado do Amazonas. (p. 50 v. II). Conferir integra do decreto nas p. 50 e 51.
- A Escola de Educação Física da Força Policial de São Paulo, que iniciara os seus primeiros passos em 1902, com a vinda da Missão Militar Francesa, sofre modificações que a tornam mais eficiente (p. 52 v. II).
- José Veríssimo publica a segunda edição do seu livro “A Educação Nacional”, cuja edição aparecera em 1890. O IV capítulo é inteiramente consagrado à Educação Física (p. 53 v. II). Verificar integra do capítulo nas páginas 53 a 68.

1907

- A Missão Militar Francesa, contratada para ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, funda, na referida milícia, uma Sala de Armas, destinada ao ensino e prática da esgrima, verdadeira origem da Escola de Educação Física da Força Pública, o mais antigo estabelecimento especializado em todo o Brasil. (p. 71 v. II).

1908

- Em março, Antonio Monterio de Souza, professor do Curso de Educação Física anexo à Diretoria Geral de Instrução Pública do Amazonas, dá à publicidade a primeira preleção com a qual instalára o referido

Curso perante o professorado primário da cidade de Manaus. (p. 71 v. II). Verificar integra da prelação nas p. 71 a 82.

1909

- No Estado de São Paulo cria-se a Escola de Educação Física da Força Policial, que nesse ano forma os primeiros “mestres de ginástica” e “mestre de armas”. Estes, por sua vez, divulgaram nas fileiras da Força e mesmo no meio civil a prática do método sueco, então adotado, e da esgrima, nessa época incipiente naquele Estado. (p. 94 v. II).

1910

- Por aviso de 3 de março da Secretaria da Justiça e Segurança Pública, posto em execução a 9 do mesmo mês, ficou criado no Força Pública um “Curso de Esgrima e Ginástica”. (p. 95 v. II).

1911

- 1911 DECRETO Nº 8660, de 5 de abril. Baixa novo Regulamento para o Colégio Pedro II, estabelecendo que as "aulas de ginastica terão por fim robustecer o organismo, devendo os mestres adestrar os alunos nos exercícios que constituem a Educação Física." (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- (...) dividindo-o em duas secções: externato e internato (...). Para cada um dos estabelecimentos estava previsto um mestre de ginástica. (p. 97 v. II).
- No Distrito Federal, instituiu-se a inspeção médica escolar para as escolas primárias. (p. 97 v. II).
- Arthur Higgins publica uma segunda edição do seu “Compêndio de Ginástica Escolar”.

1912

- A Diretoria Geral de Instrução Municipal, a 6 de março, aprova o “Compêndio de Ginástica e Jogos Escolares”, do Professor Arthur Higgins. (p. 99 v. II).

1913

- A 14 de fevereiro, o decreto nº. 2349, do governo do estado de São Paulo, regulamenta a seção de esgrima e ginástica (Educação Física), da Força Policial do Estado. (p. 99 v. II).
- O Sr. Alberto Krum é contratado para “mestre de exercícios físicos”, da Escola Normal de Casa Branca no Estado de São Paulo. (p. 101 v. II).

1914

- Segundo consta do “Relatório Interno” do Batalhão Escola da Força Pública do Estado de São Paulo a Seção de Educação Física passa a dinominar-se Escola de Educação Física. (p. 101 v. II).
- A 2 de setembro, o decreto 981, que regula a lei do ensino municipal, inclui no seu art, 9º. “a ginástica, os exercícios físicos e os jogos”.
- A reforma de ensino conhecida sob a denominação de reforma Carlos Maximiliano estabelece uma diferença entre os professores catedráticos do Colégio Pedro II e os chamados simplesmente professores, “Chamam-se professores simplesmente os que ensinarem trabalhos gráficos, música ou ginástica, os quais estão sujeitos, em concurso, apenas à prova prática e à didática.. Consistirá a prova didática em uma lição dada pelo candidato, em tempo e de modo que se possa verificar se ele possui aptidão para o ensino. Serão nomeados pelo diretor, de acordo com a Congregação.” (p. 102 v. II).

1915

- Manuel de Bonfim publica, nesse ano, “Lições de Pedagogia”, livro importantíssimo para a época, cujo capítulo V é dedicado à “Cultura Ginástica” (p. 105 v. II). Ver integra do capítulo nas pp.105 a 111.
- Fernando de Azevedo, lente substituto de latim do ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, publica “A Poesia do Corpo ou a Ginástica Escolar”, tese com que concorre ao concurso para provimento da cadeira de ginástica e Educação Física do mesmo estabelecimento. (p. 111 v. II).
- É interessante salientar que na parte final de seu trabalho o autor defende a necessidade da colaboração do médico ao trabalho do professor de Educação Física e a imprescindível exigência de um gabinete médico-biométrico nos estabelecimentos de ensino. (p. 114 v. II).
- Há também que assinalar o livro “Jogos Ginásticos para uso das Escolas” de autoria de Estevam Lange Adrien e José de Campos camargo, contendo um grande número de jogos infantis. (p. 118 v. II).

1916

- A 29 de janeiro, o decreto nº. 1058 refulamenta o Serviço de Inspeção Médica Escolar no Distrito Ferederal, especificando no art. 4º.: “é competência do médico dirigir a Educação Física dos alunos proporcionada às necessidades e à capacidade de cada idade e sexo.” (p. 118 v. II).

- A Professora Karka Korte funda, no Rio de Janeiro, o primeiro instituto feminino de Educação Física, denominado Curso de Cultura Física Feminina. (p. 119 v. II).
- 1917
- A 20 de novembro, Afrânio Peixoto, sob os auspícios da “Liga de Defesa Nacional”, realiza uma conferência em que procura demonstrar a importância da Educação Física, colocando-a antes da Educação Intelectual e da Educação Cívica e demonstrando que sem a primeira as outras seriam incompletas. (p. 124 v. II).
- 1920
- Arnaldo Guinle e Mário Polo publica um “Guia Prático de Educação Física”, calcado no princípios da Escola de Joinville-le-Pont. (p. 131 v. II).
  - O prof. Ernani Joppert dá à publicidade “Jogos Ginásticos Escolares” (p. 132 v. II).
  - O Sr. Fernando de Azevedo publica dois livros: “Antinoüs” e “Da Educação Física”, esta é uma obra de grande vulto e está dividida em três partes.
    - I – O estado da questão, Fatos e Interrogações
    - II – Escolas e métodos: a qual cabe a supremacia
    - III – Importância e situação do problema no Brasil, aplicação que o soluciona.
- Sem nenhum favor esta deverá ser considerada uma das principais obras já publicadas no Brasil sobre Educação Física. (...) as críticas seguras que formula, fazem desse livro um verdadeiro marco para a história da Educação Física no Brasil.
- Criticando a rotina da Educação Física nas nossas escolas, pergunta o autor: “Onde, de fato, senão na Educação Física encontraríamos a chave do problema da regeneração de nosso país (...)”(pp. 132-133 v. II).
- Ambrósio Torres publica um pequeno trabalho, sob o título “A Educação Física como base da Educação Integral” no qual focaliza aspectos muito interessantes. (p. 133 v. II).
- 1921
- “Instrução Regulamentar de Ginástica” adotada pelo Ministério da Marinha com 40 partes e 156 figuras, demonstrando vários exercícios.
  - A 3 de abril, o Sr. Ambrósio Torres, em Belém – Estado do Pará – instala no prédio à Av. São Jerônimo, nº 89, um curso de Educação Física para crianças de ambos os sexos, com idade a partir de 5 anos. O curso ministrava ginástica educativa e ortopédica, pela manhã; à tarde, a rapazes e moças, exercícios físicos, esgrima e box. (p. 134 v. II).
  - DECRETO Nº 784, de 27 de abril. Aprova o "Regulamento de Instrução Física Militar destinado a todas as armas." (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- 1922
- PORTARIA DO MINISTRO DA GUERRA, de 10 de janeiro. Cria o Centro Militar de Educação Física, destinado "a dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física, e suas aplicações desportivas". (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007
  - Eis aí os pontos mais interessantes da Portaria de 10 de janeiro de 1922 quando, pela primeira vez, na história do Brasil, se cogita da organização de um centro, onde pudessem receber o conveniente preparo, aqueles que se desejassem dedicar-se aos misteres da Educação Física. (p. 138 v. II).
  - As circunstâncias, entretando, não permitiram, apesar da máxima boa vontade de todos, inclusive do Ministro Pandiá Calógeras, que o centro se instalasse, o que só vem a e feito mais tarde, em 1929, quando entra em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física. (p. 138 v. II).
- 1923
- Sob os auspícios da Liga de Esportes do Exército, é criado um Curso de Educação Física, para os encarregados dos desportos nas unidades militares. Tal curso, não é levado a termo por dificuldades sobevidas. (p. 142 v. II).
- 1924
- A Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal designa o professor Ernani Joppert e mais professores para constituírem uma comissão especializada que se distribuiu pelos vários distritos escolares, orientando e ministrando em cada escola os exercícios físicos. (p. 143 v. II).
  - Na Escola Militar, é nomeado um 1º tenente instrutor de Educação Física, que fica com o encargo de ministrar exercícios físicos a todos os cadetes; o efetivo da Escola ascendia então a quase 900 cadetes (p. 143 v. II).

1925

- No Distrito Federal, designados pelo Diretor Geral de Instrução Pública, o professor Oliveira Gomes e 12 outros professores trabalham como orientadores de Educação Física, para todas as escolas de cada distrito. (p. 144 v. II).
- Em julho, o Sr. Ambrósio Torres apresenta ao Sr. Feliciano de Almeida Sodré, presidente do Estado do Rio, um memorial no sentido de que os estabelecimentos de ensino daquele Estado ministrassem Educação Física aos seus alunos. (p. 145 v. II).
- Ambrósio Torres publica uma carta aberta ao intendente Lourenço Méga defendendo a Educação Física nos estabelecimentos de ensino profissional. (p. 146 v. II).

1926

- O professor Joaquim Ferreira de Souza Júnior é encarregado de chefiar a comissão de Educação Física das escolas primárias do Distrito Federal. (p. 147 v. II).
- O Ministério da Guerra publica então o “Manual de Instrução Física” de autoria do cap. João Barbosa Leite e do Tenente Jair Dantas Ribeiro. Este livro era o resultados das observações e dados colhidos na Escola de Sargentos de Infantaria e serviu como orientador na tropa para todos os oficiais instrutores. (p. 148 v. II).
- A Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo edita “Como primeiros passos para elevar a Cultura Física à mesma altura a que atingiram as outras duas – Mental e Moral – nas Escolas Normais, Complementares e Grupos Escolares”, publicação em que demonstra a importância dos exercícios físicos. (p. 149 v. II).

1927

- A 17 de janeiro, o Sr. Fernando de Azevedo, ao tomar posse do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, pronuncia um discurso em que diz: “É preciso certamente tornar obrigatória em todas as escolas do Distrito a ginástica pedagógica, que deverá encontrar sempre nas escolas espaço suficiente, em que seja ministrada com critério científico, em cursos sistematizados. Mas a solução desse problema de Educação Física depende, de um lado, da existência e instalação de locais apropriados, por outro, de criação de instituto ou de cursos prepostos à formação do pessoal docente especializado”. (p. 151 v. II).
- A 30 de junho, desse mesmo ano, Jorge de Moraes, pronuncia na Câmara um discurso notável, voltando a tratar do mesmo assunto que abordara em 1905. (p. 152vol.II). (verificar integra do discurso nas pp. 152 a 177)
- Na primeira Conferência Nacional de Educação, realizada nesse ano em Curitiba, o Sr. Francisco José Dutra apresenta uma tese sob o título “Educação Física”. Merece menção também uma outra tese intitulada “Pela cultura moral, intelectual e física. (p. 178 v. II).
- O professor A. Ribeiro de Carvalho publica a segunda série de lições de sua “Demonstração Coletiva de Ginástica Pedagógica”. (p. 179 v. II).
- A Escola de Preparação de Monitores, mantida pela Liga de Esportes da Marinha, diploma, em dezembro desse ano, a sua primeira turma de monitores, cujo curso fora de dois anos. (p. 179 v. II).
- O Sr. Ambrósio Torres publica os seguintes artigos: “A propósito da reforma do ensino secundário”, “A necessidade da Educação Física nas Escolas”, “As conquistas da Educação Física no nosso país” e “Pela introdução da Educação Física nos programas de ensino”. (p. 180 v. II).

1928

- A 23 de janeiro, o Sr. Antônio Prado Júnior, então Prefeito do Distrito Federal, assina o decreto nº. 3281, reformando o ensino municipal. A Educação Física tem aí um papel relevante. (...) O decreto nº 3281 é posteriormente regulamentado pelo decreto nº 2940 de 29 de novembro do mesmo ano, também assinado pelo Sr. Antônio Prado Júnior. Esse decreto estabelece no art. 275 da Parte IV – Do Ensino Técnico Profissional – Título I – Das escolas profissionais em geral – Capítulo I – Da finalidade e organização das escolas profissionais. “Em todas as escolas profissionais, nos seus respectivos cursos, como nos complementares anexos, será ministrada diariamente a Educação Física aos alunos, distribuídos em turmas quanto possível homogêneas, de acordo com a ficha antropométrica e biológica.” (pp. 180-181 v. II).

- A Parte VIII e o Título I conservam as mesmas denominações do decreto 3281, mas os artigos sofrem alteração, quanto aos números, alguns na forma e outros são acrescidos. (p. 181 v. II). Verificar a íntegra da redação definitiva nas p. 181 até 185.
- DECRETO Nº 3.281, de 23 de janeiro, do Prefeito Antonio Prado Junior. Reforma o ensino municipal, dando destaque especial a Educação Física. O art. 452 desse decreto criava "uma Escola Profissional de Educação Física, destinada a preparar e selecionar professores de Educação Física para os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal" (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007
- Assume, nesse ano, o Major Pierre Segúr, da Missão Militar Francesa, a direção da Educação Física na Escola Militar, (...). No intuito de tornar mais eficiente a instrução, o Major Segúr inicia um curso de aperfeiçoamento semanal. Para os subalternos das armas que o auxiliam. (p. 186 v. II).
- O Professor Ambrósio Torres publica a tese que apresentava à 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em 1927 em Curitiba, sob os auspícios da Associação Brasileira de Educação, intitulada “Metodologia de Ensino da Educação Física”.

1929

- A 6 de fevereiro, o decreto nº 4547, do governo do Estado de São Paulo, reorganiza a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo. (p. 191 v. II).
- (...) entra em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física, calcado nos moldes do Centro Militar de Educação Física (...). Matriculam-se no mesmo ano, além de oficiais designados, inúmeros professores públicos primários, para cuja matrícula o Sr. Fernando de Azevedo concedera todas as facilidades. (pp. 191-192 v. II). Verificar a relação nominal dos diplomados nas pp. 192-193.
- Esses instrutores e professores juntamente com 60 monitores constituíram a primeira turma diplomada por escola ou curso oficial federal, de Educação Física no Brasil. (p. 193 v. II).
- A 1º de julho, realiza-se a sessão inaugural do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, tendo o Dr. Jorge de Moraes apresentado as seguintes conclusões na secção “Da Educação Física como fator engênico – Sua orientação no Brasil”
  - 1ª – A bem da saúde e desenvolvimento da raça, o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia apela para a classe médica afim de aprofundar a cultura nacional no que diz respeito às bases e orientação científica da Educação Física a começar pela escolha do método apropriado aos brasileiros e ao seu clima.
  - 2ª – O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia incia o governo da República que, com máxima urgência:
    - a) organize Escolas Superiores de Educação Física para conveniente preparo dos professores indispensáveis a cultura física nacional;
    - b) institua o Conselho Superior de Educação Física Nacional. Órgão consultivo e orientador do grande problema eugênico;
    - c) estabeleça, da melhor maneira possível, a fiscalização especializada do caso, em todos os estabelecimentos de ensino, associações desportivas e outros centros de cultura física
    - d) promova o preparo de Ginásios e campos apropriados à ginástica analítica e jogos ao ar livre para uso do povo em geral; (pp. 193-194 v. II).
- ANTEPROJETO DE LEI DE 1929. Elaborado pela Comissão composta dos Senhores Deputados Artur Lemos, Dr. Fernando de Azevedo, Prof. Faustino Esposel, Drs. Renato Pacheco, Armando Guinle, Jorge Machado, Comandante Jair de Albuquerque, Tenentes Inacio de Freitas Rolim e Jair Dantas Ribeiro, sob a presidência do Gen. Nestor Sezefredo dos Passos, então Ministro da Guerra, sofreu severa crítica da Associação Brasileira de Educação, que apresentou as seguintes sugestões: Convém ser criada pelo governo federal a Escola de Educação Física, tendo, entre outros objetivos, o fim precípua de preparar instrutores civis destinados às escolas primárias, secundárias e normais do País, conforme acordo que se fará, com os governos dos Estados. Esse Instituto será anexo a Universidade do Rio de Janeiro. Como ele ainda tardará a fornecer os instrutores necessários, o governo federal deve ficar autorizado desde já a contratar técnicos e a pô-los, sem ônus, a disposição dos Estados de menores recursos. Esses técnicos se incumbirão de neles orientar a Educação Física, junto as respectivas diretorias de Instrução Pública. Tanto os professores do Instituto acima projetado como os técnicos a que se refere a sugestão anterior, serão escolhidos dentre indivíduos, nacionais ou estrangeiros, que tenham certificados de institutos de Educação Física de reputação mundial. Para a regulamentação do Instituto em projeto e para a indicação

dos estabelecimentos onde devem ser buscados os técnicos necessários, convém ser criada uma Comissão de Educação subordinada ao Ministério do Interior, e composta de membros honorários representando os educadores, os médicos e os especialistas em Educação Física. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007

- A integra do projeto pode ser consultado nas pp. 196 a 204 do v. II.
- As críticas ao projeto por parte da Associação Brasileira de Educação podem ser verificadas na integra da pp. 204 a 213 do v. II.
- A 3 de julho desse ano, a Associação Brasileira de Educação realiza um grande inquérito afim de auscultar a opinião dos técnicos e administradores sobre alguns dos problemas da Educação Física. O questionário constava das quatro perguntas seguintes:
  - 1º - Quais os métodos de Educação Física que julgais aconselháveis nas escolas primárias e secundárias?
  - 2º - Deverá a Educação Física nas escolas primárias ser ministrada por uma professora que leciona também outras disciplinas, ou por um membro do magistério especializado, ou por ambos?
  - 3º - Em que espécie de instituição devem ser preparados os professores de Educação Física destinados às escolas primárias e secundárias? Achais aconselháveis para tal fim escolas de Educação Física no tipo do Instituto Central de Estocolmo, ou da Escola de Grand ou da Escola de Joinville-le-Pont?
  - 4º - Qual deve ser a ação respectiva dos professores federais e estaduais na solução do problema? (p. 213 v. II).
- Na 3ª Conferência Nacional de Educação, realizada em São Paulo pela Associação Brasileira de Educação, Augusto Ribeiro de Carvalho apresenta como contribuição o trabalho “A saúde como contribuição da Educação Física”. (p. 232 v. II).
- O Presidente Washington Luís, na mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Terceira Sessão da Décima Terceira legislatura incui o seguinte sobre a Educação Física:

“Por entendimento com as autoridades municipais está sendo adotado, nos estabelecimentos civis de ensino primário, o método de Educação Física seguido no Exército. Uniformiza-se a Educação Física, constituindo mais um elemento para a unidade do povo. O método adotado no Exército é o da Escola de Joinville, reconhecido como um dos melhores.

Atualmente frequenta a Escola de Sargentos de Infantaria um grupo de professores municipais. É a primeira turma de instrutores civis, educados naquele estabelecimento.

Ao mesmo tempo, intensificam-se nos estabelecimentos de ensino, onde se ministra a instrução militar, os exercícios físicos compatíveis com a idade dos alunos. No Distrito Federal, foram chamados a um estágio de aperfeiçoamento todos os sargentos instrutores dos referidos estabelecimentos e sociedades afins.
- Os governos estaduais, consultados pelo Ministério da Guerra, solicitamente declaram-se prontos a secundá-lo nessa útil iniciativa. (pp. 234-235 v. II).

1930

- PORTARIA DE 11 DE JANEIRO, do Ministro da Guerra. Organiza o Centro Militar de Educação Física. Embora destinado esse Centro a formar instrutores e monitores, além de difundir, unificar e intensificar o ensino da Educação Física no Exército, o art. 95 dessa portaria dispunha: "O Centro receberá, também, para os seus cursos, oficiais e sargentos das forças auxiliares, professores federais, estaduais ou municipais e civis." (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007
- Verificar integra da portaria nas pp. 235 a 237 do v. II.
- Como se infere do art. 98, o Centro Militar de Educação Física não tinha autonomia administrativa ou disciplinar, sendo assim conderada como simples dependência da Fortaleza de São João. (p. 238 v. II).
- A 16 de janeiro, o Sr. Alberto Krum é nomeado inspetor especial de ginástica junto às escolas normais do Estado de São Paulo. (p. 238 v. II).
- Em sua mensagem ao Congresso Nacional na abertura da Primeira Sessão da Décima Quarta Legislatura o Presidente Washinton Luís se refere sobre a Educação Física Verificar integra nas p. 242 a 244 do v. II.



- O Curso da Liga de Esportes da Marinha, diploma uma outra turma de monitores constituída de 10 alunos e o Centro Militar de Educação Física 60 elementos especializados assim distribuídos: 26 intrutores, oficiais do exército; 3 médicos especializados, oficiais do exército e 31 monitores, inferiores do exército. (p. 245 v. II).

### **VOLUME III - 1953**

#### **Terceira Parte – Brasil República – 2ª. Fase (1930 – 1937)**

1930

- Com o advento do Sr. Getúlio Vargas, cria-se, a 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública cuja pasta vem a ser ocupada pelo Sr. Francisco Campos. (p. 11 v. III).

1931

- DECRETO Nº 19.890, de 18 de abril. "Art. 9. Durante o ano letivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário, exercícios de Educação Física para todas as classes." Segundo seu art. 57, a fiscalização do cumprimento do dispositivo supracitado competiria aos inspetores da Seção C. Pelo seu artigo 69, ficou instituído o registro provisório dos candidatos ao magistério no ensino secundário, inclusive o da ginástica. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- A 30 de junho, o Ministério de Educação, nos termos do art. 10 do Decreto nº. 19890, expede os programas do curso fundamental do ensino secundário, incluindo o de Educação Física. Todos os programas são precedidos de uma orientação metodológica e a que diz respeito à Educação Física é a seguinte: (p. 12 v. III). Integra do programa nas pp. 12 a 18 do v. III.
- O ano de 1931 assinala na Escola Militar uma grande transformação. É criado o seu Departamento de Educação Física, com vida autônoma e organização mais adequada as exigências do método que adotara. (...) o primeiro diretor desse Departamento foi o capitão João Barbosa Leite (p. 20 v. III)
- Em São Paulo, surge então o primeiro órgão especializado, incuido de dirigir a Educação Física no Estado. O Decreto nº 4855 de 27 de janeiro de 1931, cria o Departamento de Educação Física, subordinado à Secretaria de Negócios da Educação e da Saúde Pública. (pp. 20-21 v. III).
- O Estado do Sergipe, aprova o novo regulamento de ensino primário e prevê multa a professoras que se eximirem ao ensino da ginástica, bem como aos pais que não matriculem seus filhos e se opuserem aos exercícios escolares determinados nos programas. (p. 21 v. III)
- O Decreto nº. 846, de 10 de abril, do governo do Estado do Paraná, nomeia um “Instrutor de Cultura Física” (p. 22 v. III)
- A 15 de julho, por Portaria do Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo é regulamentado o Departamento de Educação Física, criado pelo Decreto nº. 4855, de janeiro de 1931. (p. 21 v. III)
- Nesse mesmo ano, foram pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, realizados dois cursos sumários de Educação Física, um de caráter rápido, para os professores estaduais do interior e outro mais desenvolvido, conquanto ainda elementar, para professores da capital paulista. (p. 23 v. III).
- Seguindo o exemplo de São Paulo, o Estado do Espírito Santo, pelo Decreto nº 1366 de 26 de junho, assinado pelos Srs. João Punaro Bley e João de Carvalho, cria o Departamento de Educação Física subordinado à Secretaria de Educação e Saúde Pública.. A 15 de julho, o Decreto nº 1450, também assinado pelos Srs. João Punaro Bley e João Manoel de Carvalho, baixa as “Instruções” para o funcionamento do Curso de Educação Física, a que se referia o art. 4 do Decreto nº. 1366 de 26/6/1931. (pp. 23-24 v. III).
- O governo do Estado de Goiás, pelo Decreto nº. 659, de 28 de Janeiro, aprova o Regulamento do Ensino Normal e complementar que inclui uma cadeira de “ginástica” tanto na Escola Normal como na Escola Complementar. O art. 6º da Parte II estatui: “O cargo de professor de ginástica será exercido pelo professor que lecionar esta disciplina na Escola Normal, sem direito à gratificação alguma”. (pp. 24-25 v. III).
- A 9 de abril, o Diretor Técnico de Educação do Estado de Pernambuco “Considerando a necessidade urgente de se organizar a Educação Física no Estado, em moldes que assegurem sua interira eficácia, “toma uma série de providências, entre as quais a criação de um corpo de monitores de Educação Física.” (p. 25 v. III).

- A 28 de março, pelo Aviso Ministerial nº 212, o Centro Militar de Educação Física passa a estabelecimento independente e o Major Newton de Andrade Cavalcante é designado para seu Diretor. (p. 25 v. III)
- Os 1º tenentes Laurentino Lopes Bonorino, Antonio de Mendonça Molina e Carlos M. de Medeiros, lançam um “Histórico da Educação Física” único livro no gênero, até a presente data, editado no Brasil. (p. 26 v. III).
- Aparece ainda o “Curso de Educação Física”, de Orlando Rangel Sobrinho. (p. 27 v. III).
- O Dr. Leite de Castro publica em jornais do Rio, os seguintes trabalhos: “A propósito da ficha medica no esporte náutico”, “O problema da Educação Física”, “É possível fazer cultura física sem controle médico?”, e “Venha a regulamentação sanitária dos esportes”. (p. 29 v. III).
- O Prof. Ambrósio Torres também publica alguns artigos sob os títulos: “Os cursos de Educação Física na Europa”, “A Educação Física e a reforma do ensino” e “Os cursos de aperfeiçoamento na Europa”. (p. 29 v. III)
- O Centro Militar de Educação Física diploma o seguinte pessoal especializado: 21 oficiais do Exército, intrutores, 5 oficiais do Exército, médicos especializados, e 91 inferiores do Exército, monitores, totalizando 117 elementos especializados. (p. 29 v. III).
- O curso da Liga de Esportes da Marinha diploma a sua terceira turma de monitores, composta de 10 alunos. (p. 29 v. III).
- O Curso especial de Educação Física do estado do Espírito Santo diploma 6 professoras normalistas especializadas em Educação Física. (p. 29 v. III).

1932

- DECRETO Nº 21.241, de 4 de abril. Mantém a exigência da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário e reconhece a necessidade da criação da função de inspetor especializado nessa prática educativa, estabelecendo seu art. 98: "Enquanto não permitir o fundo de custeio dos serviços de inspeção, a designação de inspetores especializados para orientação do ensino da Musica e dos exercícios da Educação Física, caberá aos inspetores de estabelecimentos de ensino zelar pela execução dos programas e das instruções que forem expedidos pelo Departamento Nacional de Educação." O registro, no Departamento Nacional de Educação, de professores candidatos ao magistério nos estabelecimentos sob inspeção federal, foi mantido pelo art. 87 desse decreto. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- Pelo Decreto nº. 21324, de 27 de abril, a 1ª e 3ª Partes do Regulamento de Educação Física são aprovados, passando-se então a adotá-lo em todas as unidades do Exército, inclusive no Centro Militar de Educação Física. Esse regulamento nada mais é que o Regulamento de Educação Física do Exército Francês, mais conhecido sob a denominação de “Método Francês”. (p. 31 v. III).
- Em uma exposição feita no Seminário Pedagógico de Recife, o Diretor Técnico da Educação, refere-se à Educação Física (p. 31 v. III).
- Com tiragem semestral surge a revista “Educação Física”, sob a direção dos Srs. Paulo Lotufo e Osvaldo M. Resende. (p. 33 v. III).
- A Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos do Distrito Federal realiza nesse ano os dois seguintes cursos:
  - Curso de Férias intensivo sob o tema “A Educação Física na Escola Primária”, foi um curso teórico-prático que, em resumo, constou do seguinte: jogos, brinquedos cantados, danças, etc., estudando a teoria que as fundamenta e suas possibilidades educacionais; organização de clubes infantis, dramatização de historietas e lendas. Esse curso esteve sob a direção a direção da Miss Lois Williams.
  - Curso de Aperfeiçoamento em Educação Física – foi uma ampliação do curso anterior acrescentando-se mais: fisiologia, a cargo do Prof. J.P. Fontanelle; teoria da recreação, sob a responsabilidade de Miss Lois Williams; dramatização com a Profª. Consuelo Pinheiros e socorros de urgência sob a orientação da Enfermeira Acidália Alvarenga. Houve ainda uma parte prática nas escolas primárias do Distrito Federal, orientada pela Superintendência e controlada por meio de relatórios. (pp. 38-39 v. III).
- O Centro Militar de Educação Física diploma: 12 instrutores, 5 médicos especializados, 110 monitores e 8 monitores de esgrima, num total de 135 elementos especializados. (p. 40 v. III).

- O Centro Especial de Educação Física do Estado do Espírito Santo diploma 3 professores e 23 professoras especializadas em Educação Física (p. 41 v. III).

1933

- O Major Raul Mendes de Vasconcelos substitui, a 24 de fevereiro, na diretoria do Centro Militar de Educação Física, o Major Newton de Andrade Carvalho. (p. 41 v. III).
- A 8 de setembro, o Decreto Municipal, nº 4387, consolidando a organização técnica e administrativa do aparelho de direção do sistema educacional, institue o Departamento de Educação do Distrito Federal que entre outras comporta uma Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos. (p. 42 v. III).
- A 19 de outubro, o Decreto nº 23252 cria a Escola de Educação Física do Exército em substituição ao Centro Militar de Educação Física (p. 43 v. III). Verificar a íntegra dos artigos nas p. 43 a 45 do v. III.
- No 6º Congresso Nacional levado a efeito no Ceará, dentre as Secções nas quais se deveriam enquadrar os trabalhos, merece menção a “Secção de Educação Física e Recreação” cujo tema era “Deverão os governos estaduais prover a Educação Física incluindo a administração desta órbita de ação das diretorias de instrução pública ou dotando-a de órgãos especiais e autônomos?”. (p. 45 v. III).
- Pelo Decreto nº. 1138, de 30 de dezembro, do governo do Estado do Pará, é criado o Departamento de Educação Física. (p. 45 v. III).
- Entre os artigos publicados pela “Revista de Educação Física” encontram-se os seguintes: (p. 49 a 53 v. III)
  - Educação Física Infantil.
  - A Pedagogia e a Educação Física – João Ribeiro Pinheiro
  - Fernando de Azevedo e a Educação Física – Laurentino Lopes Bonorino.
  - O médico escolar e a Educação Física
  - A criação da Escola de Educação Física do Exército
  - A Escola de Educação Física do Exército – J. R. Toledo de Abreu
  - Mussolini e a Educação Física
- A Escola de Educação Física do Exército forma 208 indivíduos especializados, entre instrutores, médicos especializados, monitores e monitores de esgrima. É a maior turma formada até então. Pelo curso da Liga de Esportes da Marinha, 10 monitores e pelo curso da escola de Educação Física da Força Policial de São Paulo, 46 monitores. (p. 56 v. III).

1934

- A 8 de janeiro é regulamentado, no Estado do Pará, o Curso de Educação Física que o Dec. nº 1138 de 30/12/33 previa. A seguir o Decreto nº 1222, de 16 de fevereiro, concede vantagens às professoras estaduais que forem diplomadas pelo Departamento de Educação Física. (p. 57 v. III).
- O Estado de São Paulo restabelece o Departamento de Educação Física (p. 57 v. III). Verificar o decreto nas pp. 57 e 58 do v. III.
- A 30 de junho, o Decreto nº. 11411 organiza e regulamenta a Inspeção de Educação Física, do Estado de Minas Gerais, que vinha funcionando desde 1929, dirigida pelo Sr. Renato Eloy. São baixadas instruções para que um curso intensivo destinado a professoras primárias e que reúne 70 inscrições. O método adotado pelo curso e preconizado para ser utilizados nas escolas primárias foi o calistênico. (p. 59 v. III)
- O Decreto nº. 1336, de 16 de julho, do Estado do Pará, estabelece em seu artigo 1º. “Fica condicionada a entrega do diploma de professor de cultura física, no curso mantido pelo Departamento da Educação Física, depois de concluídos todos os exames, a um estágio de 60 dias, por meio de aulas práticas dadas aos discentes dos grupos escolares da capital.” (pp. 59-60 v. III).
- A 1º de agosto, pelo Decreto nº 6583 do Estado de São Paulo é regulamentado o Departamento de Educação Física, sendo o Capítulo VII, em seus art. 41 a 52, dedicado à Escola Superior de Educação Física. (p. 60 v. III).
- No Espírito Santo, é criada a Escola de Educação Física em substituição ao Curso Especial que existia, o qual passa a manter cursos de instrutores, professores e monitores, ficando também criado o Curso de médicos especializados em Educação Física. (p. 61 v. III).
- A Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos do Distrito Federal promove a realização de um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Física, no qual estiveram matriculados 55 professores do Distrito Federal e dos Estados. O curso teve a mesma orientação do realizado em 1932, incluindo-se Psicologia a cargo do Prof. Lourenço Filho (pp. 63-64 v. III).

- Na cidade de São Paulo, Alfredo Abert funda o Instituto Higienópolis, estabelecimento onde se ministra Educação Física, por meio do método sueco e fisioterapia. (p. 64 v. III).
- São diplomados em 1934, pela Escola de Educação Física do Exército: 21 oficiais do Exército, 8 oficiais de forças auxiliares e 4 civis, todos instrutores; 2 oficiais do Exército, 2 oficiais de forças auxiliares e 2 civis, todos médicos especializados; 86 inferiores do Exército e de forças auxiliares, todos monitores; 12 monitores de esgrima e 3 massagistas, somando um total de 140 elementos especializados. (p. 71 v. III).
- Pela Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo: 4 professores e 12 professoras normalistas especializadas na primeira turma e 6 professores e 20 professoras na seguinte. (p. 71 v. III).

1935

- O decreto nº. 9381, de 23 de fevereiro, do Estado da Bahia, regulamenta a Educação Física no Ginásio da Bahia. (p. 73 v. III).
- O Decreto nº. 5440, de 13 de março, do Estado de Goiás aprova os programas de ensino normal, elaborados pela Diretoria da Escola Normal Oficial, onde a Educação Física merece especial consideração. (p. 73 v. III).
- Em fins de maio, organiza-se em São Paulo a Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo, a primeira associação da classe fundada no Brasil. (p. 75 v. III).
- Promovido pela Associação Brasileira de Educação, realiza-se o VII Congresso Nacional de Educação, no Rio de Janeiro, no período de 23 de junho a 7 de julho, Congresso dedicado principalmente aos problemas da Educação Física. (p. 75 v. III).
- A sessão inaugural do congresso realizou-se no Teatro Municipal, sob a presidência do Sr. Getúlio Vargas, Presidente da República, e com a presença das seguintes autoridades que compuseram a mesa: Gustavo Capanema, Ministro da Educação e da Saúde, Pedro Ernesto, Prefeito do Distrito Federal, Anísio Teixeira, Coronel Newton Cavalcanti, General Pantaleão Pessoa, Lourenço Filho, Paulo de Assis Ribeiro, Celso Kelly, Fernando de Azevedo, Olinto de Oliveira, Renato Pacheco, Antônio Luiz da Barros Barreto e Nóbrega da Cunha. (p. 76 v. III).
- Entre os trabalhos apresentados podem ser destacados:
  - “Educação Física na Escola Primária”, pela Profª. Diumira Campos de Paiva.
  - “A organização de Institutos ou Escolas de Educação Física”, pelo Cap. Horácio Gonçalves.
  - “A Educação Física nas Escolas Normais”, pelo Prof. Ambrósio Torres.
  - “A Educação Física nas Escolas Normais”, pela Profª. Ruth Gouveia.
  - “Educação Física Feminina no Ensino Secundário”, pelo Prof. Mário de Queiroz Rodrigues. (pp. 77-78 v. III).
- Conclusões extraídas, sobre a Educação Física Elementar, a Educação Física nas Escolas Secundárias e a Educação Física nas Escolas Normais:
  - É um problema nacional de grande relevância promover a Educação Física da população escolar, em todos os graus e especialmente a feminina, que tem sido a menos cuidada.
  - O professor de Educação Física deve ser um educador, no sentido amplo da palavra, para poder apreciar sempre a criança no seu aspecto global.
  - Na escola primária deve ser adotada a Educação Física sob uma forma recreativa, que concorre para o completo desenvolvimento orgânico.
  - As escolas normais e de professores devem incluir no seu “currículo” um programa de noções de teoria e prática de Educação Física que habilite o professor primário a ministrar a mesma na escola elementar.
  - A prática da Educação Física nas escolas secundárias e normais deve ter um caráter acentuadamente recreativo e atender às condições bio-psicológicas do adolescente.
  - Há toda a vantagem, na homogeneização das classes para a Educação Física; o simples critério de grupamento dos escolares por idade cronológica ou escolar não basta. Ela deve ser estabelecida dentro do critério caracteriológico, no seu tríplice aspecto morfológico, temperamental e psicológico. (pp. 79-80 v. III).
- Sugestões de acordo com as conclusões anteriores:
  - 1 – De ordem geral:
 

Aproveitando a elaboração do plano nacional de educação, ser também objetivo deste a Educação Física e para isso ter em vista:

- a) – Sistematização dos conhecimentos científicos que devem servir de base à Educação Física no nosso meio.
- b) – Organização material para execução do plano.

2 – De aplicação imediata:

- a) – Desenvolver e difundir os cursos já existentes,
- b) – Criar cursos de aperfeiçoamento para atuais professores que não tenha tido orientação neste ramo de educação.
- c) – Intensificar os atuais cursos de Educação Física.
- d) – É necessário influir junto aos poderes públicos para que a Educação seja considerada um serviço social respeitado.

B – Conclusões extraídas das teses sobre *Organização de Institutos ou escolas de Educação Física*.

1) – O governo criará uma Escola Normal de Educação Física, que fará parte da Universidade do Rio de Janeiro, intimamente articulada com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras a se criada.

2) – Para a organização da primeira turma do corpo docente o processo a ser adotado será o contrato de técnicos de notória competência.

3) – Serão criados:

- a) – Cursos de professores de Educação Física;
- b) – Cursos de médicos especializados em Educação Física;
- c) – Cursos superiores de Investigações e Aperfeiçoamento para professores já especializados.
- 4) – A Escola iniciará, com os cursos, um trabalho de pesquisas em Educação Física.

5) – O órgão federal competente estabelecerá os padrões necessários para o reconhecimento de outros cursos de Educação Física.

6) – quanto aos diplomas dos técnicos existentes no país, formados em escolas nacionais ou estrangeiras, serão reconhecidos após a prova de idoneidade destas escolas,

C) – Conclusões extraídas das teses sobre *Organização dos Serviços Administrativos de Educação Física*.

1) – Aconselhar o governo da União que seja criado, no Ministério da Educação, um órgão administrativo nacional que tenha a seu cargo estudar os problemas da Educação Física e difundi-la no país.

2) – Agir junto aos Governos dos Estados, no sentido de criarem um aparelho idêntico e estabelecerem cursos para a formação de professores especializados.

3) – Introduzir a prática da Educação Física em todos os graus da educação pública, sendo para isto, conveniente ir construindo estádios para universidades e campos de Educação Física ligados às escolas ou em parques e praças públicas. (pp. 80 a 82 v. III).

- Foi ainda constituída uma comissão especial, sob a presidência do Ministro da Educação e Saúde, com o fim de estudar o problema da organização dos Departamentos e Conselhos Estaduais de Educação. (p. 83 v. III).
- Grande importância tiveram para o desenvolvimento da Educação Física os departamentos de educação criados nos Estados, pois eram quase sempre subordinados a estes que apareciam as Inspetorias da Educação Física. (p. 84 v. III).
- Vale ainda ressaltar que elevado número das sugestões propostas pelo VII Congresso Nacional de Educação são hoje, realidades inofismáveis. Assim, a criação da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos integrando a Universidade do Brasil, do grande número de escolas e cursos disseminados pelos Estados, das várias diretorias e inspetorias especializadas nos Estados são o eco das idéias ventiladas no Congresso (pp. 84-85 v. III).
- A Inspetoria de Educação Física do Estado de Minas Gerais dedica o seu Boletim nº 18 à Educação Física. (p. 89 v. III).
- A Escola de Educação Física do Exército reúne e faz editar uma coletânea de notas sobre: educação física feminina, (...) (p. 89 v. III).
- Foram diplomados nesse ano:
  - o Pela Escola de Educação Física do Exército, 51 instrutores, 14 médicos especializados, 66 monitores e 1 massagista, totalizando 144 elementos especializados entre militares e civis.
  - o Pela Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo, 5 professores e 19 professoras normalistas.

- Pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, cujo curso teve a duração de dois anos: 12 professores e 18 professoras.
- Pelo curso da Liga de Esportes da Marinha: 10 monitores.
- Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, 6 instrutores e 15 monitores. (pp. 96-97 v. III).

1936

- Pelo Decreto nº. 7688, de 23 de maio, o estado de São Paulo, assinado pelos Srs. Armando Sales de Oliveira e Arthur Leite de Barros Júnior, é a Escola de Educação Física da Força Pública do Estado regulamentada. (p. 97 v. III).
- Diz o art. 6º: “A Atual Escola de Educação Física, passa a denominar-se Escola Superior de Educação Física e manterá os cursos especiais que se fizerem necessários e forem previstos em regulamento.” (pp. 98-99 v. III).
- Diz o art. 7º; “O ensino da Educação Física nas escolas só poderá ser ministrado por pessoas devidamente habilitadas, nomeadas na forma da lei.” (p. 99 v. III).
- Nesse ano e em 1937, a Universidade do Distrito Federal mantém os cursos para orientadores. (p.101 v. III).
- Por efeito de verba destinada no orçamento desse ano e correspondente classificação, o cargo de “Inspetor de Cultura Física”, instituído em 1931, passou a ser o de “Inspetor de Educação Física”, daí a criação de Inspetoria de Educação Física no Estado do Paraná. (p. 101 v. III).
- São diplomados nesse ano:
  - Pela Escola de Educação Física do Exército; 20 instrutores, 6 médicos especializados, 52 monitores, 10 monitores de esgrima, totalizando 88 elementos especializados entre militares e civis
  - Pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo; 5 professores de Educação Física e 7 professoras
  - Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo; 7 instrutores e 14 monitores.

1937

- Lei Nº 378, de 13 de janeiro. Reorganiza o Ministério da Educação. Pelo art. 1.º, cria a Divisão de Educação Física, por onde, segundo o art. 12, passaria a correr a administração da Educação Física. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- A 17 de maio, o Conselho Nacional de Educação encaminha ao Ministro da Educação e saúde o projeto do Plano Nacional de Educação. O Título VII da parte I, compreendendo quatro artigos é destinado à Educação Física. Entre os artigos estava a criação de uma Escola Superior de Educação Física, criada pelo governo federal, porém nenhum dos artigos foi posto em execução. (pp. 116-117 v. III).
- Merece referência o “Ante-projeto de Lei sobre a Educação Física Geral”, entre os itens constantes vale destacar os seguintes artigos:
  - VI – Da Especialização Geral
  - Secção I – Do pessoal especializado
  - Secção II – Da formação do pessoal especializado
  - Secção III – Da Escola Nacional de Educação Física
  - Secção IV – Dos documentos de habilitação

O Ante-Projeto está acompanhado de dois esquemas, um da organização geral da Educação Física no Brasil (inclusive os desportos) e outro da Organização Geral do Departamento Nacional de Educação Física. (pp. 119-120-121 v. III).

- Diplomados de 1937:
  - Pela Escola Nacional de Educação Física, 15 instrutores, 5 médicos especializados, 39 monitores, 1 massagista desportivo, 2 mestres d'armas e 4 monitores de esgrima, totalizando 66 elementos especializados entre militares e civis.
  - Pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, 1 professor de Educação Física e 5 professoras.
  - Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, 3 instrutores, 7 monitores, 3 massagistas 2 mestres d'armas e um monitor de esgrima.

## VOLUME IV - 1954

### Primeira Parte – Brasil República – 3ª Fase (1937 – 1945)

1937

- CONSTITUIÇÃO DE 10 DE NOVEMBRO. Refere-se expressamente a Educação Física nos arts. 15, item IX, 127, 131 e 132. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- A 2 de dezembro, realizam-se as solenidades comemorativas do 1º centenário do Colégio Pedro II. Após ter falado o Sr. Presidente da República, o Dr. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, fez um longo discurso expondo a situação de cada um dos graus e ramos do ensino no Brasil, consagrando a Educação Física estas palavras: “*A Educação Física, pelo papel que representa na formação integral da personalidade, deve ser ministrada em todas as escolas. As crianças e os adolescentes, sejam quais forem os estudos a que estejam consagrados, precisam receber, com método, segundo processos racionais, esta espécie de educação que lhes será propícia à saúde, que lhes dará ao corpo equilíbrio e agilidade, que os dotará de coragem, alegria e fervor, que concorrerá, afinal, para lhes robustecer o caráter e a inteligência. O Ministério da Educação e Saúde, já montou, para este efeito, o órgão adequado, e entra agora a atuar, de modo sistemático, em todo o país, no sentido de organizar a Educação Física em todas as escolas. O Governo Federal levará a Educação Física além das escolas, pois pretende também organizá-la nas várias corporações relacionadas com os interesses da infância e da juventude.*” (p. 13 v. IV).
- Ao expirar o ano surge o Decreto nº. 10478, de 24 de dezembro, do Estado da Bahia, criando a Inspeção de Educação Física e Jogos Escolares. (p. 13 v. IV).
- Na mesma data, o Decreto n. 10477, modifica a organização da Educação Física na Escola Normal da Capital da Bahia. (p. 14 v. IV).
- A Secção de Educação Física da Escola de Educação do Distrito Federal elabora o regulamento e o programa de mais um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Física. (p. 14. IV).

1938

- Ainda em janeiro, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e da Saúde apresenta dois projetos de decreto lei, um dispoendo sobre a educação física e outro sobre o desporto nacional, cuja aprovação teria os seguintes resultados: a) – os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares possuiriam obrigatoriamente terrenos e locais apropriados aos exercícios físicos, com aparelhamento e material adequados, bem como gabinetes médico-biométricos, destinados aos serviços de assistência médica e de mensurações, com os quais fosse possível acompanhar os efeitos produzidos pelos exercícios físicos, tudo de acordo com as normas estabelecidas pelo departamento Nacional de Educação e instruções aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde; b) – seria facilitada a aquisição por utilidade pública, dos imóveis contíguos aos estabelecimentos de ensino, oficiais ou reconhecidos, sempre que essa medida se impusesse como necessária, para ampliação da área dos mesmos; c) – além da prática obrigatória dos exercícios físicos nas escolas normais seria também obrigatório o ensino da técnica dos exercícios físicos, compreendendo as noções indispensáveis sobre os efeitos produzidos pelos exercícios físicos na criança, sobre biometria, pedagogia e metodologia da educação física. (p. 18-19 v. IV).
- A 2 de fevereiro, a Portaria nº. 3800, do Diretor de Educação Física do Estado do Espírito Santo, baixa instruções e fixa diretrizes a serem observadas pelos professores de educação física, instrutores e monitores no desempenho de suas funções nos estabelecimentos de ensino. (p. 19 v. IV).
- A 11 de fevereiro, é assinado na Paraíba o Decreto nº. 961, que trata da obrigatoriedade da educação física em todas as escolas primárias e secundárias do Estado. (p. 19 v. IV).
- A 2 de junho, encerra-se o prazo para a apresentação das teses ao concurso para provimento de cargos da carreira de “Técnico de Educação”, promovido pelo extinto Conselho Federal do Serviço Público Civil; as teses de alguns candidatos tratam de educação física ou com ela se correlacionam. (p. 22 v. IV).
- A 2 de junho, o Departamento Nacional de Educação, expede a circular nº. 3055, que destaca diversos preceitos contidos na Portaria Ministerial nº. 70 e recomenda dentre outras coisas que as aulas de educação física feminina devem ser incumbidas de preferência professoras; que as classes homogêneas sejam sub-divididas, toda vez que se componham de mais de 50 alunos; que as aulas de educação física devem ser afastadas de uma hora antes e duas depois das principais refeições; que os exercícios sejam executados ao ar livre e nos dias de chuva em local coberto, amplo e arejado; que o uso de uniformes de educação física seja obrigatório para ambos os sexos; (...) (pp. 22-23 v. IV).

- O Decreto nº. 10781, de 10 de junho, do estado da Bahia, inclui entre as obrigações dos estabelecimentos de preparação dos docentes, fiscalizados pelo Governo Estadual, colaborar na obra de organização técnica da educação física, determinando que somente seria “concedida fiscalização permanente aos estabelecimentos que satisfizessem dentre outras condições, a de possuir Gabinete de Educação Física, com elementos necessários à perfeita execução dos programas da cadeira.” (p. 23 v. IV).
- No Estado de Santa Catarina o Decreto-Lei nº. 125, de 18 de junho, cria a Inspeção de Educação Física, entre as competências da Inspeção estava a organização e direção da Escola de Educação Física. (p. 23 v. IV).
- Em junho, o Departamento Nacional de Educação promove um Curso de Conferências para Inspectores Federais de Ensino, simultaneamente no Rio e em São Paulo, e do qual participou a Divisão de Educação Física, com o escopo de esclarecer os inspectores sobre o modo por que deveriam proceder relativamente às suas exigências. (p. 24 v. IV).
- A 18 de agosto, o Decreto n. 508 do estado de Santa Catarina, regulamenta o Curso Provisório de Educação Física. (p. 25 v. IV).
- Ao finalizar o ano de 1938, a Divisão de Educação Física organiza um curso de emergência para a formação de professores de educação física, sob o patrocínio do Departamento Nacional de Educação e com a colaboração do Ministério da Guerra, por intermédio da Escola de Educação Física do Exército e da Prefeitura Municipal, por meio do Instituto de Educação. Sentindo desde o início que a educação física não poderia ser levada avante sem pessoal habilitado para ministrá-la, A Divisão de Educação Física, procurou assim demover o entrave que ameaçava paralisar a sua ação. O referido curso habilitou 26 professores e 31 professoras, formou 33 professores e 75 professoras, somando 165 professores de ambos os sexos. (p. 26-27 v. IV).
- O Prof. Ambrósio Manoel Torres apresenta o seu “Manual Teórico e Prático de Educação Física” trabalho volumoso contendo 227 gravuras e 374 exercícios a que o autor denomina “movimentos”. Publica ainda um opúsculo “A Educação Física nas Escolas Normais”, ampliação da tese que apresentara ao VII Congresso Nacional de Educação, realizado em 1935. (p. 30 v. IV).
- O Cap. Jair Jordão Ramos publica um opúsculo: “Sugestões sobre a reorganização do ensino da Escola de Educação Física do Exército”. (p. 30 v. IV).
- O Prof. Idílio Alcântara de Oliveira Abbade publica estes artigos: “A saúde das crianças das escolas brasileiras”, “A Educação Física nas escolas primárias” (p. 33 v. IV).
- Na revista “Educação Física” nº 19, publicada em junho, é publicado o artigo *A educação profissional dos professores de educação física na Alemanha* – Jakson R. Sharman. (p. 41 l. IV).
- Nesse ano diplomam-se:
  - Pela escola de Educação Física do Exército: 42 instrutores, 12 médicos especializados, 65 monitores, 3 monitores de esgrima e 1 massagista desportivo.
  - Pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo: 20 professores de educação física e 25 professoras.
  - Pela escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: 4 instrutores de educação física, 1 monitor de educação física e 4 monitores de esgrima (p. 47 v. IV).

1939

- O Decreto-lei nº 168, de 3 de março, cria a Inspeção de Educação Física e o Curso Especial de Educação Física no Estado do Piauí. (p. 48 v. IV).
- No Estado de São Paulo, o Decreto nº. 10034, de 4 de março, aprova o Regulamento da Escola Superior de Educação Física. (p. 49 v. IV).
- Ainda no mês de março, a 20, o Decreto nº. 10330, do governo do Estado do Espírito Santo, regulamenta a Diretoria de Educação Física e a Escola Superior de Educação Física. (p. 49 v. IV).
- A 25 de março, o Decreto nº. 173, do estado do Piauí, aprova as “instruções para o Curso especial de Educação Física”. (p. 50 v. IV).
- A 17 de abril coroadando os esforços que de há muito vinha fazendo a Divisão de Educação Física, o Decreto nº 1212 cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. (p. 51 v. IV). Verificar a integra do decreto de criação das pp. 52 a 66.



- A criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, do mesmo modo que a da Divisão de Educação Física, é a concretização do ideal com que sonhavam quantos se dedicavam aos problemas da educação física; falta somente o Instituto Nacional de Educação Física, cuja criação virá completar a trinca indispensável ao progresso do Brasil, quanto à educação física. (p. 66 v. IV).
- PORTARIA MINISTERIAL Nº 161, de 11 de maio. Aprova instruções para a execução do serviço médico aplicado à Educação Física nos estabelecimentos de ensino subordinados ao Ministério. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- É fundada no Rio de Janeiro a “Sociedade Brasileira de Educação Física” (p. 67 v. IV).
- O Decreto nº. 184, de 12 de junho, do Estado do Rio de Janeiro, cria a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento de Educação do Estado, com a seguinte justificação:
  - “Considerando que a educação física é disciplina de ensino obrigatório em todos os cursos, por força de dispositivo constitucional;
  - “Considerando que o Governo Federal, visando o cumprimento rigoroso, , eficiente e científico daquele dispositivo, acaba de criar a Escola Nacional de Educação Física e Desportos;
  - “Considerando a necessidade da existência de um órgão técnico disciplinador das atividades do ensino e da prática da educação física nos estabelecimentos escolares do Estado; Decreta ...” (p. 69 v. IV).
- A 15 de junho, por iniciativa particular, organiza-se a Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná, localizada em Curitiba, a 1º de setembro desse ano, a Escola requer ao Ministério da Educação e Saúde, nos termos do art. 2 do decreto nº. 421, de 15/05/1938, autorização para o funcionamento dos Cursos Superiores de Educação Física, Normal de Educação Física e de Treinamento e Massagem, acusando 20 alunos matriculados no primeiro, 50 no segundo e 20 no terceiro. O Conselho Nacional de Educação opinou contra a concessão e por esse motivo a escola cerrou as suas portas. (p. 70 v. IV).
- A 28 de junho, o Decreto-lei nº. 1380 estende aos alunos do Curso de Emergência de Educação Física, organizado pelo Departamento Nacional de Educação, as regalias dos licenciados em educação física e dos médicos especializados em educação física e desportos. (p. 70 v. IV).
- A 19 de junho, o Decreto-Lei nº 1428 estabelece em seu art. 1º. Que as aulas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos tenham início a 1º de agosto, esclarecendo o seu § 1º que nesse ano só haveria um período letivo. (p. 70 v. IV).
- A 23 de agosto, a portaria nº 431 do Secretário do Interior do Estado de Pernambuco, regulamenta os Institutos Profissionais de Guaranhuns e Pacas, prevendo entre o *personal técnico* 1 professor de educação física. (p. 71 v. IV).
- A 25 de agosto, o Decreto-Lei n. 1545, dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, refere-se à educação física em seus artigos 4 e 12:
  - “Art 4º - Incube ao Ministério da Educação e Saúde:
  - ... d) – estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituem bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;”
  - “Art 12º - Nos estabelecimento de ensino localizados nas regiões mais sujeitas a desnacionalização, a educação física, na forma obrigatória prescrita, poderá ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos Comandantes de Regiões.” (pp. 71-72 v. IV).
- Também em agosto, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde procede à verificação do Curso de Professores da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, a primeira que, nos termos do art. 17 do Decreto-lei nº 421 de 11/05/1938, pedira reconhecimento. No mês seguinte, idêntica medida é tomada quanto ao Curso de Medicina Especializada em Educação Física e Desportos, da referida escola, que, de acordo com o art. 2º do Decreto supra mencionado, solicitara autorização para funcionar. (p. 73 v. IV).
- Em novembro desse ano, realiza-se no Rio de Janeiro, uma reunião dos interventores federais de todos os Estados e várias medidas tendentes a amparar e desenvolver a educação física são propostas pelo Ministro da Educação e Saúde (pp. 73-74 v. IV).
- Na Escola de Educação Física do Exército, a 7 de dezembro, o Tenente-Coronel Edgard do Amaral substitue no comando desse estabelecimento o tenete-Coronel Otávio Saldanha Mazza (p. 74 v. IV).

- A 21 de dezembro, a portaria nº 488 do Departamento de Educação, baixa instruções para a realização dos exames vestibulares à Escola Nacional de Educação Física e Desportos e estabelecimentos congêneres, acrescentando uma exigência de ordem moral às estabelecidas pelo Decreto-lei nº 1212, o atestado de bons antecedentes. (p. 74 v. IV).
- Nesse ano diplomam-se:
  - Pela Escola de Educação Física do Exército: 33 instrutores; 10 médicos especializados, 73 monitores e 5 monitores de esgrima.
  - Pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo: 33 professores de educação física e 45 professoras;
  - Pela Escola Superior de Educação Física do Estado do Espírito Santo: 5 professores normalistas e 19 professores;
  - Pelo Curso de Emergência do Departamento Nacional de Educação: 59 professores de educação física e 106 professoras, 69 médicos especializados e 9 médicas.
  - Pelo Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí: 2 professores normalistas e 14 professoras.
  - Pelo Curso da Liga de Esportes da Marinha: 10 monitores.
  - Pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos: 21 professoras normalistas; 32 técnicos desportivos, sendo 30 do sexo masculino e 2 do feminino; 27 médicos especializados e 4 médicas e treinador e massagista.
  - Pelo Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina: 30 professores normalistas; sendo 21 do sexo feminino e 9 do masculino.
  - Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: 8 instrutores, 10 monitores e 6 médicos especializados. (pp. 91-92 v. IV).

1940

- A 9 de janeiro, a Portaria nº 7, do Departamento Nacional de Educação, aprova as “Instruções para os Exames Práticos de Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino”. (p. 97 v. IV).
  - Ainda a 26 do mesmo mês, a Portaria Ministerial Nº. 14 regulamenta a obrigatoriedade estabelecida pelo art. 9º do Decreto 21241 de 4/4/1932 (p. 98 v. IV)
- PORTARIA MINISTERIAL Nº 14, de 26 de janeiro (D. O. de 27-1-40, pág. 1 .646) . Estabelece a exigência mínima de 3/4 de frequência as aulas dadas em Educação Física para poder submeter-se aos exames finais das disciplinas. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- A 1º de fevereiro, alguns alunos e professores médicos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos fundam a “Sociedade Brasileira de Medicina Especializada em Educação Física e Desportos.” (p. 99 v. IV).
  - Ainda no mês de fevereiro, a Divisão de Educação Física procede à verificação do Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina. (p. 99 v. IV).
  - No Estado do Piauí, o Decreto-Lei nº. 248, de 2 de março, dispõe sobre a duração do ano letivo do Curso Especial de Educação Física. (p. 100 v. IV)
  - A 5 de março, o Decreto-lei nº. 11631, do Estado do Espírito Santo, fixa em cem alunos a capacidade da Escola Superior de Educação Física. (p. 100 v. IV)
  - A 8 de março, um importante Decreto-lei é assinado, o 2072, que organiza a Juventude Brasileira. (...) Dentre os artigos que citam a Educação Física, merecem destaque os seguintes:
    - “ Art. 1º - A educação cívica, moral e física é obrigatória para a infância e a juventude de todo o país, nos termos do presente decreto-lei”.
    - “ Art. 4º - A educação física, a ser ministrada de acordo com as condições de cada sexo, por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os mais resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia.
    - § único – Buscará ainda a educação física dar as crianças e aos jovens os hábitos e as práticas higiênicas que tenham por finalidade a prevenção de toda a sorte de doenças, a conservação do bem estar e o prolongamento da vida. Será, nesse particular, objeto de especial atenção o esclarecimento do papel, que na manutenção da saúde, desempenha a alimentação e bem assim dos preceitos que sobre ela devam ser continuamente observados. (p. 100 v. IV)

- A 14 de março, o Decreto nº. 6641, reajustando os quadros da Prefeitura do Distrito Federal, substitue a Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos pelo Serviço de Educação Física, subordinado ao Departamento de Educação Nacionalista. (p. 103 v. IV)
- A 15, o Capitão Hermílio Ferreira substitue o Major Inácio de Freitas Rolim na direção da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. (p. 103 v. IV).
- A 10 de abril, a Portaria nº 95 da Diretoria Geral de Educação do Estado do Paraná, regulamenta a Escola de Educação Física e Desportos desse Estado, representando tal fato o primeiro passo do governo estadual para amparam aquela iniciativa particular. (p. 104 v. IV).
- A 15, funda-se, no Distrito Federal, a Associação Brasileira de Técnicos Desportivos, por iniciativa de 17 técnicos diplomados pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos. (p. 104 v. IV)
- A 25, o Decreto nº 487, do Estado de Pernambuco, cria o Curso Normal de Educação Física. (p. 105 v. IV)
- A 29, o Decreto nº 9817, do Estado do Paraná, reconhece a Escola de Educação Física e Desportos desse Estado, ato esse que foi de encontro ao estabelecido pelo Decreto nº 421 de 11 de maio de 1938, pelo qual é privilégio da União o reconhecimento de cursos e escolas superiores, do mesmo modo que a concessão de autorização para funcionamento. (p. 105 v. IV)

O teor do Decreto é o seguinte:

“O Interventor Federal do Estado do Paraná, considerando que a Constituição Federal de 10 de novembro de 1937 torna obrigatório o ensino e a prática da Educação Física nos estabelecimento de ensino do país;

Considerando que o Estado do Paraná não conta com número suficiente de professores de satisfaçam as exigências do decreto acima citado;

Considerando que o Governo do Estado se mantém no firme propósito de colaborar com o Governo Federal de maneira eficiente e decisiva:

Resolve:

Art. Único: Reconhecer a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, que funcionará sem ônus para o Estado, de acordo com o Regulamento a ser baixado pela Diretoria Geral de Educação do Estado e aprovado pela Secretaria do Interior e Justiça; revogadas as disposições em contrário.” (pp. 105-106 v. IV)

- A 6 de maio reuniu-se o Conselho Técnico-Administrativo do Departamento Estadual de Educação Física do Rio Grande do Sul, que instalou o referido Departamento e tomou outras providências. (p. 106 v. IV)
- A 7, no Estado de Pernambuco, a portaria n 207, do Secretário do Interior, baixa instruções para o Curso Normal de Educação Física. O art. 2º diz: “A partir de 1º de janeiro de 1941, só poderão ser nomeados ou mantidos nos atuais cargos de monitores de Educação Física, as professores que tiverem o diploma de normalista especializada em Educação Física.” (pp. 108-109 v. IV)
- PORTARIA MINISTERIAL Nº 94, de 18 de maio (D. O. de 21/05/40, pág. 10.355 - Ret. D. O. de 01/06/40). Dispensa dos exercícios de Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, federais ou sob regime de inspeção, os alunos que, por serem militares em serviço ativo no Exército, na Marinha e nas Forças Auxiliares, já estão obrigados àqueles exercícios. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- A 28, pelo Decreto nº. 5723, é reconhecido o Curso Superior de Educação Física da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. (p. 110 v. IV)
- Ainda em maio, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde proce à verificação da Escola Superior de Educação Física do Estado do Espírito Santo. (p. 110 v. IV)
- A 1º de junho, o Decreto nº. 9966, do Estado do Paraná, designa a “Escola de Professores de Curitiba” para sede da Escola de Educação Física e Desportos, “enquanto não for construído o Estádio Getúlio Vargas.” (p. 110 v. IV)
- Nesse mês, a Divisão de Educação Física, procede à verificação da referida Escola que pedira autorização para funcionar. (p. 110 v. IV)
- Em junho, no segundo concurso para provimento de cargos de Técnico de Educação, promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, vários candidatos apresentaram teses sobre educação física e assuntos correlatos, em diversos estados do país. (p. 110 v. IV)
- A 10 de junho, o decreto-lei nº 2296 cria o Departamento de Educação Física da Marinha. A 21, o Decreto nº. 5845 regulamenta o referido Departamento; por força de um dispositivo (art. 32) fica extinta,

- a partir de 31 de dezembro desse ano, a Liga de Esportes da Marinha, cujas atividades passam a ser desenvolvidas pelo Departamento de Educação Física da Marinha. (pp. 111-112 v. IV)
- A 17, o decreto n 273 do Governo do Estado do Piauí aprova as instruções para a educação física nas escolas municipais e estaduais. (p. 112 v. IV)
  - O Decreto-lei n° 276, de 1° de julho, do Estado do Piauí, cria o Curso de Monitores de Educação Física. Os artigos fundamentais do Decreto são os seguintes:
    - “Art. 1° - Fica criado no Curso Especial de Educação Física matido pela Inspetoria de Educação Física do Estado, o Curso de Monitores de Educação Física.
    - Art. 2° - O Curso de Monitores se destina à formação de auxiliares de ensino”. (p. 112 v. IV)
  - Nos dias 20, 21 e 22 de julho, realiza-se, em São Paulo, o I Congresso Paulista de Educação Física, com representantes do Distrito Federal e de Minas Gerais. Entre os trabalhos inscritos, diversos deles, tratam de Educação Física na Escola e da formação do professor de Educação Física. (pp. 112-113 v. IV). Para consultar as conclusões finais do Congresso, verificar as pp. 115 a 120 do vol. IV.
  - Deve-se salientar que esse foi o primeiro congresso especializado em educação física que se realizou no Brasil, presentes 112 congressistas representando o Distrito Federal e os Estados de São Paulo e Minas Gerais; três escolas especializadas, além da Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Saúde e do Instituto de Educação do Distrito Federal, comparecem ao I Congresso Paulista de Educação Física: Escola de Educação Física do Exército, Escola Nacional De Educação Física e Desportos e Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. (p. 120 v. IV)
  - Em setembro, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, por intermédio do Major Barbosa Leite e do Prof. Inezil Penna Marinho, realiza, pela primeira vez no Brasil, experiências apicando testes à educação física, como meio capaz de melhor verificar o aproveitamento dos alunos, na Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Essa experiência é repetida em novembro, na Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, pelo Prof. Inezil Penna Marinho e ainda na Escola de Educação Física do Exército, pelo Capitão João Carlos Gross. (p. 121 v. IV)
  - A 30 de outubro, pelo Decreto n° 6412, é reconhecido o Curso Normal de Educação Física da Escola Superior de Educação Física do Estado do Espírito Santo. (p. 121 v. IV)
  - No mesmo mês, a Divisão de Educação Física procede à verificação da Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul. (p. 121 v. IV)
  - Em novembro, ainda pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde é verificado o Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí. (p. 121 v. IV)
  - Nesse mesmo mês, o Departamento Administrativo do Serviço Público realiza a prova de habilitação para provimento do cargo de Inspetor Especializado de Educação Física com função junto à Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, a primeira do gênero a ser reconhecida pelo Governo Federal. Esse foi o primeiro concurso levado a efeito no Brasil para provimento de um cargo, cuja condição primordial era a de que o candidato possuísse curso especializado de educação física. (p. 121-122 v. IV)
  - Ao findar o ano de 1940, o Departamento Nacional de Educação, por intermédio da Divisão de Educação Física, promove um concurso sobre trabalhos referentes à Educação Física, inéditos ou publicados no decênio compreendido entre 1931 e 1940. Entre os componentes da Comissão Julgadora, designada por portaria do Ministro da Educação e Saúde, estava o Prof. Inezil Penna Marinho. (pp. 122-123 v. IV)
  - A “Consolidação das Leis Educacionais do Distrito Federal”, cogita, em vários dos seus artigos, da educação física. (p. 124 v. IV)
  - São diplomados nesse ano:
    - Pela Escola de Educação Física do Exército: 19 instrutores, 8 médicos especializados, 42 monitores, 12 monitores de esgrima, 4 mestres d’armas e 4 massagistas desportivos.
    - Pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo: 49 professores de educação física e 37 professoras
    - Pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos: 26 professores de educação física, sendo 15 do sexo feminino e 11 do masculino; 21 professoras normalistas; 13 médicos especializados e 1 médica; 16 técnicos desportivos, sendo 14 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, 2 treinadores e massagistas.
    - Pelo Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí: 28 professoras normalistas

- Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: 10 instrutores, 19 monitores e 7 médicos civis especializados. (p. 143 v. IV)

1941

- A 4 de janeiro, um curso de habilitação para professores de Educação Física, promovido pela municipalidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, cuja duração fora de seis meses, diploma 27 professoras. (p. 144 v. IV)
- A 11 de fevereiro, o decreto-lei nº 12481, do Governo do Espírito Santo, muda a denominação do Curso de Professores da Escola Superior de Educação Física para o Curso Normal de Educação Física. (p. 144 v. IV)
- A 18, a portaria nº 166 do Departamento Nacional de Educação dispensa a exigência de limite máximo de idade para matrícula na Escola Nacional de Educação Física e Desportos e estabelecimentos congêneres, autorizados ou reconhecidos. (p. 145 v. IV)
- Ainda em fevereiro, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, procede à verificação dos curso de Medicina Especializada em Educação Física e Desportos, Técnica Desportiva, Normal de Educação Física e de Treinamento e massagem da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. (p. 145 v. IV)
- De 12 a 25 de março, o Departamento Nacional de Educação promove, por intermédio da Divisão de Educação Física, um curso de informações para professores de educação física, médicos especializados, técnicos desportivos e treinadores e massagistas. O curso teve 205 inscrições de elementos especializados e constou de uma série de 10 conferências assim distribuídas:
  - Organização da Educação Física no Brasil, pelo Prof. Inezil Penna Marinho.
  - Qualidades do professor de educação física, pelo Prof. Inezil Penna Marinho.
  - Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário quanto à educação física, pelo Prof. Inezil Penna Marinho.
  - Limites dos campos de ação do professor de educação física, do médico especializado, do técnico desportivo, do treinador e massagista, pelo Major João Barbosa Leite.
  - Obrigação do professor de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário, pelo Prof. Inezil Penna Marinho
  - O exama médico-biométrico, pelo Dr. Paulo de Araújo.
  - Provas práticas e certificados de Educação Física, pelo Prof. Inezil Penna Marinho.
  - O grupamento homogêneo, pelo Dr. Paulo Araújo.
  - Os deficientes e acidentados, pelo Dr. Paulo Araújo.
  - A fiscalização da Educação Física, pelo Prof. Inezil Penna Marinho (pp. 145-146 v. IV)
- A 4 de abril, o Decreto nº. 606, do governo do Estado de Pernambuco, cria a Diretoria de Educação Física Escolar. (p. 147 v. IV)
- A 14, o Decreto-lei nº 3199 estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. (p. 147 v. IV)
- A 29 de abril, a portaria ministerial nº 76 estabelece que “os diplomados em curso superior de Educação Física que se matricularem nos de técnica desportiva ou de treinamento e massagem serão considerados aprovados para efeitos destes cursos, nas disciplinas estudadas no curso anteriormente feito”. (p. 154 v. IV)
- A 9 de maio, por iniciativa de uma comissão organizadora presidida pelo Major de Freitas Rolim e composta pelos senhores Américo Garcia Fernandes, João Ribeiro dos Santos e Maria Costa Figueiredo, compareceram a sede da Associação Brasileira de Imprensa os interessados nos problemas de Educação Física, fundando-se então a Associação Brasileira de Educação Física. Entre os componentes da diretoria podemos destacar:
  - Presidente de Honra: Dr. Getúlio Vargas
  - Patrono: Dr. Gustavo Capanema
  - 1º Secretário: Prof. Inezil Penna Marinho (pp. 160-161 v. IV)
- PORTARIA MINISTERIAL Nº 86, de 12 de maio (D. O. de 10/06/41, pagina 11.724) . Reitera a exigência de setenta e cinco por cento de freqüência às sessões de exercícios físicos para fins de prestação de exames finais nas disciplinas. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.

- A 19, o Departamento Nacional de Educação abre na Divisão de Educação Física as inscrições para o concurso de trabalhos publicados ou inéditos que tenham relação direta com a Educação Física, nos moldes do que levava a efeito na ano anterior. (p. 164 v. IV)
- A 27, o Decreto nº 7219, do Governo Federal, concede autorização para o funcionamento da Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul. (p. 164 v. IV)
- Nessa mesma data, o Decreto-lei nº 390 do Governo do Estado do Piauí, altera o plano de ensino do Curso Especial de Educação Física desse Estado. (p. 164 v. IV)
- A 4 de junho, são abertas as inscrições para quatro concursos sobre diversos assuntos relacionados com a Educação Física, promovidos pelo Departamento de Educação, por intermédio da Divisão de Educação Física, a saber:
  - I – Concurso entre estabelecimentos de ensino secundário que melhores instalações e organização apresentam para a educação física
  - II – Concurso de sentenças sobre Educação Física
  - III – Concurso de cartazes para propaganda da Educação Física
  - IV – Concurso de desenhos para uma “Medalha de Educação Física”
  - V – Concurso de trabalhos sobre Educação Física (pp. 164-165 v. IV)
- No concurso de sentenças sobre Educação Física o Prof. Inezil Penna Marinho obteve o 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º lugares, com os seguintes sentenças:
  - 1º lugar: A educação física fará de cada criança um cidadão útil à Pátria.
  - 2º lugar: É para o bem de todos que queremos a Educação Física de cada um
  - 3º lugar: Da Educação Física de vossos filhos depende não só a sua constituição física, com também a sua formação moral e ainda o seu desenvolvimento intelectual.
  - 4º lugar: A Educação Física torna os indivíduos úteis a si mesmos e aos seus semelhantes.
  - 6º lugar: Uma criança sem Educação Física será um cidadão perdido para a Pátria
  - 7º lugar: As grandes idéias nascem dos grandes cérebros, mas, para que se tornem grandes ações, precisam de braços fortes.
  - 8º lugar: Sobre a fortaleza de seu povo assentam as bases de uma grande nação; a Educação Física fará do Brasil uma grande nação (pp. 166-167 v. IV)
- Entre os trabalhos pedagógicos Inezil Penna Marinho obteve o 7º e 9º lugares com os seguintes trabalhos:
  - “Contribuição ao Histórico da Educação Física no Brasil”
  - “Especialização – Fator preponderante na Técnica da Educação Física” (p. 169 v. IV)
- A 10 de junho, temos três Decretos importantes, a saber:
  - Nº 7364, que concede autorização para funcionamento dos cursos Normal de Educação Física, Técnica Desportiva e de Treinamento e massagem da Escola Superior de Educação Física de São Paulo;
  - Nº 7375, que reconhece o Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí;
  - Nº 7366, que concede reconhecimento ao Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina. (p. 170 v. IV)
- A 17, o Decreto-lei nº 390, do governo do Piauí, altera o plano de Ensino do Curso Especial de Educação Física e dá outras providências. (p. 170 v. IV)
- Ainda em junho, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde procede à verificação do Curso Especial de Educação Física do Estado de Pernambuco. (p. 170 v. IV)
- A 3 de julho, o Decreto-lei nº 3384 estende aos alunos dos cursos de Educação Física, mantidos pela Escola Superior de Educação Física do Estado do Espírito Santo, as regalias dos licenciados em Educação Física. (p. 170 v. IV)
- De 12 a 17 de agosto, realiza-se na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, patrocinado pelo Departamento de Educação, Departamento de Educação Física e Prefeitura Municipal de Santos o “I Campeonato Inter Colegial de Educação Física”. (p. 171 v. IV)
- A 13 de agosto, é publicado no “Diário Oficial” o Regimento Interno da Escola Nacional de Educação Física (...). (p. 173 v. IV)
- A 19, o Major Inácio de Freitas Rolim substitue o Capitão Hermílio Gomes Ferreira na direção da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. (p. 174 v. IV)

- A 21, promovida pela Associação Brasileira de Educação Física, inicia-se, no Palácio Bandeirantes, uma série de conferências sobre Educação Física e assuntos correlatos (...) (p. 174 v. IV)
- A 4 de dezembro, em virtude da aprovação em concurso, o Prof. Inezil Penna Marinho é nomeado técnico de educação do Ministério da Educação e Saúde, conquistando a honra de ser o primeiro especializado em Educação Física a ingressar na referida carreira. (p. 179 v. IV)
- De 5 a 28 de outubro, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, em cooperação com as Divisões de Aperfeiçoamento e de Seleção do Departamento de Administração do Serviço Público, promove uma série de palestras, tendo por finalidade dar aos candidatos à Prova de Habilitação para Inspetor de Ensino Secundário os conhecimentos indispensáveis ao desempenho dessa função, na parte que se refere à Educação Física. (p. 180 vo. IV). Verificar o título das palestras nas pp. 180 a 182 do v. IV.
- Os diplomados nesse ano são os seguintes:
  - Pela Escola de Educação Física do Exército: 25 instrutores, 5 médicos especializados, 63 monitores, 12 massagistas desportivos.
  - Pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos: 32 licenciados em Educação Física, 10 normalistas especializados, 8 médicos especializados em educação física e desportos, 4 técnicos desportivos e 3 treinadores e massagistas.
  - Pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo: 67 licenciados em Educação Física, 25 médicos especializados em Educação Física e desportos, 36 técnicos desportivos e 2 treinadores e massagistas.
  - Pelo Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí: 6 normalistas especializados, todos do sexo feminino.
  - Pela Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul: 50 normalistas especializados, todos do sexo feminino; 4 técnicos desportivos e 4 médicos especializados em Educação Física e desportos.
  - Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: 5 oficiais instrutores, 13 monitores e 2 oficiais médicos especializados em Educação Física.
  - Pelo Curso de Educação Física matido pela divisão de Educação Física do Estado do Rio: 57 normalistas especializados em Educação Física. (pp. 215-216 v. IV)

1942

- A 19 de janeiro, o Decreto-lei nº 4029, institui bolsas de estudos para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. (p. 216 v. IV)
- Logo a seguir, o decreto-lei nº 4073, de 30 de janeiro, conhecido sob a denominação de Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabelece no seu art. 26 que os alunos dos cursos regulares ficam obrigados a práticas educativas, entre as quais a educação física, obrigatória até a idade de 21 anos, ministrada de acordo com as condições de idade, sexo e trabalho de cada aluno. (p. 217 v. IV)
- A 22, por portaria do Diretor do Departamento de ensino do Estado de Piauí o plano e a regulamentação do Curso Especial de Educação Física são adaptados as exigências do decreto-lei nº 1212, de 17 de abril de 1939. (p. 218 v. IV)
- Ainda em fevereiro, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo organizou um Campeonato Colegial de Educação Física do Estabelecimentos Religiosos de Ensino da Cidade de Santos (...) (p. 218 v. IV)
- A 4 de março, o decreto nº 8923 concede autorização para funcionamento do Curso de Especialização de Médicos em Educação Física, da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. (p. 220 v. IV)
- A 9, é publicado, no Diário Oficial, o edital da prova de habilitação para a admissão de inspetores, com exercício na Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde. Essa foi a segunda prova que nesse gênero se realizou sob o patrocínio do Departamento Administrativo do Serviço Público. (p. 220 v. IV)
- A 10, é aberta a segunda prova de habilitação para inspetor de Educação Física da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, que reúne 42 inscrições e resulta na habilitação de 2 candidatos. (...) (p. 220 v. IV)

- A Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituída a 9 de abril, pelo decreto-lei nº 4244, esclarece em seu art.19 que a Educação Física constituirá, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos até a idade de 21 anos. (p. 220 v. IV)
- A 27, o decreto-lei nº 4279 declara isenta de impostos e taxas municipais, no Distrito Federal, nas condições que menciona, as entidades desportivas filiadas ao Conselho Nacional de Desportos. (p. 221 v. IV)
- A 16 de junho, o decreto nº 558 do Governo do Estado do Piauí, institui bolsas de estudo para 15 alunos candidatos ao Curso Especial de Educação Física e fixa as gratificações para os professores do Curso em apreço. (p. 221 v. IV)
- Por edital de 19, são abertas as inscrições do concurso para provimento dos cargos de professores catedráticos de fisiologia aplicada e de cinesiologia da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. (p. 222 v. IV)
- A 20, o decreto nº 748, do governo do estado de Pernambuco, regulamenta o Curso Normal de Educação Física, (...).(p. 222 v. IV)
- A 26 desse mês, são também abertas as inscrições para o Concurso de Trabalhos sobre Educação Física, promovido pela Divisão de Educação Física do Departamento de Educação do Ministério da Educação e Saúde. (p. 222 v. IV)
- Pelo decreto-lei nº 4429, de 2 de julho, é desdobrada em duas a cadeira de Desportos Aquáticos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, destinando-se uma aos alunos do sexo masculino e outra aos alunos do sexo feminino. Para esta última, é nomeada Maria Lenk (...).(p. 222 v. IV)
- A 21 de agosto, o decreto-lei nº 4607 considera válidos os diplomas do Cursos de Emergência de Educação Física, realizados oficialmente pelo governo do Estado de São Paulo. (p. 229 v. IV)
- A 13 de outubro, decreto-lei nº. 246 do governo do Estado do Rio Grande do Sul, que deu nova organização à Secretaria de Educação daquele Estado, cria o Departamento de Educação Física, como um dos órgãos de Administração Especial, com uma Escola de Educação Física. (p. 230 v. IV)
- A 19, o Diário Oficial, publica o resultado do “Concurso de Monografias de 1942”, promovido pela Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, sendo, entre outras, premiada a monografia “A oportunidade da criação da carreira de Técnico de Educação Física”, de Inezil Penna Marinho. (p. 234 v. IV)
- Dos mais importantes acontecimentos verificados em 1942, foi o lançamento do “Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física” pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. (p. 235 v. IV)
- A Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde publica os Boletins de Educação Física Nº 4 e 5. (p. 246 v. IV)
- A Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde faz editas as seguintes publicações: (...)
  - “Pioneiros da Educação Física no Brasil”, contendo os discursos do Major João Barbosa Leite, do Dr. Américo Jacobinal Lacombe e do Dr. Jorge de Moraes, pronunciados quando a Divisão de Educação Física fez inaugurar em suas dependências os retratos de Rui Barbosa e Jorge de Moraes. (p. 248 v. IV)
- O Serviço de Educação Física do Departamento de Educação Nacionalista do Distrito Federal inicia a publicação de seu boletim Mensal, dos quais foram publicados oito números (p. 248 v. IV)
- Everardo Beckeuser publica “Manual de Pedagogia Moderna”, no qual uma parte do capítulo VIII, sob o título de *Educação Integral*, é dedicado à Educação Física. (p. 251 v. IV)
- “A Escola Superior de Educação Física e as suas finalidades” é artigo publicado pelo professor Dirceu Gay da Cunha. (p. 263 v. IV)
- São diplomados nesse ano:
  - Pela Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul: 11 licenciados em Educação Física, 44 normalistas especializados todas do sexo feminino, 5 técnicos desportivos todos do sexo masculino, 1 treinador e massagista e 2 médicos especialistas em Educação Física e Desportos.



- Pelo Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco: 16 normalistas especializados, todos do sexo feminino.
- Pelo Curso Normal de Educação Física do Estado do Piauí: 29 normalistas especializados, todos do sexo feminino.
- Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: 6 instrutores e 14 monitores
- Pela Escola de Educação Física do Exército: 31 instrutores, 4 mestres d'armas e 64 monitores.
- Pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos: 39 licenciados em Educação Física; 20 normalistas especializados em educação física, sendo 17 do sexo masculino; 15 técnicos desportivos, sendo 2 do sexo feminino; 10 treinadores e massagistas, sendo 1 do sexo feminino; 2 médicos especializados em educação física e desportos, sendo 1 do sexo feminino.
- O Curso de Educação Física, mantido pela Divisão de Educação Física do Estado do Rio, habilita 97 normalistas especializados em Educação Física. (p. 264 v. IV)

1943

- A 15 de janeiro, o decreto-lei nº 660, do governo do Estado do Piauí, dispõe sobre exames de segunda época do Curso Especial de Educação Física. (p. 264 v. IV)
- A 3 de fevereiro, a portaria ministerial nº 126, estabelece que poderão ser admitidos ao Curso Superior de Educação Física, ao Curso de Técnica Desportiva e ao Curso de Treinamento e Massagem os portadores de certificado de licença ginásial, satisfeitas as demais exigências legais. (p. 264 v. IV)
- A 8 de março, a Portaria Ministerial nº 167, determina o número de sessões semanais de Educação Física para os alunos dos estabelecimentos de ensino secundários, fixando em três para os do sexo masculino e duas para os do sexo feminino. Essa portaria constituiu um verdadeiro desastre, pois a Divisão de Educação Física estava obtendo dos ginásios e colégios que os alunos fossem diariamente submetidos a sessões de exercícios físicos. (p. 264 v. IV)
- DECRETO-LEI Nº 5.343, de 25 de março. Regulamenta a habilitação para o exercício da função de professor de Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, especificando as instituições que, a partir de 1943, poderiam conferir diplomas com direito a registro na Divisão de Educação Física. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- A 25 de março, o decreto-lei nº 5343, que dispõe sobre a habilitação para a direção da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundários, faculta aos professores de Educação Física dos estabelecimentos desse grau de ensino, não habilitados na forma da lei, desde que estejam exercendo a função há mais de três anos ou se achem registrados provisoriamente no Departamento Nacional de Educação, a inscrição em exame especial, cuja aprovação lhes permitirá o registro definitivo. Esse mesmo decreto equipara os diplomas de instrutor e monitor, expedidos pela Escola de Educação Física do Exército, aos de licenciados em Educação Física. (pp. 266-267 v. IV)
- A Divisão de Educação Física, por edital de 6 de abril, abre inscrições para o Concurso de Trabalhos sobre Educação Física, que vem promovendo desde 1940, (...).(p. 268 v. IV)
- A 17 de maio, é aberta terceira prova de habilitação para inspetor de educação física da Divisão de Educação Física da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, que, como as anteriores foi realizada somente no Distrito Federal. Dos seis candidatos inscritos, dois foram habilitados. (p. 274 v. IV)
- A 16 de julho, a portaria do Departamento Nacional de Educação nº 467, consolida as disposições em vigor sobre a Educação Física nos estabelecimentos de ensino fiscalizados pelo Ministério da Educação e Saúde e baixa novas instruções. (p. 274 v. IV)
- De 19 a 31 de julho, realiza-se no Rio de Janeiro, por iniciativa da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, sob o alto patrocínio do Governo Brasileiro, o Primeiro Congresso Panamericano de Educação Física, um dos mais notáveis acontecimentos verificados no Brasil, nesse setor educacional. (p. 275 v. IV)
- As instituições nacionais que se fizeram representar na qualidade de membros aderentes foram:
  - Associação Brasileira de Educação.
  - Associação Brasileira de Educação Física.
  - Associação Brasileira de Imprensa.
  - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
  - Sociedade de Medicina Aplicada à Educação Física.

- Divisão de Ensino e Seleção da E.F. Central do Brasil.
- Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo. (p. 282 v. IV)
- Entre os membros aderentes nacionais, o representante do Estado do Paraná foi o Dr. Francisco Albizú, fundador da Escola de Educação Física e Desportos do Estado. (p. 285 v. IV)
- Para consultar as conclusões finais do Congresso verificar as p. 299 a 303 do vol.IV.
- A 2 agosto o decreto nº 811 do governo do Estado do Rio Grande do Sul, aprova o Regimento do Departamento de Educação Física. (p. 305 v. IV)
- A 11, o Conselho Universitário, aprova modificações no Regimento Interno da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. (p. 306 v. IV)
- A 23, o decreto-lei nº 771, do governo do Estado do Maranhão cria o Serviço de Educação Física do Estado e dá outras providências. (p. 307 v. IV)
- De 12 de agosto a 16 de outubro, estiveram no Brasil os professores de Educação Física argentinos (...), estagiando na Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, com bolsas de estudo oferecidas pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. (p. 308 v. IV)
- A 15 de outubro, o professor Inezil Penna Marinho e o Dr. Paulo Frederico de Figueiredo Araújo, fundam a Sociedade de Estudos nos Problemas da Educação Física – S.E.P.E.F – sociedade civil, de caráter técnico-científico, com a finalidade de dedicar-se aos estudos dos problemas de educação física e divulgação de trabalhos e eles relacionados. (p. 308 v. IV)
- A 26, o Diário Oficial publica as instruções que regulam a prova de habilitação para Inspectores de Ensino Secundário. O ponto nº 10 tem por tema “A educação física na escola secundária – sua finalidade. Fiscalização e controle de Educação Física”. (p. 308 v. IV)
- A 9 de novembro, o decreto lei nº 5975 estende aos diplomados pelo Curso de Educação Física da Marinha, as regalias de licenciado em Educação Física. (p. 310 v. IV)
- O Diário Oficial de 24 desse mês publicou o resultado do “Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física (...)”(p. 311 v. IV)
- De 13 a 20 de dezembro, realiza-se em Buenos Aires, o Primeiro Congresso Argentino de Educação Física, para o qual o Brasil fora especialmente convidado. Representou o nosso país o professor Inezil Penna Marinho, que apresentou um trabalho sobre as bases científicas da educação física (...) (pp. 313-314 v. IV)
- A 13, o decreto nº 894, do governo do Estado do Rio Grande do Sul, aprova o Regulamento da Escola de Educação Física daquele Estado. (p. 315 v. IV)
- A 24, a portaria nº 668 do Departamento Nacional de Educação, baixa instruções para a realização de exames vestibulares às Escolas de Educação Física. (p. 315 v. IV)
- A 29, o decreto-lei nº 764, do governo do Estado do Piauí, cria 28 cadeiras de Educação Física, sendo 11 de quarta instância (capital), 8 de terceira e 9 de segunda. (p. 321 v. IV)
- A Escola Nacional de Educação Física e Desportos publica “Probidade e Civismo”, volume em que reúne as transcrições de diversos trechos dos boletins da Escola, no período de 1939 e 1942. (p. 324 v. IV)
- O cap. Roberto de Pessoa, então diretor Da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, encaminha ao Sr. Ministro da Educação e Saúde um relatório sobre a situação da referida Escola, no qual se encontra um anteprojeto de decreto-lei substitutivo do 1212, de 17 de abril de 1939. Esse relatório constituiu um opúsculo de 44 páginas impresso sob o título “Problemas da Escola Nacional de Educação Física”. (p. 327 v. IV)
- Inezil Penna Marinho publica “A oportunidade da criação da carreira de Técnico de Educação Física”. (p. 328 v. IV)
- Editado pela Divisão de Educação Física, aparece ainda o livro de Inezil Penna Marinho “Contribuições para a História da Educação Física no Brasil”, a obra mais volumosa já publicada no Brasil sobre Educação Física, com 616 páginas (...) (p. 329 v. IV)
- Os diplomados nesse ano são os seguintes:
  - Pela Escola de Educação Física do Exército: 74 monitores de educação física.
  - Pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos: 25 licenciados em Educação Física, 22 normalistas especializados em Educação Física, 3 médicos especializados, 2 técnicos desportivos

- Pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo: 28 licenciados em Educação Física, 8 médicos especializados e 5 técnicos desportivos.
- Pelo Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí: 17 professores normalistas especializados em educação física.
- Pela Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul: 1 licenciado em Educação Física, 38 normalistas especializados em Educação Física.
- Pela Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná: 6 normalistas especializados em Educação Física, todas do sexo feminino.
- Pelo Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina: 14 professores normalistas de Educação Física.
- Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: 5 instrutores de Educação Física, 4 médicos especializados em Educação Física e desportos e 9 monitores de Educação Física
- O Curso de Educação Física mantido pela Divisão de Educação Física do Estado do Rio habilita 94 normalistas especializadas em Educação Física.
- O Curso Normal da Escola Superior de Educação Física do Estado do Espírito Santo não funciona nesse ano. (p. 342 v. IV)

1944

- Na Associação Brasileira de Educação Física é empossada a nova diretoria para os anos 1944-1945. (p. 343 v. IV)
- Aparece, sob a direção do Major João Leite Barbosa Leite, a “Revista Brasileira de Educação Física”, de caráter mensal, (...) (p. 344 v. IV)
- O Diário Oficial, de 20 de janeiro, publica as instruções destinadas à prova de habilitação para inspetores de Educação Física da Divisão de Educação Física abertas, no Distrito Federal, somente a candidatos do sexo feminino. O Diário Oficial, de 22 publica idênticas instruções para mesma prova, mas com inscrições abertas no Distrito Federal, Teresina, Recife, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, somente a candidatos do sexo masculino. (p. 344 v. IV)
- A 24 é aberta a quarta prova de habilitação para inspetor de Educação Física da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, realizada no Distrito Federal. Dos 19 candidatos inscritos são aprovados 6, funcionando na banca examinadora o Major João Barbosa Leite, o Capitão Roberto de Pessoa e o Prof. Inezil Penna Marinho. (p. 344 v. IV)
- A 1º de fevereiro é aberta a quinta prova de habilitação para inspetor de Educação Física da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, realizada nas seguintes capitais do país, simultaneamente: Rio de Janeiro, Teresina, Recife, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Dos 32 candidatos inscritos são aprovados 19, funcionando na banca examinadora o Major João Barbosa Leite, o Capitão Roberto de Pessoa e o Prof. Inezil Penna Marinho. (p. 345 v. IV)
- A 11 de fevereiro, são publicadas no Diário Oficial as instruções destinadas à prova de habilitação para Professor de Educação Física da Escola Técnica de Pelotas e a 18 de março as instruções para a mesma prova, com o intuito de selecionar professores de Educação Física para a Escola Técnica Nacional. Funcionam com examinadores o Major Barbosa Leite e o Prof. Inezil Penna Marinho. (p. 345 v. IV)
- A 10 de março, é assinada a Portaria nº 156, do Departamento Nacional de Educação, estabelecendo as condições a que deveriam satisfazer os pedidos de verificação prévia, para efeito de concessão de reconhecimento a estabelecimento de ensino secundário, entre elas podemos destacar:
  - i) prova de que a entidade mantenedora dispõe de professor de educação física registrado na Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação;
  - j) fotografia de caixa para saltos em altura e distância (4m x 5m)
    - de aparelhos para saltos em altura;
    - de barra dupla (...) (p. 345 v. IV)
- Os pedidos são analisados pela Divisão de Ensino Secundário e pela Divisão de Educação Física. (p. 347 v. IV)
- A 1º de abril, pro iniciativa do Capitão Roberto de Pessoa, é criado o Clube de Professores da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (...). (p. 348 v. IV)

- A 16 de maio, o decreto do Governo Federal nº 15582 concede reconhecimento aos Cursos Superior de Educação Física, Normal de Educação Física, de Técnica Desportiva, de Medicina Especializada em Educação Física da Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul. (p. 351 v. IV)
- A 19, são baixadas pela Divisão de Seleção do Departamento Administrativo do Serviço Público, as “Instruções para a Prova de Habilitação destinada ao provimento das cadeiras de professor de Educação Física das Escolas Técnicas mantidas pelo Governo Federal”. (p. 351 v. IV)
- Pela portaria nº 341, de 30 de junho, do Departamento Nacional de Educação, é designado o técnico de educação Inezil Penna Marinho para proceder à inspeção geral e orientação técnica das seguintes escolas: Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul, Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina, Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná e Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. Aproveitando a viagem, o referido funcionário realiza conferências sob o tema “Educação Física, elemento indissociável da Educação”, na Biblioteca Pública de Porto Alegre, Instituto de Educação de Florianópolis e Escola de Professores de Curitiba. (p. 351 v. IV)
- A 26 de julho, é aberta a prova de habilitação para professor de Educação Física da Escola Técnica de São Luiz, (...) Apenas um candidato se inscreveu não sendo, porém, habilitado. (p. 352 v. IV)
- O Diário Oficial de 27 de julho, publica a exoneração do Capitão Roberto de Pessoa do cargo de Diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. (p. 352 v. IV)
- A 11 de agosto, o Diário Oficial publica a abertura de novas inscrições para a prova de habilitação destinada ao provimento de cargos de Inspetor de Educação Física da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. As inscrições são facultadas somente aos candidatos do sexo masculino e a prova se realiza nas cidades de Teresina, Recife, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Rio de Janeiro. (p. 353 v. IV)
- A 21, é aberta a sexta prova de habilitação para inspetor de Educação Física da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, realizada nas seguintes capitais: Rio de Janeiro, Teresina, Recife, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Dos 18 candidatos inscritos são aprovados 3, funcionando na banca examinadora o Major João Barbosa Leite e o Prof. Inezil Penna Marinho. (p. 355 v. IV)
- O técnico de educação Inezil Penna Marinho é convidado pela Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público para levar a efeito a “Campanha de Aperfeiçoamento Físico do Servidor do Estado”, apresentando um trabalho que culminava com a realização de uma grande olimpíada entre os funcionários das diversas repartições públicas. (p. 358 v. IV)
- A 6 de setembro, o decreto nº 16531, do Governo Federal, concede reconhecimento aos Cursos Normal de Educação Física, de Medicina Especializada em Educação Física e Desportos, de Técnica Desportiva e Treinamento e Massagem da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo. (p. 364 v. IV)
- A 6 de outubro, o decreto-lei nº 6936 do Governo Federal, estende a diplomados pela Escola de Educação Física da Força Policial de São Paulo as regalias dos licenciados em Educação Física e Desportos. (p. 365 v. IV)
- Pelo decreto nº 3060, de 11 de novembro, do governo do Estado de Santa Catarina, passa a denominar-se Escola de Educação Física do Estado de Santa Catarina o Curso Provisório de Educação Física (...).(p. 366 v. IV)
- O Diário Oficial de 24 de novembro publica o regimento da Reunião de Educação Física promovida pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, (verificar íntegra do regimento nas p. 367 a 370. (p. 366 v. IV)
- De outubro a dezembro, visita o Brasil, acompanhado do Prof. Hermes Pérez Madrid, o professor de Educação Física argentino Luis A. Martins, distinguido com uma bolsa de estudos oferecida pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde à Associação de Educación de Buenos Aires. (p. 370 v. IV)
- A 30, o decreto-lei nº 1198 do governo do Estado de Santa Catarina institui um curso de habilitação para normalistas, com a finalidade de dotar o professor primário dos conhecimentos indispensáveis para ministrar sessões de exercícios físicos aos alunos que lhe forem confiados para o ensino de letras. (p. 371 v. IV)
- Sob a direção e patrocínio da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, realiza-se de 11 a 16 de dezembro de 1944, a Reunião de Educação Física com o objetivo de estudar problemas

relacionados com a Educação Física do Brasil e firmar os pontos de vista nacionais, quer doutrinários, quer técnicos, para o II Congresso Panamericano de Educação Física, que se deveria realizar de 2 a 16 de maio de 1945, no México, mas adiado para 1946. (p. 372 v. IV)

- A Reunião de Educação Física compareceram, por intermédio de seus diretores ou representantes, as seguintes instituições:
  - Serviço de Educação Cívico-Física do Território do Acre;
  - Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo;
  - Inspetoria de Educação Física do Estado do Paraná;
  - Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná;
  - Serviço de Educação Física da Prefeitura do Distrito Federal;
  - Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo;
  - Departamento de Educação Física da Escola da Aeronáutica;
  - Associação Brasileira de Educação Física;
  - Escola de Educação Física do Exército;
  - Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. (pp. 373-374 v. IV)
- A ata da última sessão, que contém as resoluções da Reunião, pode ser verificada na íntegra nas pp. 374 a 393 do v. IV.
- Em Buenos Aires, de 11 a 16 de dezembro, realiza-se a Segunda Conferência de Professores de Educação Física (...), tendo sido aprovados na mesma três trabalhos apresentados pelo Prof. Inezil Penna Marinho (...)(p. 393 v. IV)
- Inezil Penna Marinho publica, pela Cia. Brasil Editora, o livro “Curso de Educação Física”. (p. 398 v. IV)
- O cap. Roberto Pessoa publica, pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, o livro “A Escola Nacional de Educação Física. (p. 399 v. IV)
- Os diplomados nesse ano são os seguintes:
  - Pela Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul: 34 normalistas especializadas, 14 licenciados em Educação Física, sendo 1 do sexo masculino; 1 médico especializado.
  - Pela Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná: 29 licenciados em Educação Física, sendo 4 do sexo masculino; 3 normalistas especializadas em Educação Física, todas do sexo feminino.
  - Pelo Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco: 16 normalistas especializadas em Educação Física, todas do sexo feminino..
  - Pelo Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí: 20 normalistas especializados em Educação Física, todos do sexo masculino.
  - Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: 12 instrutores de Educação Física; 11 monitores; 6 monitores especializados em esgrima.
  - Pela Escola de Educação Física do Exército: 120 monitores de Educação Física.
  - Pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos: 1 técnico desportivo (tendo os diplomas da turma de 1944, sido expedidos em 1945 forma computados neste ano, assim com os da turma de 1945 figuram em 1946).
  - O curso de educação física oferecido pela Divisão de Educação Física do Estado do Rio habilita 80 normalistas especializadas em Educação Física. (pp. 424-425 v. IV)

1945

- O Diário Oficial de 9 de janeiro publica uma Exposição de Motivos do Departamento Administrativo do Serviço Público, aprovada pelo Presidente da República, propondo a realização de concursos para provimento das cadeiras da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, ainda ocupadas interinamente. (p. 425 v. IV)
- A 16, o decreto nº 17592, do Governo Federal, concede reconhecimentos aos Cursos Superior de Educação Física e Normal da Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná. (p. 426 v. IV)
- O Diário Oficial de 1º de março publica o edital de abertura das inscrições, no Recife, para a prova de habilitação destinada ao provimento de um cargo de Inspetor de Educação Física, junto ao Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco. (p. 428 v. IV)

- A 9, a Portaria n ° 119 do Departamento Nacional de Educação, fixa em 16 anos o limite mínimo de idade para matrícula nas escolas de educação física e recomenda que o regime de trabalhos físicos seja rigorosamente adequado às condições orgânicas dos alunos naquela idade. (p. 428 v. IV)
- A 16 de abril, são aprovadas pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação as “Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de ensino secundário”, (...).(p. 429 v. IV)
- A 27, o prof. Benjamin Soares de Carvalho é nomeado, em virtude de concurso, para o cargo de catedrático de Educação Física do Colégio Estadual do Piauí. (p. 429 v. IV)
- A 19 de maio, o Diário Oficial publica o edital de abertura das inscrições para um “Curso de Informações” a ser promovido pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, para professores de educação física e médicos especializados em educação física e desportos, com o fim de ajustá-los às reais necessidades da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário. (p. 431 v. IV)
- Designado pela Portaria n° 218, de 18 de maio do Departamento Nacional de Educação, o técnico de educação Inezil Penna Marinho visita, a fim de orientar e fiscalizar, a Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul, o Curso Normal de Educação Física do Estado de Santa Catarina, a Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná e a Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo. (p. 431 v. IV)
- O Prof. Inezil Penna Marinho realiza no auditório do Ministério da Educação e Saúde, a 31 de maio, no auditório do Instituto de Educação de Porto Alegre, a 5 de junho, no auditório da Escola de Professores de Curitiba, a 9 de junho, no salão n° 4 do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, a 13 de junho, e no auditório da Escola de Professores de Vitória conferências sobre o tema “O Método Nacional de Educação Física”. Na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, nos dias 9 e 11 de junho realiza conferência sob os títulos: “A organização da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário”, “Exigências a que deverão satisfazer os estabelecimentos de ensino secundários, quanto à Educação Física”, “Direitos e obrigações dos professores de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário”. (pp. 431-432 v. IV)
- A 11 de junho, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, “reconhecendo os inestimáveis serviços prestados à causa nacional da Educação Física” concede ao Prof. Inezil Penna Marinho, o título de Professor *Honoris Causa* da referida Escola, conforme voto unânime de sua congregação. Foi esse o primeiro título concedido, no gênero, em nosso país. (p. 432 v. IV)
- A Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde fez realizar de 15 a 28 de junho um “Curso de Informações” para professores de educação física e médicos especializados, com o fim de ajustá-los às reais necessidades da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário. (p. 433 v. IV)
- Segue relação dos inscritos oriundos do Estado do Paraná: Ana Vugmau, Diva Rute Miller, Francisco M. Albizú, Halina Marcinoska, Ivete Luz, Maria de Lourdes Lamas, Nelson Pereira Jorge. (p. 438 v. IV)
- O Curso constou de dez palestras sobre os seguintes temas e a cargo dos conferencistas indicados:
  - Finalidades da Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário – Major João Barbosa Leite
  - A Organização da Educação Física no ensino Secundário – Prof. Inezil Penna Marinho
  - Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário, quanto à educação física – Prof. Inezil Penna Marinho
  - Limites dos campos de ação do licenciado em educação física, do médico especializado em educação física e do normalista especializado em educação física – Major João Barbosa Leite
  - Direitos e obrigações do professor de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário – Prof. Inezil Penna Marinho
  - A assistência médica nos estabelecimentos de ensino secundário – Dr. Paulo Araújo
  - Programas de Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário – Prof. Inezil Penna Marinho
  - As provas práticas e os certificados de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário – Prof. Inezil Penna Marinho.
  - A fiscalização da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário – Prof. Inezil Penna Marinho.
  - Resumos dos assuntos tratados nas conferências anteriores – Major João Barbosa Leite, Prof. Inezil Penna Marinho e Dr. Paulo Araújo. (pp. 438-439 v. IV)

- De 22 a 28 de junho, sob o patrocínio da Associação Brasileira de Educação, realiza-se no Rio de Janeiro o IX Congresso Nacional de Educação, dedicado ao sentido democrático que deverá nortear a educação. O Prof. Inezil Penna Marinho apresenta a tese “O Sentido Democrático da Educação Física”. (p. 440 v. IV)
- A 26 de julho de 1945, foi assinado o decreto-lei nº 7781, que “modifica o processo de provimento de cadeiras da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil”. (p. 441 v. IV)
- A 17 de agosto, do decreto-lei nº 4014, do governo do Estado do Piauí, aprova as novas instruções para o Curso Especial de Educação Física. (p. 445 v. IV)
- A 13 de setembro, o Diário Oficial publica o resultado apresentado pela comissão julgadora do “Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física”, os três primeiros lugares ficaram com trabalhos realizados pela Prof. Inezil Penna Marinho, a saber:
  - 1º lugar – “O Método Nacional de Educação Física – Sua origem”
  - 2º lugar – “Estudo comparado entre o Método Nacional de Educação Física e o Método Francês”
  - 3º lugar – “O Método Nacional de Educação Física – Evolução” (pp. 443-444 v. IV)
- A 28 de setembro, o Diário Oficial publica o seguinte resultado apresentado pela comissão julgadora do “Concurso de Trabalhos sobre Educação Física”, novamente o Prof. Inezil Penna Marinho conquista os três primeiros lugares, segue o título dos trabalhos
  - 1º lugar – “Análise do Sistema de Ginástica de Niels Bukh”
  - 2º lugar – “Lugar da Educação Física no Plano Educacional”
  - 3º lugar – “Análise do Método da Escola de Joinville-le-Pont” (p. 444 v. IV)
- No “Concurso de Trabalhos sobre Educação Física” secção Técnico-Desportiva, Prof. Inezil Penna Marinho obtém o 1º e 3º lugares, com os seguintes trabalhos:
  - 1º lugar – “Metodologia do Treinamento Desportivo da Luta Livre”
  - 3º lugar – “Metodologia do Treinamento Desportivo de Voleibol em duplas” (p. 445 v. IV)
- Na Secção Técnico-Biológica do mesmo concurso, novamente o Prof. Inezil Penna Marinho obteve o 1º e 3º lugares, com os seguintes trabalhos:
  - 1º lugar – “Regime de Atividades Físicas para Crianças Cegas”
  - 3º lugar – “Educação Física para Desajustados da Conduta” (p. 446 v. IV)
- A 20 de novembro, o decreto-lei n 8192, dispõe sobre a concessão anual de bolsas de estudos na Escola Nacional de Educação Física. (p. 446 v. IV)
- O Departamento de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul publica um opúsculo em que reúne algumas informações sobre a Escola de Educação Física e as instruções para a matrícula nos diferentes cursos por ela mantidos (p. 454 v. IV)
- O Prof. Inezil Penna Marinho, publica o livro “Os Clássicos e a Educação Física”, em que estuda, sob o ponto de vista educacional, as obras de Homero, Platão, Aristóteles, Juvenal, Thomas Morns, Rebelais, Maigne, Fenelon, Rousseau, Pestalozzi, Herbert e Spencer. (p. 454 v. IV)

## **VOLUME IV - 1954**

### **Segunda Parte – Brasil República – 4ª Fase (1945 – 1946)**

1945

- Esta fase se inicia com o golpe realizado pelas forças militares de terra, mar e ar com o objetivo de depor o Sr. Getúlio Vargas (...). O Sr. Gustavo Capanema, cuja administração passou a ser bastante criticada, foi substituído pelo Sr. Leite da Cunha, que no prazo de três meses subverteu toda a organização do Ministério da Educação, introduziu modificações radicais na legislação do ensino, caracterizando-se finalmente como inimigo acérrimo da Educação Física, que considerava completa inutilidade. (p. 523 v. IV)
- Pelo decreto nº8193, a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário não constitui disciplina, deixando assim de ser objeto de ensino. (p. 526 v. IV)
- A 3 de dezembro, é assinado o decreto-lei n 8270, que altera disposições do decreto-lei nº 1212 de 17 de abril de 1939. O teor desse documento é de grande importância para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. A íntegra das mudanças está descrita nas pp. 527 a 534 e trata dos currículos dos seguintes cursos:
  - Superior de educação física – 3 anos

- Educação física infantil - antigo normal de educação física – 1 ano
- Técnica desportiva – 1 ano
- Massagem – 1 ano
- Medicina aplicada a educação física e aos desportos – 1 ano
- A 10 de dezembro, é assinado o decreto-lei nº 8347, que altera diversos artigos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, entre os quais dizem respeito à Educação Física, 19 e 43, que ficam com a seguinte redação:
  - Art. 19. A educação física constituirá uma prática educativa obrigatória, para todos os alunos do curso diurno, até a idade de 21 ano
  - Parágrafo único. A educação física será ministrada segundo programas organizados e expedidos na forma do artigo anterior, nos próprios estabelecimentos, ou em centros especializados, que para esse fim se constituíram.
  - Art. 43. A educação física será dada a grupos organizados independentemente do critério da seriação escolar. Os alunos que, por defeito físico ou deficiência orgânica, não possam fazer os exercícios ordinários, serão submetidos a exercícios especiais. A educação física far-se-á com assistência do médico do estabelecimento, cabendo-lhe, em entendimento com a respectiva direção, resolver sobre os casos de dispensa periódica ou permanente (pp. 535-536 v. IV)
- A 17, o decreto-lei n 8393, concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil (p. 536 v. IV)
- Ainda a 17, o decreto nº 1867, do governo do Estado do Rio Grande do Sul cria o distintivo do Curso de Formação de Instrutores de Educação Física da Brigada Militar do Estado. (p. 536 v. IV)
- A 24, a portaria ministerial nº 629 autoriza o Reitor da Universidade do Brasil a convocar para uma reunião os professores das cadeiras educação física geral e metodologia da educação física dos diversos cursos e escolas de educação física do país. (p. 537 v. IV)
- Os diplomados nesse ano são:
  - Pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos: 38 licenciados em Educação Física, 10 normalistas especializados, 6 técnicos desportivos, 1 treinador e massagista e 3 médicos especializados.
  - Pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná: 20 licenciados em Educação Física e 5 normalistas especializadas.
  - Pelo Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco: 5 normalistas especializadas.
  - Pela Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul: 16 licenciados em educação física e 18 normalistas especializados.
  - O Curso de habilitação de normalistas do Estado de Santa Catarina diploma 58 normalistas. (p. 537-538 v. IV)

1946

- PORTARIA MINISTERIAL Nº 5, de 2 de janeiro. Fixa em duas semanais as sessões de exercícios físicos nos estabelecimentos de ensino de nível médio. (cev – Centro Esportivo Virtual – [www.cev.org.br](http://www.cev.org.br)) acessado em setembro de 2007.
- De 11 a 18, sob o patrocínio da Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos realizou uma reunião de professores de escolas de Educação Física para que tomassem conhecimento de um método organizado pela referida instituição. (p. 540 v. IV)
- Nos termos da Portaria Ministerial nº 629, de 24/12/1945, com a finalidade de discutir os problemas relativos à orientação mais conveniente a ser imprimida à Educação Física no Brasil, o Reitor em exercício, resolve baixar as seguintes instruções no sentido de regular o funcionamento da reunião dos professores promovida pela Universidade do Brasil. Verificar integra das instruções nas pp. 540 e 541.
- Essa reunião contou com a participação das seguintes escolas de educação física, assim representadas:
  - Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco.
  - Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo
  - Escola de Educação Física e Desportos do Estado de São Paulo
  - Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo
  - Escola de Educação Física e Desportos de Estado do Paraná: Dr. Inezil Penna Marinho e Prof. Maria de Lourdes Lamas
  - Curso Normal de Educação Física do Estado de Santa Catarina



- Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul
- Curso Normal de Educação Física do Estado do Piauí
- Escola Nacional de Educação Física e Desportos. (p. 542 v. IV)
- É de lamentar nessa reunião a ausência da Escola de Educação Física do Exército, Escola de Educação Física da Marinha, Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Educação Física da Prefeitura do Distrito Federal, Divisão de Educação Física do Estado do Rio e todos os outros órgãos especializados em educação física existentes nos estados. (p. 542 v. IV)
- Os diplomados nesse ano são os seguintes:
  - Pela Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul: 18 normalistas especializados em Educação Física e 16 licenciados em educação física
  - Pela Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná: 5 normalistas especializadas e 20 licenciados em Educação Física
  - Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco: 5 normalistas especializadas
  - Pelo Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí: 7 normalistas especializadas.
  - Pela Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo: 26 normalistas especializadas.
  - Pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo: 13 instrutores, 13 monitores, 6 monitores especializados em esgrima e 1 massagista desportivo.
  - Pela Escola de Educação Física do Exército: 66 monitores. (p. 560 v. IV)

E sem nenhum ato ou acontecimento favorável à Educação Física no Brasil, encerra-se a 29 de janeiro de 1946 essa fase negra para a história da Educação Física no Brasil. (p. 563 v. IV)